

**JULIANA DE MELO BORGES**

***JOVENS ASSENTADOS: PROJETOS E HISTÓRIAS DE VIDA***  
***UM ESTUDO PSICOSSOCIOLÓGICO DE UM ASSENTAMENTO RURAL - SÃO DOMINGOS/RJ***

CFCH/IP/EICOS  
**2004**

***JOVENS ASSENTADOS: PROJETOS E HISTÓRIAS DE VIDA***  
***UM ESTUDO PSICOSSOCIOLÓGICO DE UM ASSENTAMENTO RURAL - SÃO DOMINGOS/RJ***

**JULIANA DE MELO BORGES**

Programa de Pós-Graduação EICOS / IP / UFRJ  
Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e  
Ecologia Social

Orientadora : Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacyara C. Rochaël Nasciutti

**Rio de Janeiro**  
**2004**

**JOVENS ASSENTADOS: PROJETOS E HISTÓRIAS DE VIDA**  
***UM ESTUDO PSICOSSOCIOLOGICO DE UM ASSENTAMENTO RURAL - SÃO DOMINGOS/RJ***

JULIANA DE MELO BORGES

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

---

Jacyara C. Rochael Nasciutti – Orientadora  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Programa EICOS/IP - UFRJ

---

Tereza Cristina Carreteiro  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> da Pós-graduação de Psicologia - UFF

---

Maria Lúcia Rocha-Coutinho  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Programa EICOS/IP - UFRJ

**Rio de Janeiro**  
**Abril / 2004**

Borges, Juliana de Melo.

Jovens Assentados: Projetos e Histórias de Vida. Um estudo psicossociológico de um assentamento rural - São Domingos/RJ. / Juliana de Melo Borges. – Rio de Janeiro: UFRJ, EICOS, 2004.

xii, 173 f.: il; 31 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacyara C. Rochael Nasciutti

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/EICOS / Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2004.

Referências Bibliográficas: f. 174-178.

1. Jovens. 2. Assentamentos rurais. 3. Psicossociologia.  
4. História de Vida. 5. Comunidades. 6. Psicologia Social –I.  
Nasciutti, Jacyara C. Rochael. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. III. Título.

## RESUMO

BORGES, Juliana de Melo. Jovens assentados: projetos e histórias de vida. Um estudo psicossociológico de um assentamento rural - São Domingos/RJ. Orientadora: Jacyara C. Rochael Nasciutti. Rio de Janeiro: UFRJ/ EICOS; CAPES/CNPq, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

Os projetos de vida de jovens de assentamentos rurais, grupo significativo na população dos assentamentos, têm implicações em questões relacionadas com o futuro dessas comunidades. Investigamos, então, com base na psicossociologia, as trajetórias desses jovens, entendendo que essas podem se constituir em “âncoras” para a produção de sentidos para seus projetos. A relação desses projetos com as heranças familiares, a vivência dos jovens na comunidade e suas relações com as questões organizativas do assentamento e com os movimentos sociais do campo foram abordadas em entrevistas com jovens do assentamento São Domingos, localizado no município de Conceição de Macabu, norte fluminense. Fundamentamos nosso trabalho de campo na etnometodologia, pela observação participante, com o objetivo de retratar o contexto da realidade pesquisada a partir de um contato vivencial com as comunidades. Apresentamos nossa interpretação dos relatos e observações de campo fundamentadas na análise de discurso, discutindo também outros aspectos relevantes que compõem o cenário estudado. Assim, percebemos que os jovens dessa comunidade, com estilos *rurbanos*, não pensam em trabalhar na agricultura, mas em concluir o ensino médio e obter emprego na cidade. A relação com a organização do assentamento e o envolvimento com os movimentos sociais do campo entre os jovens é bastante reduzida, assim como o conhecimento sobre a história da comunidade não é comum a todos. Os projetos parentais também seguem essa mesma direção apresentada pelos jovens, parecendo não haver uma forte expectativa de que os filhos dêem continuidade à luta empreendida pelos pais.

Palavras-chave: jovens; assentamentos rurais; psicossociologia; comunidades.

Rio de Janeiro  
Abril / 2004

## ABSTRACT

BORGES, Juliana de Melo. Jovens assentados: projetos e histórias de vida. Um estudo psicossociológico de um assentamento rural - São Domingos/RJ. Orientadora: Jacyara C. Rochael Nasciutti. Rio de Janeiro: UFRJ/ EICOS; CAPES/CNPq, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

The life projects of the young of agricultural nestings, significant group in the population of the nestings, have implications in questions related with the future of these communities. Using theories of psicopsociology, we studied the trajectories of these young, understanding that those trajectories can consist in "anchors" in the production of sense for their projects. The relation of these projects with the familiar inheritances, the experience of the young in the community, their relations with the nesting organizational questions and with the social movements of the rural areas had been boarded in interviews with young of the São Domingos nesting, located in the city of Conceição de Macabu, north of the state of Rio de Janeiro. Our field work was based on the etnomethodology – participant observation – with the objective to portray the context of the researched reality from a contact with the communities. We present our interpretation of the stories and field observations based on the speech analysis, also arguing other relevant aspects that compose the studied scene. Thus, we perceived that the young of this community, with *rurban* styles, does not think about working in agriculture, but in concluding high school and getting job in the city. The relation with the nesting organization and the involvement with the social rural movements are reduced among the young, as well as the knowledge on history is not common to all. The parental projects also follow this same direction presented for the young, seeming not to have one strong expectation of that their children give continuity to the fight undertaken for their parents.

Key-words: young; agricultural nestings; psicopsociology; communities.

Rio de Janeiro  
Abril / 2004

*A mainha, pelo amor, confiança  
e apoio desprendido*

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, pelo apoio e estímulo ao estudo, pelas inesquecíveis visitas ao meu lar carioca e por serem grandes mestres em minha vida.

A meu amado esposo, por ser meus momentos de não estudo, de lazer e descontração; pelos anos de amor, alegria e companhia; e, principalmente, por ter acompanhado os últimos momentos desta etapa, ajudando-me a manter a disciplina e a persistência, além de ter contribuído com valiosas sugestões, a partir da leitura da versão final.

A meus irmãos, Fábio, Sérgio e Lorena, por serem queridos, amigos, presentes da vida e pessoas que me surpreendem com mundos que ainda tenho a conhecer e descobrir.

A Jacyara Nasciutti, orientadora deste trabalho, por acreditar nas possibilidades de mudança social e no papel que a academia pode desempenhar. Obrigada pelo acompanhamento ativo, pela atenção, compreensão e respeito.

A Maud Rivoire, não só por ter me apresentado São Domingos, mas por ter se tornado minha amiga e por poder, mesmo longe, sentir o laço, a admiração e os ideais que nos fazem próximas. Obrigada pela companhia, pelo aprendizado, pela amizade sua e de Thomas.

Ao assentamento São Domingos, pelo acolhimento, carinho e enriquecimento pessoal proporcionado pela vivência na comunidade e, principalmente, pelo contato com as pessoas, os jovens e suas famílias. Estarão sempre comigo...

À querida Pollyana, que me ajudou com sua preciosidade a concluir as transcrições das entrevistas.

Aos amigos queridos do EICOS, que fazem parte dessa história, pelas pessoas inesquecíveis que são e por me ensinarem a amar a cidade maravilhosa. Aos nossos próximos encontros e baladas!

Aos professores do EICOS, que proporcionaram o aprendizado de outras realidades, abrindo-me novos horizontes teóricos e perspectivas de atuação social.

Ao Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária – IDACO, na pessoa de Marcus Vinícius Carrasqueira, pela receptividade e disponibilidade de me apresentar a realidade dos assentamentos do Rio de Janeiro.



Aos mestres, Afonso, Genaro, Maffia, e Sônia, que continuam presentes, seja pela disponibilidade, seja pela amizade, seja pelos ecos dos aprendizados anteriores.

Aos amigos do projeto *Jovens Assentados: Educação e Cidadania*, que compartilharam comigo o início de tudo, por nossas vivências e aprendizados e pela lembrança de um tempo bom;

Às amigas Ale, Fab, Jana, Ju, Manu e Mie, por estarem presentes, de uma forma ou de outra, compartilhando da vida em distintos momentos;

E, por fim, ao CNPq e à CAPES, pelo apoio financeiro.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO DOS JOVENS ASSENTADOS.....	17
2.1. Objetivo Geral .....	17
2.2. Objetivos Específicos .....	18
3. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A LUTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS SEM-TERRA.....	19
3.1. “ <i>Terra à Vista!</i> ” e a questão agrária .....	19
3.2. Os movimentos sociais no campo .....	24
3.3. Assentamentos de “Reforma Agrária” .....	26
3.4. Os jovens assentados .....	29
3.5. Rio de Janeiro e suas terras .....	32
4. DISCURSOS E HISTÓRIAS: TEXTOS DE VIDA.....	38
4.1. História de Vida, narração e memória.....	38
4.2. Análise de discurso: um recurso para produção de sentidos .....	45
5. METODOLOGIA .....	49
5.1. Escolhendo o campo para estudo.....	51
5.2. Chegando ao campo: encantos e desencantos .....	52
6. CONHECENDO, CONVIVENDO E REFLETINDO COM SÃO DOMINGOS.....	63
6.1. “Eu acho que é um assentamento que tem uma história muito bonita.” .....	63
6.1.2. A população de São Domingos e o perfil dos participantes.....	64
6.1.3. Formulando concepções sobre São Domingos.....	70
6.1.4. A região de entorno .....	73
6.2. As histórias .....	83
6.2.1. As dificuldades iniciais.....	89
6.2.2. O preconceito como o grande desafio .....	90
6.2.3. “ <i>Sem-terra nunca larga de ser sem-terra</i> ” .....	95
6.3. São Domingos hoje.....	101
6.3.1. “O que é que eu gosto? (...) Ah, de tudo! Da tranquilidade, do ar puro.” .....	101
6.3.2. O cotidiano na roça.....	105

6.3.4. O estilo “rurbano” .....	111
6.3.5. Processos de migração: a movimentação das famílias .....	115
6.4. Organização, participação e movimento social .....	119
6.4.1. A Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos.....	119
6.4.2. Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra.....	128
6.5. Os Jovens.....	141
6.5.1. Os jovens e o futuro.....	151
6.5.2. São Domingos e o futuro .....	158
6.5.3. O que os pais gostariam para os filhos .....	161
7. Considerações Finais .....	167
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174
Anexos .....	179

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação concretiza a opção pessoal de trabalho e formação profissional direcionada para a área social, partindo do olhar da psicologia, que neste momento começa a direcionar-se para outros campos do saber, mas que ainda tem essa área como matriz. Ela dá continuidade à experiência desenvolvida durante dois anos e meio com jovens em dois assentamentos de reforma agrária no interior da Paraíba. O referido projeto - *Jovens Assentados: Educação e Cidadania* - tinha o objetivo de formar grupos de jovens no interior dos assentamentos com o intuito de promover o intercâmbio entre estes e sua comunidade, resgatando a cidadania enquanto possibilidade e capacidade de participação dos jovens nas decisões relativas à vida social e produtiva dos assentamentos onde vivem, através da educação informal, do encontro e do lazer.

Assim, ancorado no projeto *Jovens Assentados: Educação e Cidadania*, bem como nas pessoas e aprendizagens proporcionadas por este, é que surge o estudo ***JOVENS ASSENTADOS: PROJETOS E HISTÓRIAS DE VIDA*** com a contribuição do Programa EICOS, fonte teórica e metodológica, cujos referenciais do curso dão vida, sustentação e inspiração para a criação desta proposta.

Para concluir esta apresentação e introduzir o jovem co-participante desta pesquisa, cito a fala de um dos participantes do projeto *Jovens Assentados: Educação e Cidadania*.

*“Eu acho que nós num tamos rico, mais tamos com a terra. Eu acho que nós já tamos com muita coisa, já. Por isso que eu continuo aqui. Acho muito importante essa terra aqui, nós trabalhar, trabalhar, acho muito importante. Porque minha mãe, ela lutou muito por esse pedaço de terra aqui. E eu valorizo muito a terra e valorizo muito minha mãe, por ter tirado eu dos alugado dos outro, do campo. Porque eu trabalhava pros outro, né? Aí, a partir do momento que mãe ganhou esse pedaço de terra, eu já num trabalho pra ninguém, né? Eu valorizo minha mãe muito porque ela, bem dizer, voltou eu pros meus estudos. Eu já tinha desistido de estudar. Eu desisti na terceira série de estudar. Aí, foi tempo que a minha mãe ganhou esse pedaço de terra, aí eu voltei os estudo. Eu já tô na quinta e vou estudar até terminar. Por isso que eu valorizo muito minha mãe, por causa disso. Hoje eu já crio, já tenho o gado meu, minha mãe tem o gado dela, então eu acho que nós tamos melhorando. Meu ponto de vista, eu acho que nós tamos melhor do que quando nós tava em Alhandra, 70% ou 80%. E já faz quatro anos que nós tamos aqui. Acho muito importante mesmo.”*

***Jovem do Assentamento Padre Gino – Sapé/Pb  
(citado por TRIGUEIRO, 2000, p. 31)***

## 1. INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação pode ser abordado por diversas perspectivas que estão relacionadas entre si, perpassando por algumas áreas de discussão, como a questão agrária e os conflitos fundiários do país; a relação do rural *versus* o urbano, que aborda aspectos do processo de urbanização, êxodo rural e definição do papel, espaço e atividade do mundo rural; insere-se na discussão em torno do desenvolvimento sustentável que propõe o desenvolvimento econômico em conjunto com a preservação ambiental cujo debate é abordado por muitos trabalhos que contemplam os assentamentos; relaciona-se também com a atuação dos movimentos sociais no campo e com os processos de organização comunitária e participação política, além de diversos outros enfoques que podem se apresentar como proposta para o trabalho em assentamentos.

Contudo, o foco desta dissertação está direcionado para os jovens assentados compreendidos como atores sociais dessas comunidades que estão em processo de constituição. Estes jovens são agentes, direta ou indiretamente, de um dos movimentos sociais mais significativos do país, que repercute em aspectos históricos e estruturais que remetem ao período da colonização, como a questão agrária. Participam, passiva ou ativamente, de ações na condição de assentados que tocam e implicam em pontos políticos, sociais e econômicos fundamentais, que vêm provocando mudanças na questão fundiária, no poder sedimentado na propriedade da terra, na criação de alternativa de trabalho e moradia para parte da população marginalizada, resgatando, desta maneira, o exercício da cidadania e da participação em ações de reivindicação no cenário público e político.

Apesar de alguns resultados positivos e de muitas famílias terem sido assentadas nos últimos anos<sup>\*</sup>, a luta desses trabalhadores ainda está longe de ser concluída. As condições de muitos dos assentamentos não garantem a sobrevivência de forma digna e com qualidade na terra que conquistaram. Há muitas outras questões a serem viabilizadas como a produção, transporte e comercialização, a saúde, a educação

---

\* Segundo dados do INCRA, entre 1995 e setembro de 2002 foram assentadas 635.035 famílias em todo território nacional, sendo que apenas 6% deste total, correspondente a 38.121 famílias, foram assentadas na região Sudeste e, dentre estas, 5154 no estado do Rio de Janeiro (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2002.)

e o saneamento básico. Há a busca pela qualidade de vida, pelo direito à dignidade e à cidadania cotidiana, consistindo em uma busca que não se restringe apenas aos assentados, mas à maioria dos brasileiros.

E assim, partindo da premissa de que “*a luta continua*”, logo nos colocamos a pensar a respeito das perspectivas futuras dessas comunidades. Perspectivas estas associadas aos vários atores envolvidos e, principalmente, às famílias assentadas e seus filhos. E algumas interrogações nos interpelam: será que os jovens são o futuro do assentamento? Será que eles esperam ser esse futuro? Será que há espaço para os jovens nos assentamentos? Será que há condições que viabilizem a concretização desses jovens como futuro dessas comunidades?

Essas questões são o foco dentro de muitas indagações sobre esta realidade que alimentam a realização desta pesquisa. Assim, definida a problemática a ser pesquisada, é importante apresentar o lugar teórico-metodológico de desenvolvimento desta dissertação, que é a psicossociologia de comunidades. A psicossociologia é compreendida por alguns pensadores (PREUSS, 1997) como lugar híbrido e fronteiro em que se propõe a estudar a realidade a partir da imbricação do psíquico e do social. Neste sentido, toma as ciências sociais como um braço de pesquisa e a psicologia como um outro e, assim, compõe alguns elementos que identificam este lugar como, por exemplo, a proposta interdisciplinar, o olhar de intersecção entre o indivíduo e o social, a escolha por metodologias qualitativas, bem como o compromisso e o engajamento ético com a transformação da realidade social.

No que diz respeito ao imbricamento entre o social e o individual, Nasciutti (1996) afirma que a psicossociologia constitui um campo de saber que compreende a realidade em sua composição psíquica e social, ou seja, indivíduo e sociedade são tomados como elementos que se articulam e se co-produzem, de tal forma que determinar os limites de influência de cada esfera se torna um projeto praticamente inatingível. A tentativa de delimitar as fronteiras do social e do individual decorre de fins muito mais didáticos, de recortes exigidos pelo método científico, do que pela maneira que o “real” tem se apresentado na contemporaneidade ou que esta o tem apreendido.

Dessa forma, entre as várias temáticas de estudo que desenvolve, a psicossociologia tem direcionado suas reflexões também para a história de vida

utilizada como um recurso metodológico e um campo teórico em que as dimensões psíquicas e sociais se articulam. Logo, escolhemos trabalhar com histórias de vida como um meio em que podemos contemplar o indivíduo, no caso os jovens, mas também seu grupo e meio social circundante, no caso o assentamento e as questões agrárias que o envolvem e atravessam. Dessa forma, é acompanhando as trajetórias desses jovens que tentaremos conhecer este ator social e refletir sobre a realidade em que estão inseridos e seus possíveis desdobramentos.

Citamos, então, Preuss, que contempla a história de vida pelo olhar da psicossociologia:

*“Estamos na fronteira entre disciplinas e, mais ainda, no espaço em que elas se superpõem e onde nenhum esforço no sentido da “descontaminação” é inteiramente satisfatório. Pelo contrário, aceitar essa imbricação é condição primeira para se prosseguir na pesquisa. A vida que emerge da biografia é a vida no grupo; o grupo tem história, a história é feita de vidas e assim fecha-se o círculo. Estudar a vida, o grupo (social e/ou cultural) ou a história é mera questão de foco, mas nenhum deles pode ser “arrancado” aos demais sem que se rasgue o tecido, e não será fácil cerzir as bordas sem cortar fora as aparas, sem destruir a trama.” (PREUSS, 1997, p. 113-114)*

Assim, inspirando-nos em Preuss retomamos suas palavras com mais um sentido, o sentido que nunca se encerra, que nunca chega a “fechar o círculo” para findar-se, que sempre está remetendo a outros círculos como uma gestalt fluida que, ao apresentar-se em sua boa forma, possibilita a abertura para outra gestalt. E pensando nisso, fazemos uso de mais uma citação, sendo esta mais ligada ao contexto de nosso tema de pesquisa:

*“Na verdade, o que se poderá perceber, certamente, é que os conflitos passam por fases distintas, modificando-se, assim como também os seus atores, e fazendo com que as próprias soluções devam ser constantemente repensadas.” (Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro, 1991, p. 99)*

Quando nos interessamos por investigar os projetos e histórias de vida de jovens assentados, interessamo-nos por investigar quais os sentidos e significados desta vivência. Como é ser um jovem assentado? Como é ter vivenciado estas trajetórias? Como eles experienciam o futuro que projetam? Portanto, “história de vida” como método psicossociológico de investigação ganha uma direção que é o sentido original da vivência. Assim, partimos das histórias de vida para compreender o sentido existencial, político e social desses jovens. Sentido este que não está apenas identificado com o

presente, mas que fala de um passado, de raízes, e fala também de um futuro, de um projeto, remetendo a perspectivas e possibilidades. Sentido que se constrói na relação com o mundo, com o cotidiano de sua realidade, com o contexto em que estão inseridos e que acompanha as escolhas diárias desses jovens, os projetos que vislumbram para si e para a comunidade.

O corpo desta dissertação se constitui, então, de um breve histórico sobre a questão agrária no Brasil com fim de apresentar o contexto em que os jovens assentados estão inseridos; de um ensaio teórico sobre histórias de vida e análise de discurso como meio de fundamentar a perspectiva psicossociológica de estudo; da descrição da metodologia e reflexões sobre a inserção no trabalho de campo; da análise dos diferentes discursos coletados no trabalho de campo, tendo como ponto central a interpretação das entrevistas; e, por fim, as considerações finais que têm o objetivo de pontuar os aspectos fundamentais discutidos na dissertação e sugerir possibilidades de investigações a serem desenvolvidas.



## **2. PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO DOS JOVENS ASSENTADOS**

Os assentamentos de reforma agrária, fruto da organização dos trabalhadores rurais, estão se constituindo como um corpo sócio-político-econômico significativo dentro da realidade brasileira, com impactos mais expressivos nos municípios e localidades em que estão presentes (MEDEIROS & LEITE, 2002, a). A visibilidade e a repercussão desses projetos em seus contextos locais dão consistência às concepções de que a reforma agrária e o objetivo do movimento desses trabalhadores vão além da aquisição de terras e implicam em outras lutas por infra-estrutura, cidadania e qualidade de vida (FERNANDES, 2001). Diante deste contexto, surgem questões a respeito dos jovens desses assentamentos, visto que o futuro dessas experiências relaciona-se ao futuro deste segmento populacional que se mostra em algumas regiões, de acordo com Bamat e Ieno Neto (1998), significativo em número e diferenciado em algumas concepções e perspectivas em comparação à geração que os antecede.

E assim, pensando os jovens como futuro, uma série de questionamentos se apresenta: quem são esses jovens assentados? De onde vêm? Quais as trajetórias, histórias que vivenciaram, que os trouxeram até ali e que os constituem? Que perspectivas vislumbram? Que sentido têm esses projetos nas histórias de vida de cada um? Como estes jovens, futuros possíveis, estão integrados com o contexto e necessidades dos assentamentos? Em que medida estão engajados ou não nas lutas atuais da comunidade? Como estes dão significado a suas vidas nesta realidade? E que futuro pensam para si? Como estes percebem o projeto da comunidade e da família para o futuro do assentamento e para eles próprios? Como articulam o projeto pessoal com o familiar e com o comunitário? Que tensões, contradições, repetições, criações e reproduções podem ser percebidas?

A partir dessas questões, formulamos alguns objetivos de pesquisa:

### **2.1. Objetivo Geral**

Pesquisar como os jovens de assentamentos rurais significam seus projetos, suas histórias de vida e suas heranças familiares.

## **2.2. Objetivos Específicos**

- 1) Pesquisar os significados de ser um jovem assentado;
- 2) Pesquisar as trajetórias vivenciadas por estes jovens;
- 3) Investigar quais são os projetos dos jovens assentados, suas perspectivas e aspirações;
- 4) Pesquisar o sentido de seus projetos pessoais diante de suas histórias de vida;
- 5) Investigar a percepção que os jovens têm dos projetos da comunidade;
- 6) Investigar o envolvimento e participação dos jovens nas questões do assentamento e da luta pela terra;
- 7) Investigar a percepção que os jovens atribuem aos pais e líderes a respeito de seu futuro;
- 8) Pesquisar os projetos atribuídos pelos jovens para o futuro da comunidade.

## **Resultados Esperados**

- 1) Contribuir com a ampliação do conhecimento a respeito dos jovens de assentamentos rurais;
- 2) Apresentar uma reflexão sobre o sentido que a experiência de assentados e de luta pela terra proporciona aos jovens e avaliar como este significado reflete nos seus projetos de vida, compreendendo, desta forma, esta realidade pelo ponto de vista dos próprios atores;
- 3) Trazer subsídios para avaliação da coerência e contradições dos projetos dos jovens, da comunidade e famílias assentadas e das entidades envolvidas com as experiências de assentamentos;
- 4) Proporcionar uma visibilidade para este segmento populacional através do conhecimento de sua realidade, perspectivas e necessidades, facilitando o direcionamento de ações e estudos para outros projetos e programas;
- 5) Contribuir com elementos para planejamento de ações de programas que visem o desenvolvimento social, econômico, político e ecológico dos assentamentos;
- 6) Contribuir com o processo de definição do que seja “reforma agrária” e com a definição de objetivos dos projetos de assentamentos rurais e das próprias comunidades.

### 3. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A LUTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS SEM-TERRA

*“A luta pela Reforma Agrária começa com a luta pela terra, mas não acaba aí. Depois que se conquista a terra vêm muitas outras lutas.*

*Trabalhador Assentado Paraibano, 1997”  
(In Bamat e Ieno Neto, 1998, p. 1)*

#### 3.1. “*Terra à Vista!*” e a questão agrária

Este trabalho tem como foco projetos e histórias de vida de jovens de assentamentos de reforma agrária. Para compreender esta realidade é necessário atentar para o contexto em que estes jovens estão inseridos: o assentamento, a forma como se constituiu, a que questões se relacionam no contexto político-social do país, como surgiu a procura por terras, a mobilização dos trabalhadores rurais e o lugar que estes ocupam. Assim, na tentativa de compor este cenário, uma exigência se faz necessária: compreender o que é a questão agrária no Brasil.

Para Martins (1994), a questão agrária é um dos problemas político-sociais que a maioria dos países enfrenta, ou seja, a questão da regulamentação da posse da terra, do seu uso, distribuição e propriedade, que no Brasil está associado também ao surgimento do capitalismo e à modernização industrial e tem como uma de suas soluções possíveis a Reforma Agrária. Neste sentido, o autor inverte nossa atenção, que geralmente está voltada para a Reforma Agrária como o conflito principal, e nos remete a refletir sobre o surgimento da questão agrária no Brasil, retrocedendo nossa memória para o período da colonização.

Nessa retrospectiva, vale a pena utilizar a ilustração de Todorov (1999) que escolhe a época do “descobrimento” da América e os cem anos que seguem como concretizações para se pensar o discurso e o poder. Dessa forma, o autor afirma que todo processo de dominação inicia no discurso. Orlandi (1990), analisando questões semelhantes, toma a fala “*Terra à vista!*” como o discurso da “descoberta” que se configura no discurso da dominação, do colonizador.

Segundo a autora, era essa a primeira fala daqueles que vinham de um lugar, de “outros mares”, a procura de um outro lugar. Esta primeira fala não era dita no vazio,

havia um contexto que emoldurava, que dava sentido, produzia significado. Pensando no colonizador, “*Terra à vista!*” não se constituía apenas no simples ato de ver, ou melhor, o ato de ver era o início da posse e era no discurso que se materializava o processo de dominação. Aquele que falava, além de transmitir o significado, posicionava o seu lugar naquela relação que era o de conquistador, demarcando sua origem e delimitando o espaço daquele que era conquistado, o objeto visto, possuído. O discurso da dominação é calcado na negação da alteridade ou quando reconhece a diferença desse *outro* o posiciona em um patamar inferior e age sobre ele como uma distorção que deve ser corrigida e muitas vezes punida.

Dessa forma, a terra conquistada era considerada “terra virgem” segundo Abreu (1997). Desconsiderava-se a população existente e o uso da terra feito pela mesma, seus cultivos, formas de organização, convívio social e construções. A negação da população dessa “terra virgem” parecia mais acentuada no caso da América por se tratar de um “outro” inesperado e exótico, um “outro” que não se encontrava dentro dos códigos de crença dos conquistadores e que parecia até ser de natureza diferente pela estranheza dos hábitos e costumes.

Essa negação da alteridade pode ser observada, segundo Todorov (1999), no discurso de Colombo quando este descrevia os índios em seus diários de viagem. Para o navegador espanhol, os índios não passavam de mais um dos elementos da paisagem, não muito diferente das árvores, dos rios, da natureza. E quando essa diferença foi reconhecida, ela teve que ser domesticada, educada, civilizada, aculturada. Os seres “estranhos” e ao mesmo tempo tão parecidos que aqui se encontravam pareciam, em um primeiro momento, de uma “inocência” e “ingenuidade” que não sabiam reconhecer a “verdadeira” riqueza e trocavam ouro por espelho. Na ótica do colonizador europeu, estes seres “ingênuos” não eram adeptos do trabalho, concepção que produziu a fama de preguiçosos que até hoje perdura na imagem que temos dos índios. No entanto, de “ingênuos” e “preguiçosos”, logo se mostraram bastante hostis, agregando a qualidade de “selvagens canibais” à definição dos conquistadores para a numerosa população que vivia nas Américas.

Trazendo esta visão do colonizador para o nosso debate sobre a questão agrária no Brasil, a terra aqui encontrada pelos portugueses parecia estar à espera de um dono, de um senhor que explorasse suas riquezas, que utilizasse a abundância que a natureza

parecia oferecer, quase a desperdiçar. Como esse dono parecia não ser necessariamente os portugueses, e a ameaça de outros europeus como possíveis donos começou a surgir com as invasões, a coroa portuguesa decidiu apropriar-se de “sua” posse, utilizando-se de premiações àqueles que se propusessem a atravessar os sete mares e usufruir o “novo mundo”.

O sistema de sesmarias presente em Portugal foi transplantado para a colônia, permitindo o acesso livre à terra para os brancos católicos que tinham a concessão territorial na condição de torná-la produtiva enquanto a propriedade continuava do Estado. Mesmo com a divisão da imensidão de terras em capitânicas hereditárias, ainda assim o sistema de sesmarias continuava vigente, cabendo aos donatários a decisão das doações e também a fiscalização da manutenção das terras produtivas, exercendo o direito de proibir o uso caso não cumprissem esta condição, destinando-a, assim, para um outro “bom cidadão”. (ABREU, 1997)

Entretanto, Abreu (1997) aponta que a transplantação deste sistema sesmarial tal qual o modelo da metrópole, sem levar em conta a especificidade da colônia, não foi bem sucedida, trazendo conseqüências que se refletem até hoje na estruturação agrária do país. Entre estas questões, o autor aponta que o sistema de devolução, caso o sesmeiro não mantivesse a terra produtiva, não se exerceu por vários motivos como, por exemplo, a dificuldade de fiscalizar a grande extensão de terras; a presença dos índios que dificultava o início da produção; entre outras especificidades, como o fato de delegar ao próprio sesmeiro a doação de terras a outros, caso não conseguissem produzi-las no prazo estipulado pelas cartas de concessão. A grande extensão de terras e a não estipulação de um tamanho limite para as sesmarias, bem como a dificuldade em ocupá-las, acabou favorecendo a constituição de grandes propriedades que mais tarde se adequaram mais eficientemente ao modelo de produção colonial, que era de exportação de monoculturas.

Esse sistema vigorou até meados do século XIX, quando o acesso à terra foi modificado pela Lei de Terras (Lei n.º 601) em setembro de 1850, implantada meses antes da abolição dos escravos. A liberdade dos escravos ameaçava a produção, pois se os negros libertos tivessem sua própria propriedade não necessitariam de trabalhar nas fazendas, ou seja, em propriedades alheias. Foi preciso, então, criar um mecanismo que impedisse o acesso dos ex-escravos às terras “livres”, não acarretando, dessa maneira,

em um problema de escassez de mão-de-obra. Dessa forma, foi criada a Lei de Terras, que dava a propriedade de todas as terras ao Estado e àquele que aspirasse ao direito de uso teria que adquiri-la através da compra. Assim, atrelava-se à posse e à propriedade da terra o pré-requisitido de bens ou condições financeiras equivalentes, delimitando a privatização da terra para alguns que já ocupavam um lugar determinado, privilegiado dentro da estrutura social vigente. Portanto, a abolição dos escravos nasceu concomitantemente com mecanismos de exclusão e, apesar da tão sonhada liberdade, a Lei Áurea não previa espaço, direitos e nem posições diferentes da dependência, da marginalização, da servidão e da expropriação para os negros.

Para Martins (1997), é na Lei de Terras que se encontra o cerne da questão agrária no Brasil: um mecanismo contraditório que fazia com que o Brasil, um dos países com maior quantidade de terras cultiváveis, não tivesse terras disponíveis para seus trabalhadores. Desde então, o direito à terra configurou-se em um direito privado e elitista, excluindo do processo de autonomia produtiva toda uma parcela significativa da população, composta por “pobres” em geral, homens “livres”, negros “libertos” e mais tarde composta por imigrantes europeus. Gerou um sistema de dominação fundado na propriedade da terra cujos alicerces eram constituídos de autoridade, poder econômico e violência, onde o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo tinham estruturado o tripé característico das colônias de exploração.

Quando houve estímulo para que europeus imigrassem para trabalharem nas grandes fazendas de café, houve um choque cultural que acarretou em tensões no campo, pois os fazendeiros estavam acostumados com a mão-de-obra escrava, enquanto os europeus eram pequenos produtores que tinham sido expulsos de suas terras por conta da modernização agrária nos seus países de origem. Dessa forma, a estrutura fundiária do país ficou marcada por grandes extensões de terras em sua maioria improdutivas, em que se utilizou o mecanismo da Lei de Terras para que houvesse um excedente de mão-de-obra industrial, assegurando uma produção a custo baixo.

*“No nosso caso, surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército industrial de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária, curiosamente, foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de*

*reinclusão dos expulsos da terra. Portanto, entre nós, ela é a face escamoteada da questão do trabalho, que se manifesta na exclusão social.” (MARTINS, 1997, p. 12)*

É interessante observar o imbricamento da formulação da Lei de Terras com a delimitação dos papéis e lugares sociais que dita uma cultura para os “ricos” e uma para os “pobres”. Assim, no tecido social são produzidos distintos discursos que são assimilados, internalizados e reproduzidos sem que esteja claro o processo de dominação, sem que os sujeitos e atores da rede social percebam. Neste sentido, citamos ainda Martins a respeito dos “efeitos sociais da Lei de Terras” visto no discurso de um dos grandes fazendeiros de café de São Paulo:

*“Prado dizia que o acesso à terra, por parte dos pobres, dos trabalhadores, se faria mediante a poupança, a vida sóbria, aquela coisa de não gastar, de economizar e guardar. No fundo, a lei pressupunha uma espécie de ética protestante dos trabalhadores rurais, que assim poderiam economizar desenvolver uma disciplina interior baseada na poupança e comprar terras que os grandes fazendeiros tivessem em disponibilidade.” (MARTINS, 1997, p. 15)*

Quando Martins diz que a questão agrária está associada ao desenvolvimento do capitalismo, ele se baseia na questão da abolição dos escravos que está diretamente ligada à revolução industrial, que por sua vez acarretou na Lei de Terras como forma de garantir mão-de-obra. Nesse período, havia uma pressão externa por mercados consumidores que absorvessem o aumento da produção acarretado pela inserção da máquina no trabalho. E para ampliar o mercado consumidor era necessário que houvessem trabalhadores assalariados, que pudessem comprar essa produção, confrontando, desta forma, a existência do trabalho escravo que não remunerado, não consumia. Assim, o avanço do capitalismo, a partir da revolução industrial, implicou na abolição dos escravos, mas também na má distribuição de terras no Brasil. Mesmo com a libertação dos escravos, a estrutura de dependência, exploração e subserviência foi mantida, trazendo, desta maneira, questionamentos sobre a modernização do trabalho e a forma como se estruturou o avanço do capital. Neste sentido, citamos Martins, que coloca que o avanço do capitalismo no campo continuou de forma desastrosa para o pequeno produtor, trazendo conseqüências que extrapolaram as fronteiras do contexto rural e consistindo em situações de pobreza, miséria e violência também no mundo urbano com o êxodo rural, a dificuldade de absorção de mão-de-obra, o inchamento das

grandes cidades e todos os malefícios que estão associados à constituição das favelas nos grandes centros.

*“A agonia desse mundo escravista e patriarcal prolongou-se até meados dos anos cinquenta, com suas relações de favor e dependência pessoal, sua violência específica, seus conflitos dissimulados e sua exploração característica. Até então as diferentes relações entre o homem e a terra, mediadas pelo monopólio de classe instituído no século XIX, davam razoavelmente certo, mesmo com uma enorme pobreza no campo. Uma pobreza, porém, curiosa, que ainda hoje desperta nostalgia nos antigos camponeses agora reduzidos a uma miséria completamente diferente. Quase não havia dinheiro nas relações de trabalho. A possibilidade de uso da própria terra do fazendeiro por parte do trabalhador para assegurar sua subsistência e a de sua família e a possibilidade de moradia na própria fazenda criava uma pobreza peculiar. O trabalhador produzia diretamente seus próprios meios de vida, não passava fome. O mundo pobre do caipira e do sertanejo era um mundo de fartura.” (MARTINS, 1997, p. 19)*

### **3.2. Os movimentos sociais no campo**

Muitos países da América Latina, a exemplo do Chile, já conquistaram avanços há décadas na questão agrária. No Brasil, esta é uma questão que, em princípio, está contemplada em alguns programas de governo e, neste sentido, uma expressiva quantidade de projetos de assentamentos foram desenvolvidos nos últimos anos. Apesar disso tudo, a reforma agrária ainda não se constituiu como um projeto político efetivo na agenda brasileira. É relevante colocar, como diz Fernandes (2001), que reforma agrária é muito mais do que a distribuição ou desapropriação de terras; implica em um planejamento de políticas públicas direcionadas ao suporte e à viabilização dos projetos de assentamentos em relação à infra-estrutura, à inserção social e produtiva no mercado, visando uma melhor qualidade de vida para essas famílias e para as regiões que estão em seu entorno, diferindo, dessa forma, da política atual que atende a demandas pontuais e emergenciais de acordo com o processo de organização, pressão e reivindicação dos trabalhadores rurais.

Neste sentido, a reforma agrária, assim como hoje está acontecendo, está diretamente relacionada com as mobilizações dos trabalhadores no campo, que têm no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST) sua representação mais visível, apesar de não ser a única. O MST constitui em um



movimento social significativo desses trabalhadores, principalmente porque trouxe à tona a questão agrária do país para ser discutida na pauta da agenda política nacional, bem como na mídia e na sociedade como um todo (FERNANDES, 2001).

Apesar da visibilidade e eficácia do MST, este, como foi dito, não constitui o único e nem o primeiro movimento de trabalhadores rurais. Vale a pena enriquecer nossa discussão com a experiência das Ligas Camponesas, que foi um movimento situado no fim da década de 50 e início da de 60, originado na zona canavieira de Pernambuco, e que se estendeu para outros estados do Nordeste, como a Paraíba, e tinha o objetivo de defender os direitos de trabalhadores rurais, por exemplo, o direito a indenizações pelas benfeitorias realizadas quando estes eram expulsos das terras dos patrões. As ligas ficaram conhecidas por uma manifestação em Recife que reuniu um número significativo de trabalhadores e tinha o apoio do advogado Francisco Julião, que levou adiante a causa dos camponeses. Eram chamadas de “ligas” por terem sido associadas a ligas comunistas e com o Golpe de 64 foram extintas, tendo seus líderes cassados e mortos. (MEDEIROS, 1994)

Além das ligas, há ainda na região sul do país um outro movimento conhecido como Guerra do Contestado que aglutinou diversos trabalhadores rurais em mobilizações camponesas em um enfrentamento com o governo. Podemos citar ainda Canudos como mais um exemplo histórico do poder organizativo dessas camadas populares, que tinham o objetivo de formar uma comunidade alternativa e independente e que, assim como as outras manifestações, ameaçavam o poder oligárquico local, seja por diminuir o número de eleitores de um determinado “curral eleitoral”, seja por ameaçar a reserva de mão-de-bra e reivindicar direitos trabalhistas.

Após a violenta repressão dos movimentos sociais pelo regime militar, na década de 70, a Igreja Católica, através da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) passa a apoiar a organização dos trabalhadores rurais através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas em um movimento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação. Assim, é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que passa a evangelizar de acordo com o contexto vivido pelos trabalhadores, associando a “terra prometida” à luta pela terra. Os trabalhadores que tinham seus direitos de cidadania negados socialmente encontravam nos espaços dessas

comunidades liberdade de expressão, convívio social em que todos eram considerados iguais, “filhos de Deus” (FERNANDES, 1998).

Assim, segundo Fernandes (1998) e Grzybowski (1991), no fim da década de 70 e início da de 80, dadas as primeiras ocupações realizadas no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul por trabalhadores rurais, estes decidem formar um movimento específico de sua causa, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este movimento tem como marco oficial o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra que aconteceu em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, e teve como participantes 80 representantes de 13 Estados (COMPARATO, 2000). O MST surge, então, como fruto de um processo de enfrentamento e resistência às políticas agropecuárias do regime militar que levavam à expropriação do trabalhador do campo. Assim, o MST desenvolveu-se no âmbito dos movimentos sociais da década de 70 como o “novo sindicalismo” dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, o surgimento do Partido dos Trabalhadores – PT e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Surge, então, uma nova fase no movimento social do campo caracterizada pela reivindicação de terras, cujo principal mecanismo político de luta são as ocupações de grandes propriedades improdutivas, originando um segmento significativo de assentamentos rurais regulamentados pelo Estado.

### **3.3. Assentamentos de “Reforma Agrária”**

*“(…) laboratórios para observação privilegiada de múltiplas experiências.”  
(MEDEIROS & LEITE, 2002, p. 6)*

Os assentamentos de reforma agrária compreendem uma diversidade de atores envolvidos, mediadores, contextos político-sociais que nos impedem de falar sobre eles de forma homogênea. Neste sentido, há projetos que atendem a demanda de seringueiros que praticavam extrativismo em determinadas áreas; assentamentos em regiões de usinas falidas cujos antigos trabalhadores assalariados foram realocados; assentamentos compostos por “posseiros” que viviam nas terras há um longo período consistindo em regularizações fundiárias; assentamentos que se originaram de processos

organizativos de trabalhadores rurais que viviam em grandes propriedades como “moradores”, parceiros ou rendeiros e resistiram ao processo de expulsão ou ainda que são frutos das ocupações de terras promovidas por entidades de representação dos trabalhadores, como MST, CPT, sindicatos entre outros (MEDEIROS & LEITE, 2002, a).

Assim, entre os beneficiários desses projetos encontram-se posseiros, parceiros, rendeiros, seringueiros, famílias atingidas por construção de barragens e hidrelétricas, desempregados moradores de periferias urbanas, assalariados urbanos e rurais, aposentados que procuram um complemento à renda e filhos de produtores rurais em busca de alternativas. Heredia *et al* (2002) apontam ainda que os assentamentos vêm se constituindo como suporte para parentes que se deslocam em busca de alternativas melhores ou ainda como apoios temporários para aqueles que necessitam de amparo, proporcionando, dessa forma, uma recomposição familiar na medida em que reativa os laços familiares. Ou seja, além dos beneficiários diretos, há a rede familiar que também se beneficia desses projetos.

Entre os vários agentes envolvidos na constituição de um assentamento encontram-se, além dos beneficiários, instituições do governo como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Poder Judiciário, prefeituras, ONG's, secretarias estaduais de agricultura e assistência técnica, segmentos da Igreja Católica como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidades de representação dos trabalhadores como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), sindicatos, associações e cooperativas.

Entretanto, apesar da diversidade e da complexidade das situações, há uma tensão (geralmente desencadeada em conflito) que marca a constituição de um assentamento, que implica geralmente em uma desapropriação ou na regularização legal de uma dada área, seja solicitada pelo INCRA, pela prefeitura ou pela reivindicação dos trabalhadores e de suas representações. Além disso, há características comuns que marcam uma especificidade desses projetos no processo de inserção no contexto agropecuário e na relação que este segmento mantém com a sociedade e com o Estado. Pode-se dizer que o primeiro ponto é de âmbito legal, aquela área é agora de direito dos assentados e nesta posição há uma série de aspectos que os diferenciam da camada

comum de trabalhadores rurais, como, por exemplo, a obrigatoriedade de formarem ou estarem vinculados a uma associação e o direito de terem acesso aos créditos rurais.

Um outro aspecto importante a frisar é que a conquista do assentamento não é vista apenas como “ponto de chegada” mas principalmente como “ponto de partida” para muitas outras lutas e reivindicações. É no assentamento que várias outras lutas se reiniciam no desafio da convivência e do trabalho na terra e na luta, não mais por terra, mas por infra-estrutura básica, como água, moradia e saneamento, bem como educação, saúde, condições de trabalho, crédito e lazer. Assim,

*“Assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação em direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito.” (MEDEIROS E LEITE, 2002, p. 11, a)*

Heredia *et al* (2002), analisando os impactos dos assentamentos nas áreas onde estes encontram-se localizados, observaram várias mudanças tanto nas situações internas, referentes aos próprios assentados, como também na região de entorno dos projetos. No que diz respeito ao impacto regional, algumas mudanças observadas foram: fortalecimento de movimento de luta pela terra; rearranjos institucionais decorrentes de novas demandas que o Estado é solicitado a atender; geração de empregos; aumento do nível de renda; movimentação do mercado local; alteração das relações de poder com o surgimento de novas lideranças e aumento da capacidade participativa da população aumentando as reivindicações já existentes ou apresentando uma participação política diferenciada para a comunidade local; novas demandas e novos recursos, como, por exemplo, a diversificação da produção; melhoria da qualidade de alimentação e alterações nutricionais pelo aumento do consumo; mudanças na ocupação do espaço e na paisagem com alterações na estrutura fundiária local; acesso a políticas públicas como créditos rurais; participação em novas experiências produtivas através da ação de ONG's; além de várias outras implicações e mudanças que apontam para indicadores positivos de êxito desses projetos. Quanto a participação política, os autores colocam:

*“Esses dados indicam que a experiência política da luta pela terra (qualquer que tenha sido sua forma) acabou por produzir lideranças, formas de representação, um aprendizado sobre a importância das formas organizativas e sobre sua capacidade de produzir demandas. Assim, a existência dos assentamentos, em alguma medida, modifica a cena política local.” (HEREDIA et al, 2002, p.93)*

Contudo, há muito a ser pesquisado nessa realidade que está sendo produzida por estes trabalhadores, como, por exemplo, o espaço, a participação, o envolvimento e as expectativas dos jovens assentados. Segue, então, algumas reflexões sobre este segmento populacional.

### 3.4. Os jovens assentados

Alguns autores, como Carneiro (1998) e Ferreira (2002), têm apontado uma mudança na realidade rural brasileira que não se caracteriza mais como um universo exclusivamente agrário. Neste sentido, tem-se falado de uma pluriatividade das atividades do campo, um processo de “*rurbanização*” em que há mistura dos valores culturais e estilos de vida do urbano e do rural.

Segundo Ferreira (2002), esta mudança é observada na literatura das ciências sociais a partir da década de 90, apontando para um processo de recomposição desse rural caracterizado por “*reformas societárias*” (p. 30) com possibilidades de melhoria da qualidade de vida e de revitalização deste espaço. Estas novas compreensões se contrapõem às hipóteses teóricas da década de 60 nos países desenvolvidos e 80 no Brasil, que preconizavam o fim do mundo rural por um processo intenso de urbanização com esvaziamento da população do campo, aumento da agroindustrialização e da proletarianização dos trabalhadores rurais.

Apesar de guardar semelhanças com as “*novas ruralidades*” apresentadas pelos países desenvolvidos, tem-se observado no Brasil particularidades como, por exemplo, a permanência da agricultura como uma das atividades definidoras do espaço rural, mesmo com os processos de “*pluriatividade*” e “*rurbanização*”. Neste sentido, Ferreira coloca:

*“No Brasil, a perspectiva de se pensar o rural como **território do futuro** é demonstrada de forma exemplar pela mobilização dos sem-terra e pelos assentamentos rurais que evidenciam sua potencialidade para uma política de combate à fome e à exclusão social.*

*Há uma revitalização rural em curso, mesmo que desigual em diferentes territórios. Certas regiões passam por processos contínuos de exclusão e marginalização, ao passo que outros territórios rurais detêm chances de trabalho, de cultura e sociabilidades que são cada vez mais valorizadas.” (Ferreira, 2002, p. 41)*

Carneiro (1998) diz que esta transformação do espaço rural caracterizada pela heterogeneidade, diversificação e diluição de fronteiras pode ser observada mais facilmente nos projetos da juventude rural. Neste sentido, a autora realizou uma pesquisa com jovens de 15 a 26 anos de duas comunidades rurais – São Pedro da Serra em Nova Friburgo (RJ) e Nova Pádua (RS) – em que investigou os projetos desses jovens relacionados ao imaginário sobre o campo e a cidade. Com o objetivo de delimitar e definir essa faixa etária caracterizada pela transitoriedade, a autora utilizou a seguinte definição:

*“(...) o jovem é aquele indivíduo que se encontraria em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização.” (CARNEIRO, 1998, p. 98)*

Os jovens dessas comunidades tinham em comum o conflito entre o ideal urbano, moderno e individualizado e o sentimento de pertencimento ao local de origem e à família. Assim, seus projetos eram caracterizados por uma ambigüidade em que mesclavam elementos de sua cultura familiar mais tradicional e elementos dos estilos de vida e valores culturais típicos da classe média urbana. É interessante observar que esta mudança evidenciada nos projetos desses jovens está relacionada com as mudanças nas perspectivas e estrutura social, podendo ser observadas, por exemplo, nas estratégias de reprodução adotadas pelas famílias de Nova Pádua, descendentes de migrantes italianos.

Para estes jovens, os projetos que as famílias traçavam não eram mais como na primeira geração de migrantes italianos com a continuação no trabalho agrícola na terra. Essa modificação, ocorrida na década de 50 e 60, concomitantemente com o processo de urbanização, trouxe uma flexibilização dentro da estrutura hierárquica e autoritária do patriarcado, possibilitando alternativas para alguns jovens de não ter a obrigatoriedade de continuar na terra. Em substituição ao legado da terra, a família apresentava a continuação dos estudos na cidade, solucionando a questão cada vez mais dispendiosa de adquirir recursos para repartição da terra entre a família numerosa, viabilizando, dessa forma, a necessidade de reprodução e continuação do sistema familiar. Ressalta-se, assim, que no período anterior havia projetos determinados pela família para cada filho: aos homens cabia a herança da terra ou, ao mais novo, a continuação do trabalho agrícola, enquanto para as mulheres, por não caberem ser proprietárias de terra, restava-lhes com maior facilidade a possibilidade de continuação

dos estudos e, no caso do projeto da cidade, serem empregadas como domésticas. (CARNEIRO, 1998)

Vale ressaltar que estas alternativas “urbanas”, estudo e trabalho, estavam em consonância com a elevada oferta de empregos de nível técnico da época, mas que não se apresentam da mesma forma para os jovens de hoje, que encontram o mercado de trabalho sem perspectivas de absorção de mão-de-obra com qualificação mediana. Estas questões do jovem rural fazem-nos questionar os projetos de vida dos jovens dos assentamentos que, por estarem em um contexto diferenciado, muitas vezes de retorno ao campo, ou seja, com um deslocamento cidade-campo ou mesmo fixação no campo, instigam a investigação de quais são os seus projetos e como essas famílias desenvolvem mecanismos de reprodução visto que a escassez da terra vivenciada de forma semelhante pelas famílias de colonos é também uma realidade para as famílias assentadas.

Neste sentido, citamos ainda o conceito de projeto feito por Velho (1994) para possibilitar a análise dessas questões:

*“A idéia de projeto é útil para entendermos essa relação entre indivíduo e mundo globalizado. Projeto – definido por Schutz como “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” – associado à idéia de “campo de possibilidades” (dimensão sócio-cultural, espaço para formulação e implementação de projetos) nos ajuda a entender as trajetórias individuais” como expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades.” (VELHO, 1994, p. 40)*

Vieira (2002), pesquisando, através de um estudo de caso, os valores e aspirações de jovens de um assentamento rural na Paraíba, construiu um perfil desses jovens em que alguns aspectos merecem destaque pela contribuição que aporta a este estudo. A presença de dificuldades sentidas por esses jovens no momento de ingresso no mercado de trabalho, apontando para uma falta de perspectivas; a insatisfação com a vida no assentamento que, em um certo sentido, se relaciona com as dificuldades enfrentadas, como falta de transporte, água encanada e assistência à saúde, parecem estar associadas também à identificação com o estilo de vida urbano. Estes jovens mostram valores típicos de uma cultura “*rurbana*”, em que os objetos de consumo pouco se diferenciam de outras localidades brasileiras, como o celular e o passeio no shopping. O percentual de jovens assentados que prefeririam morar na cidade é de 56%. Outro aspecto que chamou bastante atenção é que, mesmo tendo participado da luta pela terra, do processo

de formação do assentamento, segundo a pesquisadora, a maioria apresenta uma desinformação a respeito da problemática agrária do país e mesmo em relação àquela que vivenciam; quando questionados se teriam feito a mesma escolha dos pais e entrado na luta pela terra, 57% respondem que não teriam participado. Para finalizar, dois últimos aspectos sociais nos chamaram a atenção: o primeiro relaciona-se com o lugar social do casamento no contexto do assentamento, que corresponde à elevação do status de jovem para um papel de maior autonomia e responsabilidade, sendo valorizado pela comunidade com direito a maior participação nas decisões coletivas; e o outro aspecto relaciona-se com a relação social dos assentados com a comunidade de entorno. A pesquisa de Vieira apresentou um índice de 41% de jovens que se sentem discriminados pelas pessoas residentes na cidade, que os vêem como “*ladrões de terra*”, levando muitos jovens ao sentimento de vergonha e a omitirem ou mesmo mentirem sobre o local de moradia quando perguntados.

Estes resultados encontrados por Vieira, além das indagações sugeridas pelos outros estudos apresentados, intensificam a complexidade da realidade dos jovens assentados e instigam a curiosidade no sentido de pesquisar a problemática desses jovens. Neste momento, passamos a apresentar as características principais do Estado do Rio de Janeiro em relação à questão fundiária e agrária.

### **3.5. Rio de Janeiro e suas terras**

Segundo o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro (1991), o estado apresenta peculiaridades em relação às questões agrárias, fundiárias e aos conflitos de terra. Caracteriza-se por uma fragmentação das propriedades rurais, associada a uma tendência à concentração de terras, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola encontra-se em decadência que, por sua vez, levou a um esvaziamento das regiões do interior, na mesma proporção em que a região metropolitana constitui em grande pólo atrativo, levando a uma intensa expansão urbana. Assim, os conflitos fundiários também estão associados à expansão urbana que gerou uma grande especulação de terras, processos de grilagens e expulsão do trabalhador e do pequeno proprietário das áreas próximas às cidades. Esta peculiaridade do estado perpassa por alguns pontos principais



como a posição que o estado assumiu no panorama político e econômico do país no decorrer de sua história, que também está relacionado ao período colonial.

A esse respeito é importante enfatizar que a área territorial do estado não estava inicialmente configurada na época em que as capitanias hereditárias foram divididas e sua ocupação nos dois primeiros séculos restringiu-se ao litoral, sendo fundada a cidade do Rio de Janeiro no sopé do Morro Cara de Cão a partir de um acampamento militar com fim de expulsar os franceses da Baía de Guanabara. Em 1608, iniciou-se a ocupação de Ilha Grande, que se estendeu da ilha para as terras da baía em 1624. Por estar no caminho de escoamento da produção que iniciava no interior e seguia depois por via marítima, a vila de Parati foi fundada em 1667. E ainda no século XVII, a ocupação do estado foi adentrando pelo interior, sendo a região de Campos ocupada por meio da ação de sete capitães que arrendaram suas sesmarias doadas pela Coroa, desenvolvendo inicialmente atividade pecuária e em seguida o cultivo da cana-de-açúcar. Ainda no final do século XVII, iniciou-se o ciclo do ouro que trouxe mudanças importantes para o estado como a oficialização do porto do Rio de Janeiro como o principal escoador dos produtos da colônia e não mais o porto de Santos. No século XVIII, a ocupação se estendeu para o Vale Médio do Paraíba, entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, constituindo no principal pólo produtor do estado com a cultura de cana-de-açúcar, que se estendeu para todo o território do Rio de Janeiro e mais tarde tornando-se restrita à região de Campos, enquanto que no Vale Médio do Paraíba se instaurou a cultura do café. No século XIX, o café levou a ocupação a avançar ainda mais para o interior, que no noroeste fluminense se expandiu até início do século XX. O declínio do café, principalmente no Vale do Paraíba, aconteceu em decorrência do desgaste do solo e da abolição do tráfico de escravos com a Lei de Eusébio de Queiroz em 1850. O Vale do Paraíba tinha a mão-de-obra escrava como sua principal força produtora e também como grande reserva de capital.

Com o declínio do ciclo da cana-de-açúcar e decadência do Nordeste como principal pólo econômico da colônia, o estado do Rio encontrou-se em posição estratégica para o novo ciclo econômico, devido à proximidade com a região de Minas, além de dispor de importante porto na Baía de Guanabara, colocando o estado em patamar privilegiado nas negociações e comercialização com a metrópole portuguesa. Assim, no século XVIII, o ciclo do ouro acarretou na mudança de Salvador para o Rio

de Janeiro do Centro do Governo Geral, sede administrativa da colônia. Dessa forma, toda a parte administrativa, militar e comercial das capitanias estavam centralizadas na cidade do Rio de Janeiro e no porto na Baía de Guanabara encontrava-se o único meio de comunicação com a metrópole, onde ocorria a exportação e importação de todos os produtos. Importantes rodovias e principalmente ferrovias cruzaram o estado, transportando o ouro de Minas até o porto e mais tarde o café de São Paulo e Vale do Paraíba, abrindo, dessa forma, pontos de ocupação, lugarejos e vilas.

Em 1808, com a vinda da família real portuguesa e toda sua corte (cerca de 15 mil pessoas) para a cidade do Rio de Janeiro, o Brasil elevou-se à condição de metrópole e o Rio à de capital, trazendo um maior desenvolvimento para a cidade, bem como aumentando a centralização dos processos administrativos, políticos e econômicos da colônia. Pode-se dizer que o marco desta mudança foi consolidado com a Abertura dos Portos para as nações amigas, que permitiam a comercialização direta da colônia com os reinos de nações européias como a Inglaterra e a Holanda.

Assim, ocorreu uma aceleração do processo de urbanização que, de bairros estritamente rurais, passaram a mistos e em seguida a urbanos. O Rio era essencialmente rural, com um pequeno núcleo urbano em torno do porto, sendo seu interior composto por pequenas vilas surgidas no lento processo de ocupação por influência do setor econômico e também da Igreja Católica, que se consistiu em um dos principais agentes de poder responsáveis pela conquista do interior. Neste sentido, é importante destacar o papel da Igreja, que, ao fundar igrejas e paróquias, promovia o surgimento das vilas através das freguesias. A Igreja, além de ser a grande mediadora entre as culturas indígena e portuguesa, também era responsável por todo processo administrativo que hoje cabe aos cartórios, como registro de nascimento, casamento, óbito e outros, exercendo, dessa forma, uma função de vigília social concretizada na própria divisão espacial nos vilarejos, onde se encontrava em local central. Ao longo do tempo, constituiu-se como a principal detentora de terras, por meio das doações dos fiéis, e também no principal impasse ao processo de demarcação de terras públicas no estado após a homologação da Lei de Terras. A Igreja foi responsável até por esquemas de grilagens de terras, o que levou o Marquês de Pombal, em 1759, a confiscar todos os bens da instituição religiosa, que em 1761 foram leiloados, como também o levou a

expulsar a Ordem dos Jesuítas da colônia, por meio de perseguições e cassações dos padres.

A delimitação das terras públicas levou muito tempo para ser concluída, pois além da Igreja também existiram diversos grupos interessados que realizaram grilagens de terras e até incendiaram o Arquivo da Câmara para dificultar os processos de legalização e regularização fundiária. Assim, as ocupações se deram sem necessariamente corresponderem aos direitos de propriedade.

Com o declínio do ciclo do café, o setor agrícola do estado também entrou em decadência, ao mesmo tempo em que se iniciaram os processos de industrialização que gerou a expansão urbana, acelerada pelo êxodo rural diante das faltas de perspectivas no campo e também pela pressão pelo espaço habitacional. Com isso, o Rio se urbanizou de forma intensa em um curto período de tempo. Com a expansão urbana, a terra passa a ter um outro valor que não só o produtivo, ela passa a ter um valor de reserva, de espera de valorização, sendo muitas vezes camufladas sua inatividade pela implantação de uma pecuária extensiva. Levas de migrantes vindas do interior do estado e de outras regiões como Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo iniciaram na década de 40 o aumento da população e expansão da periferia urbana. Na década de 50, com o aumento da industrialização com base no capital estrangeiro, intensificou-se o fluxo migratório que gerou os processos de favelização. Na década de 60, com a mudança da capital do país para Brasília, o Rio perde importantes investimentos gerados pela atividade administrativa, além de ter perdido oportunidades de desenvolvimento para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais. Assim, sua hegemonia econômica fica abalada e o estado é incapaz de absorver a nova demanda populacional, bem como de atender às necessidades dos fluxos migratórios, apesar de ainda não deixar de exercer grande atrativo para grande camada de trabalhadores de outras regiões.

A expansão urbana e o surgimento do turismo, principalmente na região da Baía de Ilha Grande, geraram grande especulação imobiliária, bem como deram continuidade aos mecanismos de grilagem de terras, insuflando os conflitos fundiários com a expulsão de trabalhadores e moradores de pequenas propriedades, que eram muitas vezes obrigados a venderem suas terras pela pressão imposta pelo setor imobiliário.

Na década de 50, os conflitos fundiários se agravaram com a pressão dos trabalhadores que resistiam aos despejos por meio da criação de entidades organizativas

e com ações de ocupação de terras e acampamentos. Muitos desses conflitos, marcados pela violência, diminuíram no período que corresponde ao regime militar, que apesar de ter a reforma agrária entre suas propostas de governo, não conseguiu implementá-la, mesmo com a constituição de vários órgãos para esse fim, como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em 1964, em substituição à Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) e, em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a partir da fusão do IBRA e do INDA. Os projetos, programas e instituições implementadas neste período não exerceram mudanças e nem se mostraram eficientes em seus objetivos.

Com a acentuação dos conflitos fundiários, nas décadas de 70 e 80, principalmente na região metropolitana do estado do Rio, o governo de Brizola, em 1983, instaura uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) para atender a demanda através de alguns objetivos, como a definição de áreas e a solução de litígios com a permanência das famílias nas terras, entre outras medidas. Em 1986, a CAF é incorporada à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais que acarretou na constituição, em 1990 do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, realizando, desta forma, uma política agrária a partir da pressão dos trabalhadores que levou à constituição de diversos assentamentos, principalmente na região metropolitana. Assim, além do governo federal por meio do INCRA, o Estado do Rio teve também sua participação significativa na regularização fundiária e promoção de uma política agrária, sendo responsável hoje por praticamente metade dos projetos de assentamento, enquanto a outra metade foi promovida pelo INCRA.

Assim, há uma grande quantidade de assentamentos próximos às áreas urbanas implantados pelo ITERJ que têm suas áreas e lotes menores do que as do INCRA e que exercem um papel diferenciado em relação aos outros assentamentos, pois constituem principalmente como local de moradia para muitos trabalhadores que têm seus vínculos de trabalho com as cidades próximas. Dessa forma, muitos desses assentamentos da região metropolitana são compostos por uma população em sua maioria de idade avançada que busca alternativas de moradia às periferias urbanas ou muitas vezes uma renda complementar ao trabalho na cidade ou à aposentadoria. São trabalhadores que muitas vezes migraram de outras regiões, como o Nordeste e que tiveram no seu

passado contato com a vida rural, retomando no assentamento esse vínculo com a atividade agrária. Assim, possuem uma intensa relação com a área urbana, que muitas vezes ainda constitui como local de trabalho, estudo e consumo, fortalecendo, dessa forma, processos híbridos denominados por alguns estudiosos como *rurbanização* (MEDEIROS & LEITE, 2002 (b) e CARNEIRO, 1998).

Neste sentido, podemos observar (anexo 02) que na década de 90 a grande quantidade de conflitos no estado estão concentrados na região metropolitana, valorizada pela expansão urbana, e na Baía de Ilha Grande, em decorrência do Turismo. Há ainda uma valorização das terras na bacia do Rio São João e Macacu, pela drenagem de algumas áreas, bem como na região de Campos, com a decadência de grandes usinas, agravando assim os conflitos e prometendo o ressurgimento agrícola dessas regiões. É importante colocar que, apesar do intenso processo de urbanização que se encontra o estado, este é incapaz de atender a demanda alimentar de sua população, sendo dependente da importação de produtos de outros estados. Apesar disso, segundo as informações do Atlas Fundiário, na década de 90, a região serrana desponta como pólo agricultor do estado, prometendo uma participação mais ativa na produção agrária e econômica.

Os assentamentos fluminenses, segundo Medeiros e Leite (2002, b), têm se apresentado como importante fator de movimentação da atividade agrícola da região, contribuindo até mesmo com o abastecimento do estado. Esses projetos têm alcançado efeitos diversos, como interferir no sistema de relações e poder local, potencializando a participação dos trabalhadores tanto da cidade quanto do campo nos processos de reivindicação de seus direitos, promovendo uma melhoria da renda, da qualidade alimentar entre outros aspectos.

Neste cenário, retomamos nossas perguntas a respeito dos jovens: como eles se encontram neste processo? Qual sua participação e perspectivas?

Considerando que apresentamos um breve panorama histórico do contexto em que os jovens assentados estão inseridos, introduzindo e situando o tema estudado, partimos agora para uma outra etapa deste trabalho, que se relaciona com o desenvolvimento teórico que possa constituir referências de leitura, compreensão e interpretação da questão investigada.

#### 4. DISCURSOS E HISTÓRIAS: TEXTOS DE VIDA

##### 4.1. *História de Vida, narração e memória*

*“Uma lembrança é um diamante bruto  
que precisa ser lapidado pelo espírito.”  
(CHAUÍ, In BOSI, 1994, p. 21)*

Segundo Michel Legrand (2000), o surgimento da “história de vida” como metodologia de pesquisa nas ciências sociais relaciona-se ao surgimento do gênero “relato de vida”, que remete ao processo de individualização ocorrido nas sociedades contemporâneas que diferencia a relação do indivíduo com a comunidade, ressaltando o primeiro enquanto identidade individualizada e não mais apenas como identidade coletiva. Neste sentido, o autor data o século XVIII, com a autobiografia de Jean-Jacques Rousseau, como o surgimento dessa forma de se contar a própria história. Entretanto, há um desdobramento desta especificidade narrativa que perpassa por várias áreas do conhecimento, como na literatura; na história, com as biografias históricas e a história oral; na antropologia cultural, com os relatos autobiográficos de chefes indígenas; na sociologia, com estudos sobre a relação da migração com a delinquência urbana; na educação, com a observação que adultos aumentavam a capacidade de aprendizado quando os conteúdos estavam relacionados às suas histórias de vida; e por fim, na psicologia clínica, com a prática terapêutica a partir das histórias dos pacientes/clientes. Assim, no século XX o uso da “história de vida” tem estado presente em diversas práticas e tem se constituído como um campo de saber específico e interdisciplinar cujo modelo teórico-metodológico de pesquisa dentro das ciências sociais e humanas tem se referendado por uma ótica qualitativa.

Preuss (1997) afirma que foi na década de 80 que a “história de vida” ressurgiu como modalidade de pesquisa, trazendo consigo o aquecimento do embate entre metodologias qualitativas e quantitativas. Assim, diante da diversidade de concepções e uso desta metodologia, a autora prefere chamá-la de abordagem biográfica, elaborando a seguinte definição: *“forma de entrevista não estruturada que se propõe conhecer o desenrolar, no tempo, de alguma faceta da vida de uma pessoa: como mãe, pai, profissional, e como elemento inserido em um grupo específico (etnia, religião, subcategoria social, etc.)”* (p. 107).

A autora ainda aponta a memória como um elemento presente no relato da história de vida, que foi desenvolvido tanto por Pollak quanto por Halbwachs, como constitutivos do social em que a memória coletiva entrelaça-se à individual. Neste sentido, Bosi, em sua obra *“Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos”*, tece um diálogo sobre o lembrar e o narrar histórias de vida ou vividas. Segundo a autora, *“Memória e Sociedade”* não consiste em um livro exclusivamente sobre memória e nem sobre velhos, mas encontra-se na intersecção destes temas, constituindo não apenas uma produção científica (uma tese de doutoramento), mas, segundo Chauí, um *“campo de pensamento”* em que a autora entrelaça a tríade *“memória-trabalho-velhice”*, produzindo para Barbosa uma *“psicologia do oprimido”* análoga à pedagogia de Freire. (BOSI, 1994)

Neste sentido, a autora coloca:

*“Não se trata de uma obra com proposta de amostragem: o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal. Desde sua concepção o trabalho situava-se, portanto, naquela fronteira em que se cruzam os modos de ser do indivíduo e da sua cultura: fronteira que é um dos temas centrais da psicologia social.” (p. 37)*

***“(...) registrar a voz, (...) a vida e o pensamento (...)***

Encontra-se, desde já, um diferencial do trabalho de Ecléa Bosi que pode ser bem observado no prefácio de Barbosa ao comentar que, além de *“colher memórias de velhos”*, a autora *“deu existência a essas memórias”* (p. 12). Observa-se, então, a perspectiva adotada pela autora em compreender que as memórias não existiam por si mesmas, não estavam prontas, amadurecendo como cachos de uvas a espera de serem colhidas, mas elas se constituíram no processo da vida dessas pessoas e foram se formando na lembrança quando um “outro” se dispôs a ouvi-las. Elas foram, assim, colhidas, desdobradas, entraram em processo de produção como um *“cabedal infinito”*. Assim, pontua-se o método de pesquisa desenvolvido que partia de um *“vínculo de amizade e confiança”*, utilizando uma observação participante em que sujeito e objeto eram tanto a pesquisadora quanto os “recordadores”, que se alternavam no trabalho de lembrar e ouvir, ser pesquisado e compreender, produzir uma nova narração. A autora

se propunha não a analisar a veracidade dos fatos e das histórias vividas e relatadas, mas o “*interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.*” (p. 37)

Neste sentido, Ecléa Bosi ancorou-se, dentre alguns autores, em Bergson e Halbwachs, que desenvolveram estudos sobre a memória. O primeiro com “*uma rica fenomenologia da lembrança*” (p. 43) e um método introspectivo que tinha como tese central a idéia de conservação do passado na memória. Disto distinguia a “*memória-hábito*”, como o armazenamento de informações e comportamentos mecânicos do cotidiano, e a “*imagem-lembrança*” ou a “*lembrança pura*”, que persistia no sonho de forma mais livre, com menor influência do ditames da vida cotidiana. Para ele,

*“(…) a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.” (Bosi, 1994, p. 47)*

Halbwachs, sociólogo francês continuador do pensamento de Durkheim e Comte, vem entrelaçar a memória com a história pública, trazendo uma contribuição que não foi proposta por Bergson, que é de ligar a memória às questões sociais, ao grupo, sujeito e sociedade. Assim, ele vem falar que a memória é o trabalho de lembrar. Preocupa-se, contudo, com “*os quadros sociais da memória*”, não com a memória pura como falava Bergson, mas com a memória que está alicerçada no discurso da família, do grupo, do social em geral, e que vem a confundir aquilo que foi vivenciado pelo sujeito e aquilo que é contado no seu grupo, assim como vem reforçar o que deve ser lembrado, aquilo que é importante, significativo e o que não é visto, até mesmo apagado e silenciado. Neste sentido, cita-se mais uma vez Bosi:

*“O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente\* de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância,*

---

\* O inconsciente é compreendido não como o inconsciente freudiano, mas como todo o conteúdo que não está presente na consciência, ou seja, refere-se ao não-consciente ou à memória latente. (Observação nossa)



*porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.” (p. 55)*

Ieno Neto (1990), pesquisando a memória como um recurso possível para formação política de trabalhadores, afirma que esta, além de se referir a algo vivido, aponta também para o futuro, nos sentidos e sonhos produzidos pelo ato da memória. Neste sentido, ele coloca a questão: “*Se a história perde sentido, porque não produzir outros, tendo a memória como um dos instrumentos dessa produção?*” (p. 76)

Este autor toma ainda os conceitos de “âncora” e “plataforma”, elaborados por Hugo Lovisoló, para pensar a memória em conjunto com a metodologia de histórias de vida. Assim, a memória enquanto “âncora” possibilita o enraizamento dessas histórias no passado, no vivido; os sentidos não se perdem no decorrer do tempo ou no distanciamento da experiência e dos fatos. Estes mesmos sentidos, recuperados no trabalho da memória, podem se constituir como “plataformas” que projetam perspectivas, recriando outros sentidos e sonhos.

*“A memória é a fonte que alimenta o contar histórias vividas e a memória, como cultura, transcende as condições dadas de existência: por permitir a manifestação de múltiplas dimensões do vivido, a memória admite a ambigüidade, as contradições, formula paradoxos.” (IENO NETO, 1990, p. 64)*

Inspirado ainda em Arendt, Ieno Neto vem falar ainda do herói das histórias cotidianas, o personagem principal das histórias de vida, existencialmente vividas, e que ao falar de si, ao se mostrar, recupera o sentido original da palavra “herói”, aquele que tem coragem de se mostrar, de contar uma história, uma aventura troiana da qual participou, aventura esta, vale ressaltar, que estava contextualizada em uma sociedade mais coletivista que a nossa. E neste sentido, diz:

*“Os heróis e os significados que dão às suas vidas, revelados pelos atores e interlocutores que reconstituem os enredos das histórias, revelam suas condições vividas e assumidas de cidadãos, de membros de uma classe social, de grupos, de famílias. Os heróis que se revelam pelas narrativas de suas histórias, revelam por isso mesmo, o sentido que dão às relações sociais que os constituem como sujeitos na vida afetiva e familiar, no trabalho, na política, em todas as esferas do humano e das lutas inerentes a elas.*

*Assim, a revelação se dá pelo ato de narrar e não simplesmente pela condição de participar dos eventos de uma história. É o sujeito, enquanto narrador de sua aventura que revela a si e aos outros o sentido subjacente a essa aventura. Esse sentido pode ser reconstruído pelo confronto entre*

*narrativas diversas de aventuras moldadas por uma mesma determinação social: pertencer a uma classe.”*

É interessante acrescentar que segundo Preuss (1997), nos vários processos de ressurgimento da história de vida apontados por Elliot, C. Wright Mills defendia que era tarefa do cientista social encontrar os laços de ligação entre os indivíduos e a história, possibilitando, desta forma, a descoberta de sentidos para a existência do cidadão comum. Assim, o contar histórias de vida não se resume ao ato de lembrar e narrar, mas implica em um ato de criação e produção de sentidos e significados de vida, vida pessoal e coletiva.

Lévy (1995) também aponta a história de vida como intersecção entre a história individual e a coletiva. Para ele, “(...) *os homens tecem sua história dentro da história de seus grupos, de suas famílias.*” (p. 8) Os eventos particulares também são coletivos e sociais, como os casamentos, as formaturas, a morte ou um evento de uma religião. Assim, as histórias vividas e contadas têm sempre como referência um grupo, bem como um passado, presente na memória que estrutura o relato individual a partir do coletivo. O autor cita, então, o exemplo de pessoas que vivem em favelas, que por falta de uma história de sua coletividade, têm uma sensação maior de desenraizamento, ressaltando, assim, a importância da memória coletiva para o indivíduo e, neste sentido, diz:

*“Porque as pessoas que estão numa favela, às vezes, têm a impressão de que seus pais foram jogados lá e com isso não podem fazer laços entre aqui e lá, entre hoje e ontem. Efetivamente não têm uma dimensão histórica para referir-se, ficando então no presente, no imediato.”* (p. 13)

Legrand (2000) diz que apesar de a todo momento estarmos contando fragmentos do nosso cotidiano, do dia-a-dia de nossas vidas, há uma intensa diferença quando nos propomos a relatar toda nossa trajetória de vida. Há um salto qualitativo que se relaciona com uma dimensão de totalidade, configurando um formato, um todo com significados, apesar das lacunas inevitáveis ao processo de lembrar e narrar. Haverá sempre esquecimentos, escolhas em enfatizar certos aspectos e encobrir outros. Uma totalidade que nunca é completa, acabada, pois existirá sempre a questão da impossibilidade de abarcarmos todos os detalhes. Mesmo assim, o contar toda a nossa história resguarda a sensação que difere do nosso relato cotidiano, disperso, é como se

promovesse um resgate de algum elo perdido, como se estivéssemos, como diz Bosi e Ieno Neto, trabalhando e produzindo sentidos para nossa existência.

Na mesma direção que Legrand, Lévy (1995) defende que o ato de contar a própria história traz benefícios para o indivíduo, consistindo também em uma possibilidade de concretizar noções abstratas em experiências vividas, experiência de falar a história de que se vive. Neste sentido, ele cita a experiência de Tereza Carreiro, que realizou entrevistas com jovens em favelas cariocas:

*“Naturalmente para eles não é só dar uma informação; para eles é uma experiência importante que tem significado e que faz parte, nesse caso e em todos os casos, de uma experiência de tomada de consciência e de um esforço para sair de uma situação de alienação e de opressão. É uma forma de se reencontrar, de se reconhecer e de se ver reconhecido também pelas pessoas da Universidade. Esta é uma experiência de mudança, libertadora e também causadora de sofrimento. Não é unicamente uma metodologia de pesquisa, pois requer uma relação muito profunda entre o pesquisador e a pessoa que se dispõe a contar sua vida uma relação de confiança, de amizade.” (Lévy, 1995, p. 11)*

Aprofundando os benefícios do ato de contar a própria história, Nasciutti (1997), citando V. Gaulejac, discute elementos de uma análise psicossocial clínica a partir de histórias de vida que objetiva investigar os meios de reprodução e diferenciação das famílias no campo social. Neste sentido, a autora transporta alguns conceitos da psicanálise para investigar determinantes psíquicos e sociais nas histórias de vida. Assim, as histórias são analisadas a partir das histórias de famílias, das heranças transmitidas nas trajetórias de vida dos indivíduos, dos determinantes de escolhas e decisões. Através da apresentação de modelos de identificação muitas vezes contraditórios, constroem-se os projetos parentais, ou seja, desejos dos pais para os filhos baseados em lógicas de reprodução e de diferenciação.

No que diz respeito à relação pesquisador/pesquisado, Lévy compreende a necessidade de um vínculo de confiança e amizade para possibilitar o relato da história de vida. Bosi (1994) também enfatizou a importância desse tipo de relação e também ressaltou que não tinha pretensão de averiguar a veracidade dos fatos, pois o seu interesse estava voltado para as escolhas das lembranças a serem relatadas, suas configurações e formas que produziam registros peculiares de vida. Preuss (1997) também fala de um plano interpessoal na pesquisa e da importância da atitude do pesquisador que prime por uma escuta atenta. Direcionando nosso olhar para estas

questões, logo nos sugere uma associação com as questões enfatizadas pela fenomenologia que aponta para um contato genuíno com os fenômenos, inspirando, dessa forma, abordagens psicológicas relacionais, e também para a percepção da realidade como possibilidades múltiplas que não apresenta uma perspectiva única, mas perspectivas que estão em movimento contínuo de aparição como uma gestalt fluida. Também neste sentido, Lévy coloca que esta relação é um diálogo, pois ao se contar uma história, mesmo que uma autobiografia, sempre há um outro, mesmo que imaginário, enfatizando mais uma vez esse aspecto relacional. Além disso, o autor defende que o relato de vida em si já tem sentido e significado, sendo prescindível de uma explicação teórica para que seu conteúdo e função sejam compreendidos.

Para finalizar esta discussão, que tem como tema central a história de vida, citaremos a compreensão de Preuss sobre o trabalho psicossociológico com a abordagem biográfica.

*“A opção por trabalhar com a abordagem biográfica implica esse transitar nas fronteiras, permanente esforço em que figura e fundo se alternam em contínuo vaivém, como nas “figuras ambíguas” dos manuais de Psicologia da Percepção. Desse esforço faz parte a tentativa de deixar fluir a narrativa e nela captar o singular e o geral, o simbólico e o estrutural no processo em que se produz e se insere. Desse processo fazem parte o entrevistador, o narrador e o “mundo” que cada um traz para a situação da conversa. Situação de interação, de diálogo entre pessoas mas também entre posições e papéis sociais. O relato é sempre construído para alguém: até mesmo as biografias auto-redigidas supõem um leitor. O narrador parte de um ponto de vista individual mas que é também social, de uma posição no campo social, de uma localização na estrutura social, de uma participação nos processos sociais.” (PREUSS, 1997, p. 114)*

A investigação das trajetórias dos jovens por meio de suas memórias e dos relatos de suas histórias pretende não só possibilitar o conhecimento histórico enquanto indivíduos e coletivo, mas também trazer elementos para a compreensão do contexto atual e, principalmente, promover “âncoras” e “plataformas” para os entrevistados pensarem e produzirem sentidos para o futuro, para seus projetos, perspectivas e aspirações. Os depoimentos são comunicações que produzem significados não só para os interlocutores, mas também para os próprios locutores que passam a ser ouvintes de suas próprias falas. Os relatos, entendidos como textos, foram lidos e interpretados a partir de pressupostos da análise de discurso que estaremos discutindo a seguir.

## 4.2. Análise de discurso: um recurso para produção de sentidos

Segundo Rocha-Coutinho (1998), a análise de discurso tem sua origem na lingüística, que a partir da década de 60 começou a receber influência de outras áreas, como a antropologia e a psicanálise. Estas duas disciplinas ressaltavam que não havia uma correspondência direta entre o discurso e a realidade, escapando da restrição da análise da forma cognitiva e gramatical da língua e afirmando haver relação entre a língua e o social. Dessa forma, na década de 70, surge a denominação *análise de discurso* com duas grandes correntes principais: uma desenvolvida por lingüistas franceses e outra por lingüistas de origem anglo-saxã. A primeira enfatiza a linguagem como uma construção sócio-histórica, cujas relações de poder refletem a política ideológica, enquanto a ênfase da segunda direciona-se para o aspecto funcional da linguagem, que tem sua função regulada pelo contexto social. A partir daí, um campo interdisciplinar surge com diversos usos e conceituações do que viria a ser o termo *análise de discurso*, influenciando também a metodologia de análise utilizada pela psicologia e por outras disciplinas das ciências humanas e sociais.

Para Fairclough (2001), a análise de discurso também tem um caráter eminentemente interdisciplinar, constituindo um método de análise utilizado por disciplinas como a lingüística, a história, a comunicação, a sociologia e a psicologia social, entre outras. Entre suas várias abordagens encontra-se a análise da conversação, teoria criada por sociólogos etnometodologistas que centram suas análises na vida cotidiana, focalizando as conversas informais entre iguais, como meio de compreender os modos de manutenção e produção deste cotidiano. Apesar da análise da conversação fundamentar-se em princípios etnometodológicos, assim como o trabalho de campo deste estudo, nossa prática de análise, entretanto, não está centrada especificamente nesta modalidade, pois não direcionamos nossa investigação para os modos específicos de produção do discurso e de uso de terminologias, como é central para os analistas da conversação, segundo Fairclough. A nossa compreensão da análise de discurso se aproxima, então, daquela defendida por alguns autores que entendem o discurso como prática social.

Nesta mesma direção, Pinto (1999) diz que os textos são produtos culturais dentro de determinadas práticas sociais e contextos históricos. O discurso, então, é

construído em condições específicas e sua análise envolve a produção, a circulação e o consumo de sentidos. Os participantes desta prática são sujeitos no duplo sentido: assujeitados às determinações do contexto e agentes de ações neste processo de produção, circulação e consumo.

*“Os produtos culturais são entendidos como textos, como formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, e/ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente.” (PINTO, 1999, p. 7)*

Neste sentido, dentro da perspectiva da análise de discurso, a realidade é compreendida como socialmente discursiva. E como todo discurso é também um texto interpretado, a realidade é socialmente discursiva e interpretativa, cujo questionamento sobre a verdade perde o sentido objetivo e ganha o sentido da multiplicidade subjetiva onde aquele que discursa desvela “verdades” não como um fato real ocorrido no passado, mas como a verdade da interpretação de sua vivência e experiência. Os interlocutores estão em interação e desempenham papéis cujas falas correspondem aos lugares ocupados no social, estabelecendo relações, lugares e discursos distintos, produzindo e sendo produzidos por estes. Assim, a linguagem vai além de ser um mero meio de comunicação e informação, ela passa a ser uma “ação situada socialmente”, passa a ser “uma forma de se comportar e fazer com que os outros se comportem.” (ROCHA-COUTINHO, 1998, p. 323). E, neste sentido, “a tarefa do analista do discurso é, portanto, interpretar uma interpretação.” (p. 329)

Fairclough (2001) defende que o discurso é compreendido tridimensionalmente, sendo composto do texto propriamente dito, da prática discursiva que se refere à produção, distribuição e consumo, e da prática social que o entende como modo de ação. Assim, o ato da fala é um modo de agir no mundo, sobre o mundo e sobre os outros; implica modos de representação, constituição de identidades e de relações sociais.

*“O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)*

Segundo Rocha-Coutinho (1998), a análise de discurso como um recurso metodológico na pesquisa psicossocial, consiste no tripé: forma, função e significado,

que implica em analisar não apenas o conteúdo do discurso, mas também a forma como este é dito e a função que exerce naquele contexto. Pinto (1999), de forma similar, diz que a análise de discurso deve-se preocupar com os *modos de dizer* que se desdobram em *modos de mostrar*, *modos de interagir* que se associam às identidades e relações sociais, *modos de seduzir* que se relacionam aos afetos e à busca de consenso. Logo, é importante estar atento à visão de mundo de quem fala e para quem fala, da rede de significados que intermedeia a trama conversacional; estar atento também às variações linguísticas relacionadas à posição sócio-econômica ocupada pelos interlocutores que codificam realidades distintas; e, por fim, perceber o discurso não apenas constituído pelo social, pelas situações e práticas cotidianas, mas também como meio de manutenção destes.

Pinto (1999) chama ainda a atenção para a importância do contexto em que o texto é produzido, veiculado e recebido. Neste sentido, o autor desenvolve alguns aspectos da comunicação, como por exemplo, a heterogeneidade que remete à multiplicidade de autores e leitores de um texto e o *dialogismo* que se refere ao embate entre textos travado em um texto, pois:

*“Para a análise de discursos, todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de “vozes” ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado.” (PINTO, 1999, p.27)*

Foucault (2001) aponta que o discurso, atividade cotidiana e comum a todos, não é algo que se inicia por si ou por um protagonista em um determinado momento, mas seu “acontecimento” está sempre relacionado a outros discursos, contextos e autores. A atividade livre e espontânea que tende a se configurar para o indivíduo, confronta-se com o discurso institucional em que os caminhos são pré-estabelecidos, pré-moldados por formas e mecanismos de determinação de lugares de poder e honra. O controle exercido socialmente também está corporificado no discurso pelas interdições em que a fala é contida pelo objeto tabu, pelo ritual da circunstância ou ainda pelo lugar de direito ou de exclusividade do sujeito falante. Os sistemas de separação e rejeição que compõem os mecanismos sociais de exclusão também perpassam pela negação da palavra, do direito da fala e de ser ouvido, da nulidade da voz, da falta de acolhimento do que é dito ou mesmo dos mecanismos criados para que esta fala seja expressa, traduzida e interpretada dentro de certos moldes e sistemas, como a prática terapêutica,

que acaba consistindo também em um mecanismo de controle. Além disso, há os sistemas de verdadeiros x falsos que determinam o que deve ser ou não dito, aquilo que terá respaldo e credibilidade, os discursos confiáveis advindos de peritos e áreas profissionais. Há também procedimentos internos de controle dos discursos que podem ser resumidos na citação abaixo:

*“A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.*

*Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva.” (FOUCAULT, 2002, p. 36)*

Estaremos, então, utilizando alguns princípios básicos da análise de discurso como método de análise de dados, considerando a ênfase dada ao discurso como prática social e ação relacionada a um contexto. Assim, as entrevistas são tratadas como texto, base para a produção de um novo texto, que é a interpretação apresentada sobre São Domingos e sua juventude.



## 5. METODOLOGIA

Para respaldar o trabalho de campo fomos nos referenciar nos pressupostos da etnometodologia, que tem como um de seus fundamentos a fenomenologia. De acordo com Haguette (1997) e Coulon (1995), o termo etnometodologia deve-se a Harold Garfinkel, que, na década de 40, inspirado na fenomenologia de Alfred Shutz\*, inicia uma prática de pesquisa que tem como referência o olhar do membro de uma dada comunidade como maneira de desenvolver o conhecimento do seu meio circundante. Nos anos 60, a etnometodologia se constitui como uma corrente da sociologia americana nos meandros do contexto da contracultura, que se contrapõe ao funcionalismo e à teoria da ação de Parsons, dando maior importância à compreensão que à explicação. Dessa forma, desenvolve uma abordagem qualitativa de pesquisa que tem o foco direcionado para a vida cotidiana das pessoas comuns. Neste sentido diz Coulon:

*“A pesquisa etnometodológica se organiza em torno da idéia segundo a qual todos nós somos “sociólogos em estado prático”, segundo a bela fórmula de Alfred Schütz. O real já se acha descrito pelas pessoas. A linguagem comum diz a realidade social, descreve-a e ao mesmo tempo a constitui.” (p. 7-8)*

Haguette (1997) aponta, entre outras modalidades de pesquisa nas ciências sociais, a observação participante, que será utilizada neste estudo. Segundo a autora, é na antropologia que se origina este método com os estudos de campo de Malinowski na mesma época em que surgiram outras correntes sociológicas, como a etnometodologia. A observação participante caracteriza-se pela participação do pesquisador no trabalho de campo, contrapondo-se as análises comparativas dos “antropólogos de gabinete”, e defende uma coleta de dados em uma relação “face-a-face” entre o pesquisador e o pesquisado. O pesquisador, apesar de sua participação ativa na comunidade, não deixa sua posição de pesquisador e não se torna alguém da comunidade, continua sendo um “diferente”, um “estranho”, no dizer de Bauman (1999). O pesquisador participante é alguém que não faz parte, mas que também não está completamente fora, está compartilhando e sua presença afeta a dinâmica da comunidade, alterando a “normalidade” das situações cotidianas.

---

\* Alfred Shutz buscou em Husserl e Weber uma compreensão fenomenológica do social

Foote-whyte (1980), trabalhando com observação participante, exemplifica um de seus estudos através do registro em seu diário de campo em que descreve a realidade pesquisada, seus sentimentos e percepções na interação face-a-face com seu objeto de estudo. Pode-se observar no relato desta ilustração o intenso envolvimento do antropólogo com o campo de pesquisa, apontando a necessidade de estar atento às interações e códigos culturais, bem como a importância do informante-chave para contato e esclarecimento de termos específicos e interpretações de costumes locais.

Além da observação participante e das entrevistas, um instrumento auxiliar utilizado para a coleta dos dados foi o genograma. Este consiste em um mapa familiar, uma representação da estrutura da família, onde estão inclusos todos os membros de cada geração, bem como os vínculos de parentesco entre estes. É um recurso utilizado principalmente pelas áreas clínicas que procuram compreender o indivíduo em relação a sua família, bastante utilizado também pelas teorias sistêmicas cuja leitura de um fato é sempre interpretado como algo que afeta e tem relação com todos daquele mesmo sistema. Assim, é a necessidade de ver o indivíduo não de forma isolada, mas no seu contexto, na dinâmica familiar, na história das gerações e nas raízes desse mapa que nos reporta à lembrança da árvore genealógica que o uso do genograma traz um diferencial ao objetivo de conhecer uma realidade.

Além do uso clínico, o genograma também é utilizado por pesquisadores sociais interessados em conhecer a história das famílias em um determinado contexto social, as mudanças sociais que podem ser visualizadas nas mudanças de hábitos, conflitos e tensões familiares e assim dão um sentido muito mais histórico, social e político às questões levantadas e à interpretação dada ao genograma. Este funciona como uma representação gráfica da família onde todos os membros podem ser melhor visualizados através do desenho, formando uma totalidade gráfica em que é possível pensar a relação de cada membro como um elemento do todo, refletir sobre as relações estabelecidas entre os familiares no sistema e entre estes e os aspectos sociais externos como a comunidade em que vivem e as instituições em que estão em contato. Além disso, pode-se identificar informações como graus de escolaridade, quantidade de filhos, idades, casamentos, separações e vários outros elementos que podem ser levantados no momento em que o genograma está sendo construído ou acrescentados depois. Estes

dados podem auxiliar a realização de comparações desses aspectos entre as gerações, relacionando-os também ao contexto sócio-histórico.

### ***5.1. Escolhendo o campo para estudo***

Para definir os critérios de escolha do assentamento a ser estudado partimos dos objetivos da pesquisa, que, por estarem direcionados para jovens, colocavam algumas características específicas. Pensávamos, então, que um assentamento de constituição recente possibilitasse uma maior participação e aproximação dos jovens com o processo de formação da comunidade, permitindo que questões relacionadas ao envolvimento com a luta pela terra fossem elaboradas a partir da vivência destes enquanto protagonistas. Além disso, tínhamos a intenção de que o assentamento estudado possuísse características aproximadas com assentamentos de outras regiões do país, para que pudéssemos estabelecer comparações futuras pelas semelhanças. Por isso, dávamos preferência aos assentamentos regulamentados pelo Incra e aos que não estavam localizados na região metropolitana do estado, visto que essas são áreas de forte fluxo urbano-rural, próprio do intenso processo de urbanização e crescimento da cidade do Rio de Janeiro que envolve especificidades, como questões relacionadas à especulação imobiliária e ao turismo. Considerávamos importante também que o assentamento fosse fruto do processo de pressão e organização dos trabalhadores através de ocupações, em que a motivação partisse das próprias famílias, supondo que aspectos psicossociais e existenciais peculiares sejam suscitados a partir desta luta e da vivência na fase de acampamento, diferindo de outros processos de constituição em que a pressão e a decisão de desenvolvimento do projeto tenham outra origem.

Assim, foram adotados inicialmente alguns critérios, como: existência de sistema de transporte da cidade até o núcleo comunitário do assentamento, que viabilizasse o acesso da pesquisadora; e preferência por assentamentos que foram regulamentados a partir da década de 90 pelo Incra, fruto da pressão dos trabalhadores por meio de processos de ocupação e que se encontram fora da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Contudo apenas parte desses critérios foram atendidos. O assentamento onde foi desenvolvida a pesquisa é de meados da década de 80 e regularizado pelo Instituto

de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ). A escolha relacionava-se à facilidade de acesso por existir ônibus em alguns horários do dia até o interior do assentamento e, principalmente, pelo contato realizado por meio do Idaco – Instituto de Desenvolvimento de Ação Comunitária, que facilitou o conhecimento e o acesso à comunidade. Além disso, por ser um assentamento de referência no estado em relação à sua organização política, social e econômica, por estar em uma fase, vamos dizer de “futuro” em relação a outros, já que as famílias já possuem o título da terra, e também por ter a particularidade de fazer desde suas origens limites, praticamente circundando uma Escola Agrícola do Estado e uma unidade da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), que atende adolescentes deficientes do gênero masculino, chamou-nos a atenção e despertou a curiosidade de pesquisá-lo.

Em seguida, a título de ilustração e introdução do cenário do assentamento e para darmos início aos relatos da pesquisa de campo propriamente dita, colocamos uma descrição que retrata o primeiro contato com a comunidade.

## ***5.2. Chegando ao campo: encantos e desencantos***



***Figura 1 – Paisagem do Assentamento São Domingos***

Minha área de campo passou por um longo processo de gestação até que viesse “dar à luz”. Para mim, o processo foi bastante longo, pois tinha a expectativa de realizar o curso de mestrado concomitantemente ao acompanhamento da área em estudo, desenvolvendo algum projeto em parceria com as pessoas do local. Gostaria não só de estar realizando a coleta de dados, mas também de estar contribuindo de alguma maneira para o desenvolvimento da comunidade. Neste sentido, é que ao pensar o tema que gostaria de desenvolver no mestrado, trabalhar com grupos me pareceu inicialmente quase que exclusivamente o “único” recurso que tinha a peculiaridade de, ao mesmo tempo, atender à necessidade de colher informações e de se constituir como espaço e processo de mudança para os participantes da pesquisa.

Os processos de realização das coisas se passam realmente por caminhos múltiplos e não-lineares, envolvem uma série de pensamentos, emoções, influências e possibilidades exteriores que seriam impossíveis descrever fielmente de forma consecutiva e subsequente. Mas ao pensar o projeto para a seleção do mestrado, gostaria de trabalhar com grupos e comunidades. Comunidades por uma preocupação básica, antiga e pessoal que se assemelha a um projeto utópico de contribuir com a mudança social.

As comunidades que tinha conhecido e desenvolvido um trabalho eram os assentamentos rurais de Sapé, na Paraíba (Padre Gino e 21 de Abril) que, por serem projetos de assentamentos, guardavam processos particulares de constituição e ainda se relacionavam com um dos movimentos sociais de maior visibilidade social no país, o MST. Dessa forma, as comunidades escolhidas foram os assentamentos rurais por apresentarem características instigantes que tentaremos descrever ao definir essas comunidades e tentaremos desvendar também com a realização desta pesquisa.

Por já conhecer esses assentamentos da Paraíba, já saber as necessidades, dificuldades, possibilidades de trabalho e, principalmente, pelo vínculo afetivo criado e a preocupação com os espaços em aberto deixados pelo projeto anterior lá desenvolvido por mim, junto com um grupo da Universidade Federal da Paraíba, é que os assentamentos se apresentaram como as possibilidades principais para serem os participantes da pesquisa. Entretanto, a esta alternativa se confrontava o desejo de conhecer outras realidades, de aprender com as diferenças, de descobrir outras formas de trabalho, e assim, os assentamentos do estado do Rio de Janeiro se apresentavam

também como possibilidades de estudo. Além disso, somando-se a essas necessidades havia também questões pessoais envolvidas como, por exemplo, a busca de outros cursos no Rio, além do mestrado, para aperfeiçoamento profissional, que dificultaria pela distância e pelo tempo convergir os interesses para o acompanhamento contínuo e presente nas comunidades paraibanas.

Dessa forma, a opção dos assentamentos da Paraíba foi descartada e a busca começou, então, pelos assentamentos do Rio e pela área final de estudo. Essa decisão foi tomada no final do segundo semestre, por volta de novembro, já passado quase um ano do curso do mestrado. Comecei, assim, um processo de angústia que misturava o medo da cidade grande, a falta de informações e contatos e a corrida contra o tempo, pois o caminho a ser percorrido era muito maior e mais difícil do que o já conhecido na Paraíba.

A opção pelo trabalho com grupos começou a perder força e sentido. Primeiro, comecei, durante as aulas e leituras recomendadas, a conhecer outras formas de metodologias qualitativas de investigação como, por exemplo, a observação participante, que dava forma a algo que já fazíamos na Paraíba, mas que eu pessoalmente não conhecia como conceito e prática desenvolvidos por sociólogos e, principalmente, por antropólogos.

Dessa forma, a observação participante se mostrava como um recurso bastante sedutor, que poderia atender a minha necessidade de estar mais próxima das pessoas, a minha curiosidade sobre suas histórias, formas de convívio, suas culturas particulares e privadas do mundo doméstico de maneira bastante informal, não-estruturada, imersa no campo de estudo, trazendo para mim, como profissional e pesquisadora, o foco desse desejo de mudança e contribuição para a comunidade que não era olhada de forma apenas coletiva, mas também individual em cada contato estabelecido, em cada relação vivida. O olhar de pesquisadora não era apenas o olhar de quem observa, mas também o olhar de quem sente e vive, de quem participa, participação esta que foge da conceituação dual de ativo e passivo. Dessa maneira, mais que tudo, era importante estar atenta à minha atitude de pesquisadora, aproximando-me do conhecimento fenomenológico, que defende uma atitude relacional com o outro, dialógica, de reciprocidade e respeito entre os diferentes, de contato com a realidade do outro levando em consideração sua forma de percebê-la e vivenciá-la.

Neste sentido, a pesquisa de campo ancora-se numa atitude de implicação, conforme defendem Nasciutti (2000) e Blanchet (1983), atitude contrária à postura distante que almeja a neutralidade. A implicação com as escolhas feitas, as preferências, os desgostos e agrados da pesquisa de campo, os aspectos pessoais que se relacionavam com os outros externos, torna-se mais um instrumento de pesquisa que tinha o foco na relação entre as diferenças: pesquisador e campo de pesquisa. Nasciutti diz, então, que:

*“(...) é fundamentalmente importante que ao planejar, conduzir e concluir uma pesquisa, esteja o pesquisador atento ao quanto de si existe nesse seu trabalho. (...) [que] ele possa utilizar sua implicação de forma a enriquecer a pesquisa com o saber humano, o saber das experiências de vida daquela pessoa que, por acaso, também é pesquisador. É dentro desse jogo de distanciamento e proximidade que se dá a pesquisa.”* (Nasciutti, 2000, p. 25)

Os antropólogos, desenvolvendo suas metodologias etnográficas, ainda falam de um conceito advindo dessa relação entre diferentes, principalmente, entre culturas diferentes, que seria o “estranhamento”, ou seja, o sentimento vivido com os choques provocados por esse contato com a alteridade. O estranhamento é um recurso a mais para ser levado em consideração no ato da pesquisa e nos momentos de reflexão, para se pensar a alteridade, para se conhecer as diferenças entre o campo de estudo e o campo original do pesquisador.

Além do surgimento de outras formas de investigação, havia outros inconvenientes que me levaram à desistência de ter o grupo como principal instrumento de pesquisa. O tempo curto de menos de um ano de conclusão do mestrado dificultaria a constituição de um processo de grupo que atendessem a critérios operacionais de investigação. E, principalmente, o fato de não conhecer o assentamento de estudo e não saber suas necessidades fazia com que o grupo se tornasse uma necessidade muito maior minha, como pesquisadora, do que da comunidade, contrariando também a idéia de retorno e contribuição para os participantes da pesquisa.

Como falei anteriormente, a escolha pelos assentamentos no Rio de Janeiro compreendia um processo mais difícil por não conhecer bem a cidade e o estado, pelo medo causado pela divulgação da violência urbana e também por não conhecer pessoas, entidades e instituições que trabalhassem com assentamentos rurais que pudessem promover meu contato inicial com essas comunidades. Várias foram as tentativas e os

caminhos experimentados, até que no final de janeiro de 2003, navegando pela Internet encontrei o site de uma ONG que desenvolvia projetos em assentamentos rurais. O Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO) foi bastante acolhedor e receptivo. No dia seguinte à minha primeira visita à instituição, após contato telefônico, fomos conhecer um assentamento da região metropolitana onde seria realizada uma entrevista com a liderança da comunidade para uma reportagem de um jornal francês.

Comecei, então, a conhecer a realidade do estado do Rio e aprender sobre as peculiaridades regionais que traziam características diferentes para os assentamentos rurais dependendo do local em que estivessem situados, se próximos ou não da grande metrópole; dependendo também do órgão governamental a que estivessem vinculados, se ao INCRA ou ao ITERJ; se fossem oriundos de processo de ocupação com a participação do MST ou de outra entidade organizativa e/ou representativa dos trabalhadores; se já tivessem em situação legal, regularizados, com aquisição de títulos de propriedade; dependendo do tempo e do modo que o conflito foi desenvolvido; além das condições climáticas e geográficas que variavam o tipo de atividade desenvolvida, o uso do solo, o tamanho da propriedade etc. Pude perceber uma complexidade maior de questões que, até o momento, não tinha tido contato e que diferiam da realidade dos assentamentos da Paraíba tanto em sua dinâmica, quanto nas possibilidades de desenvolvimento dessas comunidades que pareciam com melhores perspectivas do que na Paraíba.

Em abril, após o exame de qualificação (momento em que ainda não tinha a área de estudo definida e apenas vislumbrava algumas possibilidades), o IDACO se mostrava bastante interessado em viabilizar meu contato com algumas das comunidades em que trabalhava. A proposta era para que eu acompanhasse as visitas que a ONG faria aos dez assentamentos onde atuava com o objetivo de realizar um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para um de seus projetos. Poderia, dessa forma, conhecer as comunidades e escolher a que melhor se adequasse aos objetivos de minha pesquisa. Entretanto, não houve coincidência entre minha disponibilidade e as datas que essas visitas ocorreram, trazendo mais um período de desânimo.

Nesse meio tempo, por volta de maio, pude conhecer por meio de uma outra ONG, mais dois assentamentos que apresentaram perfil para o estudo e que foi analisado, juntamente com a coordenação e a direção da instituição, a possibilidade de



realização da pesquisa. Entretanto, a proposta de pesquisa gerou diversas preocupações para a equipe da entidade como, por exemplo, a geração de uma nova demanda de trabalho por parte da comunidade que não poderia ser atendida pela instituição. Além disso, havia uma questão relacionada ao meio ambiente, que poderia se constituir como uma variável que interferisse no processo de investigação, visto que há um conflito que permeia a proposta agrícola dos assentados e a preservação ambiental.

Este conflito ocorre na prática e reflete as contradições políticas e administrativas dos órgãos governamentais maiores, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, que muitas vezes tratam das mesmas questões de perspectivas diferentes, sem que haja esforços para empreenderem propostas e ações em conjunto. Como exemplo disso, em um dos assentamentos que visitamos, há uma parte da comunidade que foi assentada pelo Incra na área de proteção ambiental do assentamento, gerando um conflito para essas famílias que são proibidas pelo Ibama de desenvolver suas atividades agrícolas nas áreas que lhes foram destinadas ao trabalho e moradia pelo Incra. O conflito perdura há mais de dois anos, as famílias são multadas quando desmatam e plantam alguma cultura, mesmo que para sua subsistência. Os órgãos responsáveis são bastante lentos em cumprir com as próprias decisões tomadas, como transferência dessas famílias para áreas propícias, contrapondo-se à urgência sentida pelas famílias na satisfação de suas necessidades de sobrevivência.

Este exemplo reflete o conflito que há entre as questões agrárias e ambientais que perpassam desde dos altos patamares do governo até o cotidiano dos agricultores, contribuindo para que muitos vejam os defensores do meio ambiente como seus principais inimigos. É um conflito que se relaciona com a mudança de um paradigma dicotômico, em que a natureza ou é compreendida como bem de uso e exploração ou é vista como bem que deve ser estritamente preservado, para uma visão que integra essas duas possibilidades, em um paradigma de desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva integradora é o discurso que sustenta os avanços atuais na área do meio ambiente, constituindo-se no pano de fundo das grandes reuniões, ações e decisões políticas que têm como um dos marcos teórico e paradigmático “*O Nosso Futuro Comum*” produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987.

Assim, em junho, véspera do feriado do São João, tentando ainda definir uma comunidade junto ao Idaco, visto que não foi possível participar das idas a campo para fins do DRP, surgiu a possibilidade de conhecer o Assentamento São Domingos com a francesa responsável pela organização do “Chantier” – projeto de intercâmbio técnico-cultural entre a AMAR (ONG francesa) e o IDACO – que aconteceria naquele ano na citada comunidade. A princípio, São Domingos não correspondia ao perfil escolhido para a pesquisa, mas a possibilidade de conhecer mais um assentamento e avaliar diretamente as condições concretas de viabilização do estudo me motivou a aproveitar a oportunidade. Além do mais, o sentimento de “correr contra o tempo” se tornava cada dia mais forte, impulsionando a tomada de decisões. Assim, em 20 de junho de 2003, entre o feriado de Corpus Christi e o tão festejado São João no Nordeste, é que cheguei até ao assentamento São Domingos acompanhada de uma francesa.

Esta companhia me trouxe outras tonalidades ao trabalho de campo. Além de promover excelente intermediação e apoio, acrescentou outros significados à minha presença: “todos” achavam que eu também era uma francesa e ao escutarem meu sotaque nordestino, interpretavam-no como uma confirmação da suspeita. Isto rendeu boas risadas e curiosidade, além de um cuidado maior em explicar minha presença e o objetivo de meu trabalho.

### ***Procedimento***

Com intuito de obter informações de forma mais ampla e diversificada, o trabalho de campo se apoiou em vários informantes-chave, pessoas que serviram como mediadoras para estabelecer contato e facilitar o conhecimento dos diversos lados do assentamento. Ao todo foram nove visitas realizadas de junho a outubro de 2003 ao assentamento rural São Domingos, localizado no município de Conceição de Macabu no estado do Rio de Janeiro. Nestas visitas, hospedei-me na casa de oito famílias, sendo que uma dessas ocasiões, a casa de uma das famílias era fora do assentamento, no centro de Conceição de Macabú, e uma outra vez, fiquei em um pequeno hotel no centro da cidade. Além dessas oito, visitei outras famílias com a finalidade específica de realizar entrevistas, mas também houve visitas mais esporádicas, sem um objetivo definido, deixando-me levar por conversas rápidas ou aceitando um convite para um

almoço, lanche, café ou ainda acompanhando reuniões religiosas de grupos católicos do assentamento.



*Figura 2 - Pesquisadoras com família de São Domingos*

O contato com as famílias e com as pessoas do assentamento, de uma forma geral, sempre foi permeado por um clima caloroso de muita receptividade e os convites para visitas se tornaram em número muito maior do que a minha capacidade de atender. Havia uma atmosfera de orgulho entre as famílias que ofereciam suas casas, pareciam que estas eram a prova concreta da conquista empreendida. O calor e a espontaneidade característicos da cultura interiorana traziam mais elementos ao clima que se misturavam com a familiaridade de já terem a experiência de receber grupos de estudantes e estrangeiros em suas casas por meio de estágios vivências de projetos desenvolvidos por algumas entidades como a Universidade Federal Fluminense e o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária – Idaco, ONG que realiza projetos em áreas de assentamentos no estado do Rio de Janeiro.

O assentamento é popularmente dividido em algumas áreas de acordo com especificações geográficas do lugar, cujas denominações já existiam no período anterior à constituição do projeto de assentamento (ver anexo 04). Estas áreas também se diferenciam de acordo com características específicas do meio urbano como, por exemplo, acesso a transporte e telefone. Para uma melhor compreensão de sua dinâmica, estabelecemos seis divisões que retratam características distintas da comunidade, sendo que apenas cinco fizeram parte da amostra. Estas seriam, então, as

seis áreas do assentamento: a primeira localizada no início do assentamento, fazendo limite com a Vila Esperança e a Vila São José, apresentando características mais urbanas, como várias casas no mesmo lote e área rural reduzida, instalação telefônica, acesso a celular e facilidade de transporte; a segunda área, em torno da associação, conta com uma razoável disponibilidade de transporte e telefone; uma terceira área, denominada na redondeza de “São Geraldo”, caracteriza-se por ser um pouco mais isolada que as demais e estar distante do acesso ao transporte público, possui características rurais mais acentuadas, com uma menor circulação de pessoas, sem serviço telefônico; uma quarta área, localizada no entorno da Escola Agrícola e da Unidade da FIA, onde o ônibus circula levando alunos, funcionários e visitantes para ambas as instituições, acarretando em uma área de maior movimentação; uma quinta área depois das duas instituições até o ponto final do ônibus que atravessa o assentamento, que já não dispõe de comunicação telefônica fixa ou móvel e, por fim, uma sexta área conhecida pelos moradores como “piabas”, já bastante afastada, depois do ponto final do ônibus e por isso possui uma escassez de transporte público, dificultando o acesso pela precariedade das estradas e pela distância acentuada da cidade. Esta última área, pela dificuldade de acesso e por ser a mais distante de todas, não foi visitada e nem foi feito nenhum contato com seus moradores.

Os instrumentos utilizados foram observação participante, genogramas e entrevistas abertas com jovens, segundo roteiro (ver anexo 01). A pesquisa de campo iniciou-se com visitas a fim de conhecer a comunidade e estabelecer contato, explicando a intenção de realização da pesquisa e seus objetivos. Para isso, tive apoio do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária – IDACO, uma organização não governamental que desenvolve projetos em dez assentamentos do estado do Rio de Janeiro e que serviu de intermediária para apresentar a comunidade à pesquisadora. Detalhes sobre este primeiro contato será descrito mais adiante.

A observação participante foi realizada durante todas as visitas ao assentamento, tendo como recurso o registro de diários de campo, que consistiu na descrição detalhada de todas as impressões, sentimentos e reflexões acerca do contato com a comunidade. O objetivo principal da observação participante foi conhecer a dinâmica da comunidade, promover uma maior aproximação com a realidade diária das famílias e dos jovens nas diversas situações, como nos momentos de trabalho, lazer, no

cotidiano das famílias e nas reuniões da associação. Nas duas primeiras visitas, a observação participante foi o único instrumento de coleta de dados utilizado e sua ênfase não foi diminuída com o início das entrevistas, pois foi por meio da observação participante que a pesquisadora envolveu-se no universo estudado e conheceu outras nuances da realidade vivida pelos participantes da pesquisa que não estão ligadas diretamente com os interesses principais de investigação. Observa-se, então, que este instrumento tem grande potencial de coleta de dados, enriquecendo a investigação com a diversidade da experiência vivida.

A amostra foi constituída a partir da necessidade de equilibrar os gêneros, de abranger jovens de áreas diversas da comunidade, até o ponto de saturação das entrevistas, onde não havia mais conteúdos novos emitidos pelos participantes. Assim, participaram como entrevistados 12 jovens, sendo sete do gênero feminino e cinco do masculino, com idades entre 14 e 22 anos. Também foi entrevistado um jovem de 31 anos militante do MST que não seguiu o roteiro padrão, sendo contempladas questões outras de esclarecimento sobre São Domingos e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra. As entrevistas foram abertas e individuais e seguiram os tópicos do roteiro 01, cujos temas abordam aspectos das histórias de vida dos jovens, utilizados como estímulo e orientação para as questões de interesse da pesquisa. As questões com o jovem militante do MST versaram também sobre sua história de vida e sobre a história do assentamento, sendo exploradas outras questões de esclarecimento e de conhecimento sobre o processo de São Domingos.

Durante as entrevistas, a ênfase foi na relação que se estabelecia no momento entre a pesquisadora e o participante da pesquisa. Assim, a pesquisadora procurou disponibilizar uma escuta acolhedora, a partir de uma postura fenomenológica, não se restringindo apenas às questões de interesse da pesquisa, mas abrindo espaço para conteúdos que eram trazidos pelos participantes que diziam respeito ao momento de vida destes. Dessa forma, não houve uma ordem fixa e pré-estabelecida a ser seguida, dependendo de como o entrevistado abordava as questões colocadas e de lembranças e associações feitas pela pesquisadora. As entrevistas foram feitas todas nas casas das pessoas e, por conta disso, sempre estavam sujeitas a interrupções tanto de visitantes quanto de outros membros das famílias. Algumas foram feitas em mais de um momento, quando o entrevistado ou a pesquisadora não podia continuar por questões de

horário ou quando esta sentiu que era mais produtivo marcar um outro encontro. Todas foram gravadas em fitas cassetes, transcritas e analisadas, juntamente com os registros dos diários de campo. Para análise das entrevistas, utilizou-se como recurso metodológico a análise de discurso, cujo produto final constitui o texto a seguir, que tem como principal objetivo possibilitar a discussão sobre a temática estudada.

Com o objetivo de preservar as identidades dos jovens participantes desta pesquisa, utilizamos nomes fictícios para acompanharmos no decorrer do texto seus depoimentos e melhor observarmos as continuidades e discontinuidades de suas falas. Desta maneira, os jovens são:

1. **Margarida** - 19 anos, sexo feminino, estudante, família oriunda de Itaguaí.
2. **Clara** - 20 anos, sexo feminino, técnica agrícola, não exerce a profissão, trabalha em atividade não agrícola, família residia na Fazenda São Domingos pelo vínculo empregatício de um dos membros da família com o Estado.
3. **Rosa** - 15 anos, sexo feminino, nasceu em São Domingos, estudante, família oriunda de Itaguaí.
4. **Hortênsia** - 22 anos, sexo feminino, técnica agrícola, ex-militante do MST, família residia na Fazenda São Domingos pelo vínculo empregatício de um dos membros da família com o Estado.
5. **Samara** - 16 anos, sexo feminino, estudante, foi criada no assentamento, família adquiriu o lote no início do assentamento.
6. **Tais** - 16 anos, sexo feminino, estudante, família residia na Fazenda São Domingos pelo vínculo empregatício de um dos membros da família com o Estado.
7. **Luana** - 14 anos, sexo feminino, estudante, família adquiriu o lote no início do assentamento.
8. **João** - 17 anos, sexo masculino, estudante, família oriunda de Conceição de Macabú que participou do acampamento.
9. **Gilson** - 16 anos, sexo masculino, estudante, nasceu em São Domingos, família oriunda de Itaguaí.
10. **Ruan** - 19 anos, sexo masculino, trabalha em atividade não agrícola, família oriunda de Itaguaí.
11. **Lívio** - 21 anos, sexo masculino, técnico agrícola, trabalha em atividade não agrícola, não exerce a profissão, família oriunda de Itaguaí.
12. **Pedro** - 17 anos, sexo masculino, estudante, família adquiriu o lote recentemente, cerca de três anos.
13. **Ivan** - 31 anos, sexo masculino, assentado de São Domingos, militante do MST, família oriunda de Itaguaí.

## 6. CONHECENDO, CONVIVENDO E REFLETINDO COM SÃO DOMINGOS

### 6.1. *“Eu acho que é um assentamento que tem uma história muito bonita.”*

O assentamento São Domingos ocupa uma área de 590 ha no município de Conceição de Macabu, norte fluminense, e encontra-se dividido em 131 lotes, sendo um comunitário, que variam entre 3 ha e 12 ha, onde atualmente moram 124 famílias. Foi constituído a partir da pressão de trabalhadores que acamparam, em 1986, nas terras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Oriundas em sua maioria do município de Itaguaí, baixada fluminense, as famílias foram transferidas pelo governo do Estado para terras de sua propriedade, de acordo com a política estadual de reforma agrária, empreendida pelo governo Brizola. Nesta fazenda do Estado, denominada São Domingos, funcionavam uma Escola Agrícola Estadual e a Fundação Estadual de Educação do Menor - FEEM, uma unidade de educação de menores abandonados, criada em 1975, como resultado da fusão da FEBEM<sup>1</sup> e da FLUBEM<sup>2</sup>.

Ambas instituições tinham em suas propostas educacionais atividades agrícolas a serem desenvolvidas na propriedade onde estavam instaladas. Contudo, a quantidade de terras era muito maior do que a capacidade de uso das instituições e a maior parte encontrava-se ociosa, sem nenhum uso efetivo.

Uma das políticas do Estado, vigente desde do período anterior ao assentamento, consistia em disponibilizar casas na própria fazenda para os funcionários do governo do estado, que não pagam aluguel e luz, usufruindo ainda de outros benefícios, como uso das terras para plantio e criação de animais. Assim, quando as famílias foram transferidas para a fazenda, havia, então, as duas instituições citadas que faziam uso de pelo menos parte das terras e funcionários com suas famílias instaladas, que também se utilizavam destas. A chegada das novas famílias trouxe tensões para ambos os lados, como ocorre na maioria das ocupações, mas essas tensões não se apresentaram de forma homogênea, havendo posições de apoio às famílias entre o grupo de funcionários, bem como reações mais temerosas. Entretanto, o que as famílias acampadas apontam como maior dificuldade na chegada foi a reação do prefeito da

---

<sup>1</sup> Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

<sup>2</sup> Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor

época, José de Castro, que não concordava com a determinação governamental, argumentando que aquelas terras deveriam ser destinadas à reforma agrária para famílias do próprio município de Conceição de Macabu. O prefeito, então, empreendeu uma campanha entre a população macabuense, acusando as famílias recém-chegadas de serem criminosas, faveladas e perigosas. Esta campanha contou até com cartazes espalhados pela cidade e provocou uma resistência forte das pessoas da cidade em aceitarem os novos moradores (MEDEIROS & LEITE, 2002, b).

São Domingos, por ser um assentamento do governo do Estado, conta com algumas especificidades. As barracas do acampamento, por exemplo, cedidas pelo governo eram do exército, maiores e com melhor estrutura do que as de outros acampamentos, que são conseguidas por compras ou doações de lonas pretas\*. O governo ainda disponibilizou cestas básicas, que viabilizaram a permanência das famílias, assegurando sua manutenção. Entretanto, não fazia parte da política do governo estadual financiamentos de créditos agrícolas para a compra de sementes e mantimentos para a produção e nem para a construção das casas e manutenção dos primeiros meses. Assim, as casas das famílias foram construídas mais tardiamente e a produção agrícola não contou, no início, com financiamentos do governo federal, como ocorre com a maioria dos assentamentos constituídos pelo Inca.

Assim, é importante ressaltar que a infra-estrutura que São Domingos dispõe hoje foi fruto da organização e reivindicação de seus membros, que, em alguns casos, contou com ações mais radicais, como a ocupação do prédio da empresa do Estado que fornecia energia elétrica. Só depois que o prédio foi ocupado durante dias pela maioria da população de São Domingos, incluindo mulheres e crianças, as solicitações de oito anos por energia elétrica foram atendidas.

### **6.1.2. A população de São Domingos e o perfil dos participantes**

As famílias que chegaram de Itaguaí e permanecem no assentamento, bem como aquelas que já se encontravam ou vieram da própria Conceição de Macabu e que

---

\* A exposição *Lonas e bandeiras em terras pernambucanas* realizada pelo Museu Nacional/UFRJ, em 2002, traz a concepção de que as lonas pretas que compõem as barracas e as bandeiras dos movimentos constituem a marca dos acampamentos organizados pelo MST, FETAPE, CONTAG e outros movimentos sociais de luta pela terra.



também passaram pela fase do acampamento, encontram-se, em sua maioria, com filhos adolescentes e adultos, alguns já constituindo família. Depois da formação do assentamento, a segunda geração está se tornando adulta ou é adulta jovem e a terceira geração já inicia os primeiros passos. A população atual é formada basicamente por essas três gerações e, por sua dinâmica própria, requer necessidades específicas. A compreensão do espaço do assentamento fundamenta-se em um outro olhar, não necessariamente como espaço de assentamento, de luta por terra, de trabalho agrícola, mas, principalmente, como espaço de moradia. A segunda geração foi criada ou nascida ali e há uma mistura entre alguns que vivenciaram características específicas do local, por ser um assentamento fruto de ocupação, e outros que apenas sabem vagamente da história, de algum relato contado por parentes. A terceira geração que vive no assentamento não tem em seu mundo uma cotidianidade de ações de luta, de participação em reuniões, sendo essas questões parte da história de sua família, de seu espaço de moradia, da sua comunidade. Essa geração cresce e desenvolve-se em um outro momento, momento em que várias questões se acomodam, encontram lugares para aportar. Apenas parte da segunda geração foi participante de nossas entrevistas. Preferimos deixar para um outro estudo, aqueles que já constituíram famílias, por entendermos que estes apresentam alguns elementos específicos, que os diferenciam e apontam para um outro contexto e perspectivas. Assim, é principalmente, pelo olhar dessa segunda geração, dos jovens, que vamos adentrando nas questões da comunidade.

Coloquei que a população de São Domingos é formada por três grupos: 1) famílias que acamparam oriundas do município de Itaguaí, próximo à cidade do Rio de Janeiro; 2) famílias de Conceição de Macabu que fizeram um acampamento ao lado das famílias de Itaguaí e 3) famílias que já moravam na Fazenda São Domingos, porque um de seus membros trabalha ou já trabalhou para o governo do Estado na Escola Agrícola ou na FEEM. Contudo, apesar de ser esse o perfil das famílias no projeto inicial, isto foi bastante alterado pela saída de muitas famílias e pela entrada de outras por meio da compra dos lotes. Assim, há um quarto grupo formado por pessoas que moram no assentamento, mas que pertencem a categorias bastante distintas em termos de uso da terra, como a perspectiva profissional e o nível sócio-econômico. Ou ainda, pessoas que compraram os lotes com o objetivo de fazer deste um espaço de lazer para final de semana. Entretanto, não foi à toa que, de início, ao se falar da população de São

Domingos, o quarto grupo não foi mencionado. Este é um grupo mais disperso, pouco ou não integrado à totalidade da comunidade, gerador de conflitos e de polêmica na temática da reforma agrária e foi também mais um aspecto apresentado por São Domingos à pesquisadora como fato da realidade dos assentamentos.

Participaram da pesquisa como entrevistados cinco jovens em que as famílias acamparam vindo de Itaguaí; um jovem em que as famílias acamparam vindo da própria Conceição de Macabu; três jovens que as famílias já moravam na fazenda; dois que a família era da própria região e adquiriu o lote por meio de compra, ainda nos primeiros anos do assentamento; e um outro em que a família comprou o lote recentemente, cerca de três anos. Assim, temos o quadro 01:

**Quadro 01 – Modos de inserção das famílias no assentamento São Domingos**

Modos de inserção das famílias					
Acampamentos		Famílias residiam na fazenda		Adquiriram lote por outro meio	
Itaguaí	Conceição	Com lote	Sem lote	Início do projeto	Compra recente
5	1	2	1	2	1
<b>Subtotal</b>		<b>Subtotal</b>		<b>Subtotal</b>	
6		3		3	

As idades dos jovens que participaram da pesquisa variam de 14 a 22 anos e, em relação ao gênero, cinco eram do sexo masculino e sete do feminino como podemos observar no quadro 02. A maioria dos jovens do sexo masculino (4) está no assentamento porque suas famílias acamparam, enquanto apenas um mora no mesmo por meio da compra de lote; as mulheres dividiram-se entre famílias que acamparam, famílias que já residiam e famílias que adquiriram o lote por compra no início do projeto (quadro 03).

**Quadro 02 – Idade e sexo dos jovens**

Sexo	Idades								Total
	14	15	16	17	19	20	21	22	
<b>F</b>	1	1	2	0	1	1	0	1	<b>7</b>
<b>M</b>	0	0	1	2	1	0	1	0	<b>5</b>
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>12</b>

**Quadro 03 – Distribuição por sexo dos modos de aquisição dos lotes**

Jovens					
Acampamentos		Famílias residentes na fazenda		Adquiriram lote por outro meio	
F	M	F	M	F	M
2	4	3	0	2	1

Com relação à área de moradia no assentamento, temos o quadro 04 que mostra uma maior preponderância de jovens participantes da pesquisa que moram no entorno da associação, cerca de metade dos jovens entrevistados. Isso pode refletir uma maior ligação com a associação dos assentados que moram próximos desta. Ligação que também foi estendida para a pesquisa, já que a associação era a instituição de referência dentro do assentamento para a pesquisadora, indicando famílias a serem visitadas e jovens a serem entrevistados.

**Quadro 04 – Regiões de moradia no Assentamento São Domingos**

<b>Área</b>	<b>Jovens</b>
1. Vila São José	1
2. Associação	6
3. São Geraldo	2
4. FIA	2
5. Antes dos “piabas”	1
<b>Total</b>	<b>12</b>

Quanto à chegada dos jovens ao assentamento, constatamos que a maioria, cinco deles, nasceu antes da constituição do assentamento, três nasceram no próprio assentamento, enquanto três foram apenas criados na comunidade e um teve uma chegada mais recente (quadro 05).

**Quadro 05 – Chegada dos jovens ao Assentamento**

<b>Lugar de Nascimento</b>	<b>Jovens</b>
Nasceram antes de ser assentamento	5
Nasceram no assentamento	3
Foram criados no assentamento	3
Chegou recentemente	1
<b>Total</b>	<b>12</b>

De certa forma, houve uma preferência da pesquisadora por uma amostra composta por jovens que tinham uma maior ligação com o assentamento, no sentido de residirem há bastante tempo e de que suas famílias tivessem chegado por meio de ocupações. Esta opção se fundamentava no objetivo de compreender um pouco mais a vivência desse processo e a percepção que os jovens têm dessa história vivenciada por sua família.

Podemos ter ainda um outro quadro (quadro 06) associando o processo de aquisição dos lotes ao fato de terem nascido ou não no assentamento. Nas três formas de

aquisição do lote (ocupação, compra ou residência anterior), observa-se que as ocupações foi o meio predominante entre os jovens da pesquisa, sendo que apenas a família de um deles participou do acampamento dos moradores de Conceição de Macabu e os outros cinco eram oriundos de Itaguaí. O vínculo empregatício com o Estado e outros meios de aquisição do lote, como a compra, foram em menor número. Isto se deve também ao foco da pesquisa estar mais voltado para as famílias que acamparam, mas que não se limitou apenas a elas para não restringir a compreensão da dinâmica do assentamento e da própria realidade dos jovens.

**Quadro 06 – Nascimento dos jovens e modo de inserção das famílias**

Forma de aquisição		Nasceram antes	Depois	Chegada recente
Acampamento	Itaguaí	3	2	-
	Conceição	-	1	-
Trabalho na FIA		2	1	-
Compra ou outros processos		-	2	1
<b>Total</b>		<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>

Quanto à formação e trabalho, o quadro 07 mostra que, entre os participantes da pesquisa, há seis jovens que apenas estudam, dois jovens que estudam e trabalham e quatro jovens que apenas trabalham. Os jovens que apenas trabalham possuem os seguintes graus de escolaridade: um o ensino médio incompleto e três a formação de técnico agrícola. Entre os técnicos, a maioria não trabalha na área e apenas uma exercia a profissão quando militava no MST. Entre os oito estudantes, dois estudam o ensino fundamental na Escola da Vila São José e seis estudam o ensino médio, sendo que quatro no Colégio Agrícola, um em uma escola no centro de Conceição de Macabu e outro na escola da Vila São José.

**Quadro 07 – Atividades e Grau de Escolaridade dos Jovens**

Atividade	Grau de Escolaridade					Total
	Ens. Fund.	Médio Inc.			Médio	
	Escola da Vila São José	Colégio Agrícola	Conceição de Macabu	Escola da Vila São José	Técnico Agrícola	
<b>Estudante</b>	2	3	-	1	-	<b>6</b>
<b>Estuda e trabalha</b>	-	1	1	-	-	<b>2</b>
<b>Trabalha</b>	-	1			3	<b>4</b>
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>7</b>			<b>3</b>	<b>12</b>

Outros dados sobre os participantes da pesquisa e suas famílias foram colhidos a partir do uso do genograma. Este instrumento foi utilizado com o fim de não se restringir apenas ao jovem, mas com o objetivo de contemplar sua família e entendermos um pouco esta relação. Assim, pudemos observar alguns aspectos, como a quantidade de filhos por geração, nível educacional, migração e profissões. Com isso, pudemos fazer uma análise acerca dos locais de moradia, se urbanos ou rurais, de acordo com os processos migratórios; das profissões se ligadas ou não à agricultura ou ao mundo rural; e também dos deslocamentos das famílias, se relacionados ou não com as migrações para as cidades ou para as grandes regiões. No anexo 05, pode-se visualizar o genograma da família de uma das jovens entrevistadas.

O genograma foi, em geral, a primeira etapa da entrevista com o jovem. Inicialmente, nos direcionávamos sempre ao jovem com o objetivo de entender o conhecimento que este tem da própria família, da história desta e da relação que faz com sua história. Contudo, observei que a minha preocupação de preservar o ambiente de entrevista longe de interferências que não viessem a dificultar e inibir a fala, possibilitando também a manutenção do sigilo sobre o que era dito, era algo que não fazia parte dos receios da maioria dos entrevistados. Assim, mesmo que o genograma fosse construído pelos jovens, na maioria das vezes, os pais e outros membros da família sempre participavam de alguma maneira, seja acrescentando informações por iniciativa própria, interrompendo, completando, seja porque os jovens sempre recorriam a estes para responder as questões e compor o mapa da família. Dessa forma, no meio dos receios e preocupações de evitar as interferências, começamos a observar que o genograma provocava uma integração entre o jovem e seus familiares, pois para estes não havia receio em perguntar, sendo este um caminho mais fácil para obter as respostas, promovendo um resgate e compartilhamento de histórias na família.

Durante a realização do genograma, percebemos também outros aspectos como, por exemplo, que alguns jovens tinham um bom conhecimento em relação à família, enquanto outros se colocavam praticamente em uma posição alheia, passando a função de relator a outro membro da família que estivesse próximo, principalmente os pais, que se constituíram na grande fonte de informações. Geralmente, nas famílias há sempre algo que não queremos lembrar, pessoas que são “esquecidas”, fatos que se tenta apagar, esconder, tentativa de dar outros sentidos, contar outras histórias.

Observamos que a maioria das famílias assentadas não é extensa e que há um aumento do nível de escolaridade por geração, mas que ainda é raro algum membro alcançar o ensino superior, sendo a conclusão do ensino médio ou formação em técnico agrícola o principal objetivo a ser atingido. Percebemos uma redução do número de filhos na segunda geração, que compreende a dos jovens, surgindo também uma terceira geração que corresponde à dos filhos dos jovens. Assim, os jovens mais velhos estão na faixa dos 30 anos e já constituíram família.

As principais profissões encontradas nas famílias dos assentados são pedreiro, feirante, técnico agrícola, apesar de não haver nenhum trabalhando na área, e funcionário de empresa de ônibus, ou seja, a maioria das profissões está voltada para atividades urbanas e não há nenhuma profissão com remuneração equivalente à uma classe média. Já em relação aos deslocamentos e processos migratórios, podemos distinguir dois: um na própria região e outro que partiu de um deslocamento de uma área rural para a cidade do Rio de Janeiro, empreendida pela geração dos pais dos jovens, entre a infância e a juventude. Na cidade, os pais fixaram moradia nas favelas e periferias da grande metrópole e, em seguida, mediante as dificuldades enfrentadas, promoveram o retorno à área rural, caracterizando a luta pela terra, a busca pelo assentamento. Contudo, dentro dos processos migratórios não constatamos deslocamentos entre regiões, como, por exemplo, os fluxos migratórios oriundos do Nordeste que correspondem a um número significativo da população do Rio de Janeiro.

### **6.1.3. Formulando concepções sobre São Domingos**

O contato com a realidade do assentamento transforma as idéias iniciais que construímos através da nossa experiência com outros assentamentos, das nossas leituras sobre o tema, modificando também os conceitos teóricos estudados durante a nossa formação acadêmica e profissional e aqueles veiculados pela mídia, presente no senso comum e que se incorpora às nossas concepções. Assim, essa transformação é na verdade uma desconstrução que não acontece de forma homogênea, mas nos meandros das contradições do cotidiano, dos impactos com as diferenças e com as informações fragmentadas e discursos que se confrontam. Assim, ao pensarmos por onde começamos a apresentar o que colhemos com o trabalho de campo, uma avalanche de

informações caiu desorganizadamente, tornando a definição deste início, uma das etapas do processo de análise. Consideramos, então, que o primeiro passo seria introduzir o leitor à realidade do assentamento, não só no seu sentido histórico ou já conhecido pela literatura, mas principalmente no que foi possível compreender da dinâmica de São Domingos na fase em que se encontra atualmente. Para isso, é claro, nos apoiaremos nos trabalhos existentes sobre o assentamento pesquisado, mas principalmente nas concepções levantadas pelo trabalho de campo, no contato com as pessoas, na participação das atividades do assentamento e nos depoimentos dos entrevistados.

Um primeiro desafio foi compreender o assentamento São Domingos. Minha experiência na Paraíba era com assentamentos recentes, onde as famílias estavam há poucos anos, ainda se organizando e empreendendo as primeiras lutas por escola, energia, etc. Meu primeiro impacto em relação a São Domingos foi saber que iríamos dormir na casa de um assentado que não era no assentamento, mas na cidade. Até então, na minha experiência, o requisito para se ter uma parcela de terra no assentamento era que a família residisse nesta. Outro estranhamento foi a respeito das condições econômicas dos assentados, pois os assentados da Paraíba viviam em condições bem precárias e eu nunca tinha escutado falar de nenhum assentado que tivesse uma segunda casa. Mais tarde, entendi que esta não era uma excentricidade para a comunidade e que isso retratava características de seu desenvolvimento.

Assim, um elemento extremamente importante a considerar é a idade do assentamento São Domingos, ou seja, é um assentamento constituído em 1987 pelo governo do Estado, como fruto da pressão das famílias que acamparam desde 1986 e, portanto, bastante antigo em relação aos que eu tinha conhecido. A idade de São Domingos diz muito do que ele é hoje, mas não só, há processos particulares na sua dinâmica que também respondem por suas características. Em relação à idade, observamos que a população de São Domingos já passou pela fase de conquista da estrutura básica para sua sobrevivência, de construção de casas, de reivindicações por escola, saúde e transporte. Já passou até mesmo por sua fase áurea de produção agrícola, de organização social e política, quando a associação tinha uma representação forte e conseguia uma participação considerável da maioria dos assentados. Ousamos dizer que São Domingos se aproxima de uma fase em que a questão da sucessão se tornará mais central.

São Domingos, então, é um assentamento em que todas essas primeiras reivindicações já foram feitas e atendidas, conquistadas, os primeiros passos dados e bem dados, tendo conseguido êxito e em algumas vezes até mesmo sucesso. São Domingos foi referência para o MST quando estava se instalando no estado do Rio de Janeiro, apoiando-o em muitas ações (MEDEIROS & LEITE, 2002 b). Assim, várias ocupações de terra que aconteceram no norte do estado e que resultaram em assentamentos partiram de São Domingos. Também foi nele que a primeira cooperativa do MST do Estado do Rio de Janeiro foi instalada, apesar de ser considerada pelos assentados um fracasso e de ter sido foco de conflitos internos entre suas lideranças, havendo ainda hoje forte repercussões nas relações entre os assentados. Este dado sobre a cooperativa também foi corroborado pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (2003), apontando que dificuldades contábeis e administrativas contribuíram para a desativação da organização.

Esta distinção das etapas empreendidas produz um diferencial na fase que São Domingos está vivendo. Porém, apesar das conquistas, não é uma fase tranquila, há dificuldades por parte da comunidade em identificar as necessidades atuais e definir um modo de direcionamento. Algumas questões que se apresentam no contexto como fundo começam a surgir, como a função da associação, as perspectivas para o futuro do assentamento e para sua juventude. Problemas sucessórios começam a emergir, visto que o envolvimento dos jovens com a organização política e social do assentamento é mínimo, bem como com as atividades agrícolas do lote. São Domingos parece se aproximar de um impasse: suas formas de organização e condução das questões da comunidade enquanto assentamento parecem não atender mais as novas necessidades e demandas.



#### 6.1.4. A região de entorno



**- CONCEIÇÃO DE MACABU-RJ -**

*Figura 3 – Cartão Postal de Conceição de Macabu*

A região que na qual São Domingos está localizado influencia especificidades em sua dinâmica. É um assentamento em um município bastante pequeno\* que teve sua economia abalada com a falência de uma grande usina e, desde então, não conseguiu que houvesse uma substituição da base de sua economia para um outro setor que garantisse as mesmas condições de sustentação econômica. Contudo, a constituição de São Domingos gerou uma movimentação do mercado local, dinamizando a economia do município.

Entretanto, Conceição de Macabu ainda é considerada uma cidade dormitório, pois a maioria de sua população busca emprego em Macaé, que ao contrário de Macabu, tem seu desenvolvimento assegurado e até mesmo surpreendido através da indústria petrolífera que movimenta não só a economia do município, mas de vários municípios

---

\* Conceição de Macabu foi emancipado em 1952 e ocupa 313 km<sup>2</sup> de uma área situada na baixada dos Goytacazes, norte fluminense. Sua população é de 20.000 habitantes e sua principal atividade econômica é a agropecuária.

da região, aumentando a geração de renda e de receita para o próprio Estado do Rio de Janeiro. Por Macaé ser o centro de apoio da população de Macabu, pólo de atração e de perspectivas, alguns jovens sentem repercussões negativas dessa dependência do município de Conceição de Macabu e expressam insatisfação com o baixo desenvolvimento da cidade, como pode ser observado no depoimento abaixo:

*“Muitos vivem (...) no final de semana, vêm passar o final de semana, aí vai embora. A maioria trabalha fora, trabalha em Macaé, a maioria do povo de Macabu, trabalha em Macaé. Aí nisso eles ficam lá o dia inteiro, aí quando chegam à noite que é pra descansar. Aí estudam também à noite, outros trabalham de manhã, outros estudam à noite. Não tem muito o que fazer, não.”*  
(Clara, 20 anos, técnica agrícola, família residia na Fazenda São Domingos)

Conceição de Macabu, por ser vizinho de Macaé, sofre as influências e as pressões de estar próxima de um centro regional tendente a um acentuado crescimento econômico. Assim, Macabu tem sua economia dependente de Macaé, onde grande parte de macabuenses busca emprego e melhores fontes de renda. Entretanto, Macaé é vista por alguns macabuenses como uma cidade que já está violenta, assim a preferência por Conceição de Macabu é pela tranquilidade e qualidade de vida e, nesta mesma direção, são os motivos mencionados pelas opções feitas por São Domingos como lugar de moradia. Além disso, o fluxo turístico de Macaé e da Região do Lagos acaba também repercutindo em São Domingos, que tem sido também muito procurado como espaço de lazer. Assim, o assentamento sofre a pressão da procura por sítios de finais de semana e alguns de seus lotes têm sido utilizados para este fim, principalmente, por pessoas vindas de Macaé ou de regiões próximas que compraram os lotes de famílias que queriam sair do assentamento para dar continuidade à busca por melhores condições de vida.

Essa pressão e demanda tornam o lugar cada vez mais “*rurbano*”, misturando estilos de vida rural e urbano, acentuando ainda mais essa tendência em São Domingos, ou seja, de acompanhar a transformação do espaço rural não apenas como espaço agrícola, mas como espaço de múltiplos usos como aponta Ferreira (2002). Essa tendência à pluriatividade, cujos espaços rurais ganham outras características além da agricultura, tornando-se também espaços de residência, lazer, preservação ambiental e geração de renda, nem sempre é aceita, pois há uma idéia bastante difundida pela mídia, pelos organismos que tratam da questão agrária, pelo governo e pelo MST que o assentamento é para fins de reforma agrária e cuja atividade principal é a produção

agrícola de base familiar, descaracterizando outras possibilidades que possam coexistir e contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Durante o trabalho de campo, percebemos uma certa confusão entre os moradores em definir o que seria São Domingos: um assentamento, um bairro, um simples lugar de roça, um loteamento... Ser um assentamento nem sempre parecia ser a tônica dominante e a relação com a questão da terra, da luta através de ocupações, da reforma agrária de uma forma geral submergia, em alguns momentos, a um plano secundário. Assim, era comum escutar que São Domingos era um bairro de Conceição como outros: Centro, Calçadinha, Bocaina, etc. Para alguns, São Domingos era muito mais uma comunidade do que um assentamento, ou o assentamento era só a parte onde as famílias acamparam, as terras continuavam da FIA. Havia também falta de informações do que seja um assentamento e um acampamento, suas diferenças e relações com a reforma agrária. Para alguns, São Domingos diferia de outros bairros apenas por ser um local de roça. Mas quando se questionava se havia um tratamento diferenciado para aqueles que moram nesta comunidade, alguns apontavam que era por conta da instituição que abrigava meninos deficientes e outros atribuíam ao fato de ser um assentamento, pelas pessoas terem ocupado as terras, sendo isso mencionado como intenso alvo de críticas e motivo de piadas das pessoas da cidade.

Nesta direção, segue o diálogo de uma das entrevistas que mostra a pouca clareza em distinguir um assentamento e uma outra área rural:

*“É a mesma coisa pra mim. Não. É bom morar aqui, não tem muitas diferenças dos outros lugares. Só tem porque são mais afastado as casas, escolas. Mas é normal.*

**Pesquisadora:** *Porque tem muitos locais que são assim de roça, mas não são assentamento. Você sabe disso?*

*Não. Como?*

**Pesquisadora:** *Porque nem todo lugar que é roça é assentamento. Você sabe disso?*

*Sei.*

**Pesquisadora:** *Pronto.*

*Aí é pra explicar o que? Falar o que?*

**Pesquisadora:** *Se você acha que tem diferença. Ou acha que é a mesma coisa.*

*Pra mim é a mesma coisa que quase eu não conheço nada disso.” (Gilson, 16 anos, nasceu em São Domingos, família oriunda de Itaguai)*

### 6.1.5. Fundação para Infância e Adolescência (ou antiga FEEM)

Como coloquei anteriormente no histórico do assentamento, São Domingos é um assentamento constituído pelo governo do Estado em terras onde funcionavam uma instituição de abrigo e educação de menores e uma escola agrícola. Quando o projeto do assentamento foi elaborado essas duas instituições tiveram suas áreas remarcadas, sendo ainda reservada uma extensão de terras que viabilizaria a realização de suas atividades. Assim, no mapa final do projeto, onde se encontram demarcados os lotes de todos os assentados, também se encontram as áreas correspondendo à FEEM, que em 1995 passou a ser denominada Fundação para Infância e Adolescência (FIA), e ao Colégio Estadual Agrícola Rego Barros. Dessa forma, São Domingos é um assentamento com mais essa particularidade, faz limite com essas instituições de modo que ambas se encontram contornadas pelos lotes dos assentados.

Assim, surge logo a curiosidade a respeito da relação dessas instituições com a comunidade, visto que ambas instituições tratam de questões pouco comuns, como a formação de técnicos agrícolas e a educação e abrigo de menores, atualmente, portadores de deficiência do sexo masculino. Apesar da FIA não tratar de uma questão que se relaciona diretamente com o assentamento, com a questão agrícola em si, ainda assim, o fato da escola abrigar meninos deficientes é algo que interfere no dia-a-dia da comunidade, tanto no sentido do contato direto com os meninos que muitas vezes chegam até as casas das famílias em busca de atenção, como também na forte imagem da instituição que torna a localidade muitas vezes mais conhecida como FEEM do que como assentamento São Domingos. Esta imagem tem uma conotação negativa vinculada ao rótulo de “loucura” e marginalidade e aumenta os processos de discriminação em relação à população do assentamento.

*“Praticamente todo mundo conhece por FEEM porque tem uma instituição do Estado ali, de doidinho. Ai todo mundo começa: maluca! Roceira! Só assim, sabe? (riso) Ai, o ônibus, por ele levar muita poeira, que a estrada é de terra, aí todo mundo: vai de poeirento! Vai maluca! Lá vem FEEM! Falam: é doida! Ai zona pra caramba, mas é mais por causa do, do, do hospício, né? Ali, dos meninos, aí quase ninguém chama de Fazenda São Domingos, que é o nome do bairro aqui. Se pode chamar de bairro, né? Todo mundo conhece mais por FEEM. Até no ônibus, é Usina FEEM, não é Usina Fazenda São Domingos. Por FEEM. Todo mundo conhece por FEEM, é FEEM, então é FEEM mesmo. Tu mora onde? Moro na FEEM. Qual o número? Não tem não, você chega lá, pergunta onde mora seu B. que esse é o número, todo mundo sabe.” (Luana, 14 anos, estudante)*

Contudo, essa não é uma via de mão única e com certeza há também um movimento da comunidade em relação à instituição. Apesar desses aspectos não serem objetos específicos da pesquisa, percebe-se que há sentimentos de estranhamento e atitudes de afastamento por parte das pessoas do assentamento em relação aos meninos, bem como há visões positivas a respeito da instituição e movimentos de aproximação e cuidado, como mostra o depoimento abaixo:

*“(...) Porque você trabalhando no interior, com pessoas do interior, eu acho que as pessoas são mais... não que a gente fale das pessoas da cidade, mas acho que elas têm... Os meninos, que a gente fala os meninos, na verdade têm pessoas bem velhas, mas os meninos que moram aqui dentro, que são os meninos de responsabilidade da FIA, eles têm, cada um, meio que uma família, né? Quando morre um sente falta, sabe? Quando alguém fica doente, a gente ouve falar: ah, fulano não tá aparecendo, será, o que que aconteceu? Entendeu? Então, por ser interior todo mundo conhece, todo mundo tem cuidado, se ver alguém na rua vai encaminhar, sabe? Se ver alguém passando mal, vê o que é que tá acontecendo. E a Pestalozzi\* consegue porque ela trabalha muito com isso, trabalha tanto com o menino, mas trabalha também com a sociedade, eles estão aqui, têm vários que têm capacidade para fazer muitas coisas, embora são pessoas que sejam deficientes físicos, mentais, mas também têm capacidade de contribuir com a cidade, de contribuir com a sociedade, né? E é um trabalho interessante mesmo com todas as críticas que eu tenho, próximo a vários trabalhos do Estado, ONG's, até. Eu acho muito interessante assim, têm enfermeiros aqui diariamente, têm as pessoas responsáveis nas casas que tomam conta, têm pessoas responsáveis pela segurança geral. Então, é bem interessante, assim. Eu acho que com todas as críticas que eu tenho, esse aí ainda é um bom, não é um elefante branco.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST, família residia na Fazenda São Domingos pelo vínculo empregatício com o Estado - membro da família era funcionário da FIA)*

É possível encontrar também, em algumas famílias, pessoas que ajudam na casa, trabalham na roça e ganham em troca moradia e comida, uma espécie de agregado, sendo que algumas dessas pessoas são meninos que eram da FEEM. Isto é tido por algumas famílias como uma forma de ajuda aos meninos que não tinham onde morar quando alcançavam a maioridade. Contudo, apesar de serem ajudadas, essas pessoas parecem permanecer sempre em uma condição de subalternidade e dependência, sem que haja meios para que tenham outras possibilidades de exercer sua autonomia enquanto cidadãos. O depoimento abaixo mostra ainda que há concepções na

---

\* Instituição filantrópica que desenvolve trabalhos educacionais e de reabilitação com crianças e adolescentes portadores de deficiência

comunidade de que o vínculo adotado por algumas famílias é um vínculo familiar, onde os meninos são tratados como filhos.

*“É muito comum aqui nessa região. Porque... meio que quem é a família deles somos nós que temos uma família mesmo, né? Então, assim, aqui em casa mesmo, meu pai, eu tenho um tio que a gente chama de tio T., que tem a raça totalmente diferente que a nossa, tem a raça negra. Mas quando ele tinha 16 anos de idade, ele tinha medo de, aos 18 anos de idade, ele tinha medo de ser levado ao Rio de Janeiro para trabalhar no Rio de Janeiro. Aí como ele trabalhou com meu pai, aqui no Estado, meu pai era responsável por uma turma com reeduca..., para trabalhar com animais, com remanuseamento, como ele trabalhava com meu pai, ele pediu para meu pai adotar ele. Aí quando ele fez 17 anos meu pai adotou ele, para ele não, ele ficou aqui em casa e tal. Hoje ele trabalha, ele é segurança, na verdade ele é caseiro de três casas de veraneio em Macaé hoje. Ele ficou dos 17 aos 20 anos daqui de casa como filho, ele é considerado como filho até hoje, a gente era bem pequenininho, eu devia ter uns 2 anos de idade quando ele veio morar aqui em casa. Então é muito comum isso, tem várias famílias que se apegam, apegaram a vários meninos e que têm como filhos mesmos, que foram pras casas morar, que vivem, que foram casadas com filhas ou com pessoas bem próximas. Tem muitos meninos que foram criados aqui dentro, que foram da FEEM e estão presentes hoje nas famílias daqui da região. (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola)*

Considerando que o discurso é construído socialmente e reflete a relação de forças entre os vários atores sociais, é importante estar atento à visão de que os meninos da FIA são parte da família é expressa por uma filha de ex-funcionário, tendendo a corresponder ao discurso defendido pela instituição. Neste sentido, ao se questionar que essa relação de filho não era um padrão entre as famílias do assentamento, a mesma confirmou nossa suposição: *“sim, mas tem famílias que têm como filho, mas têm outras que têm como agregado mesmo.”*

Para finalizarmos a contextualização a respeito da FIA, consideramos importante acrescentar mais um depoimento que dimensiona o potencial latente da instituição no que diz respeito à estrutura, espaço físico e objetivos de promover uma educação e formação desses jovens.

*“Grande, justamente, que não exerce, não exerce nem talvez 10% do potencial que ele possa tá exercendo. Tanto para agricultura assim, é um grande potencial agrícola, tem uma escola agrícola aqui dentro, tem um espaço bom e ter tantos espaços físicos, já montado tecnicamente, por exemplo, tem um curral grande, tem uma marcenaria, uma carpintaria, sabe? Com todos os instrumentos ali dentro e não produzir nada, sabe? É como se existe e não tem função nenhuma, tem sua função. Tem como fazer alguma coisa, sabe? Ter um espaço, fingir que não existe e comprar um novo, sabe? Fazer um novo, eu não consigo entender. O espaço tem um potencial maravilhoso, assim, tem um colégio que pode receber gente do estado todo, tem um espaço físico que dá para trabalhar. Uma coisa que existe que o Estado finge que não tá aqui, mas tá aqui, né? Agora,*

*tem um potencial muito grande.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola)*

#### **6.1.6. A Escola Agrícola**

Uma das coisas que mais nos chamou atenção foi a existência de uma escola agrícola estadual praticamente dentro de um assentamento rural. Este fato traz muitas interrogações principalmente porque uma das problemáticas vivenciadas pelos assentamentos de uma forma geral é a dificuldade das famílias terem acesso à assistência técnica para orientá-las na produção. Assim, a existência de uma escola de formação de técnicos em um assentamento faz-nos pensar que a assistência técnica não vai ser uma dificuldade para a comunidade. Mais do que isso, faz-nos imaginar que este assentamento terá um grande alcance produtivo, com o potencial para o desenvolvimento de uma capacidade técnica refinada pelos conhecimentos e informação de uma instituição de ensino.

Contudo, toda esta expectativa não é concretizada. O que o contato com as famílias nos mostrou, junto com as poucas visitas que fizemos à Escola Agrícola, é que esta é uma instituição com uma infra-estrutura muito boa, que exerce seu papel de ensino e formação dos técnicos, mas que este processo ainda fica muito reduzido ao âmbito escolar e não alcança a comunidade. Observou-se que há um distanciamento entre a escola e a comunidade e, ao contrário do que se possa imaginar, parece não haver projetos no sentido de estabelecer parcerias entre os agricultores e os técnicos em formação. Esta constatação parece ser uma grande contradição e incoerência em ambas as partes: escola e assentamento. Mas que não parece produzir nenhum encaminhamento na direção de melhorar a relação entre essas. Esta falta de comunicação reflete também uma visão de maior valorização de vínculos com setores menos populares, como se pode observar no relato da jovem ao detalhar que seu estágio foi feito em fazendas da região e não foi mencionado a possibilidade de fazer em pequenos sítios, como os do assentamento.

*“Foram escolhidos cinco alunos para essa bolsa. Aí entrou eu, mais três meninas e um menino. (...) Foi em vários lugares, vários lugares como Macabuzinho que é daqui também. Nós fomos em Serrinha que é lá pro lado de Campos, fomos em vários lugares, era em fazendas. E os donos cedia a fazenda pra gente fazer os cursos, cedia a fazenda e os animais. Aí a gente foi. Aí a prova final foi aqui no Santo Agostinho, ali que foi o final, teve a prova final, aí depois a comemoração, o resto foi mais em Macabuzinho.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola, trabalha em atividade não agrícola, não exerce a profissão)*

É possível que esta visão esteja associada à possibilidade de trabalho para os técnicos, pois grande parte dos técnicos agrícolas que a escola forma não são absorvidos pelo mercado de trabalho da região. O Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (2003) também encontrou este mesmo dado a respeito da não absorção dos técnicos agrícolas pelo assentamento São Domingos no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) realizado na comunidade no mesmo período desta pesquisa. Segundo uma das jovens entrevistadas, *“conseguir emprego é muito complicado. A maioria das pessoas que se formam como técnica agrícola trabalham noutra área (Clara, 20 anos, técnica agrícola).”*

Contudo, as fazendas são vistas como possibilidades de mercado, enquanto que as pequenas propriedades não, apesar de também terem condições de oferecerem elementos práticos do cotidiano para contribuir com a didática e o aprendizado e ainda estarem mais próximas da realidade dos alunos, que podem utilizar os conhecimentos aprendidos em sua própria casa, visto que muitos alunos moram em sítios ou no próprio assentamento. Neste sentido, vale a pena expor um dos relatos dos jovens:

*“Já eu pensava assim, vou estudar no colégio de técnico agrícola e, porque eu também moro em terra, tem próprio..., tem pedaço de terra, de chão, de sítio, vou ajudar a minha mãe, a minha família. (...) Assim, ter assim algum lugar para você, mais tarde quando você se formar, através dos estudos que você teve, aproveitar aquilo pra implantar dentro do sítio, qual você vai trabalhar, a terra, muitos conhecimentos sobre assim, é...” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Entretanto, a percepção de que o colégio agrícola e a comunidade poderiam ter uma relação mais participativa é compartilhada pelos membros da associação. A partir desta perspectiva, a associação teve recentemente a oportunidade de desenvolver um projeto junto ao Idaco em parceria com a escola, intitulado *Chantier*, que em francês significa *“canteiro de obras”*, por ter características vivenciais, tratando-se de um intercâmbio técnico-cultural em que jovens franceses são recebidos no assentamento com o objetivo de conhecer e vivenciar a realidade das famílias assentadas e desenvolver um projeto coletivo em benefício da comunidade. Assim, é importante ressaltar que a parceria escola-assentamento pode gerar bons frutos para ambos os lados e falando ainda dessa relação, citamos a fala de uma jovem:

*“Eu acho que existe muito pouco, acho que poderia se trabalhar mais com assentamento. Acho que agora é que tá começando a discussão de trabalhar com assentamento. Eu, quando estudei, dava estágio de Capelinha com um*



*projeto que tinha com o M. e a D., que eram técnicos num projeto do Iterj de assistência técnica, então trabalhei com assentamento. Agora a escola não é voltada muito para a questão do assentamento. Acho que agora, com o chantier, com o projeto da estufa, é que eles vão tá ligado mais.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola e ex-militante do MST)*

Apesar de não haver uma maior interação entre a escola e o assentamento, há uma grande aceitação desta por parte dos pais, que apostam na instituição como uma boa escolha para os filhos, e dos jovens, que gostam bastante da instituição e de seu ensino. Contudo, falam que a procura tem diminuído nos últimos anos, expressando o receio de que ela venha a fechar. Neste sentido, são vários os relatos:

*“Não, no momento, nesse período ela não estava como elefante branco, hoje ela está se tornando um elefante branco porque tem muito poucos alunos aqui na escola. Então... talvez falta divulgação, porque é uma escola boa, acho que é uma escola super interessante, acho que é uma maravilha ter uma escola dessa aqui, mas as pessoas não dão tanto valor e tal. Acho que hoje existe um problema, de falta de divulgação que existe uma escola dessa, existe professor, existe (...) de trabalhar e tal, existe espaço físico grande, bom para se trabalhar.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola e ex-militante do MST)*

*“(...) Porque é um colégio na roça, ninguém quer vir estudar aqui. Aí a cada ano piora, vem menos. Pelo jeito que tá. Também, o colégio tem uma biblioteca lá que é só por enfeite, é só dizer que tem porque a diretora não deixa a gente estudar não. (...) Ensina. Pra quem faz o técnico agrícola é bom. Meu irmão é formado em técnico. O sonho dele era fazer uma faculdade. É... ele (...) engenheiro florestal. Eu também mas... Acho que a gente não vai conseguir não. É só sonho. Quem sabe, quem sonha um dia alcança. (Margarida, 19 anos, estudante)”*

Percebemos, então, que a partir da legalização do assentamento, uma série de outros processos se estabelece, indo além da simples aquisição de terras como defende Fernandes (2001). Implica na constituição de uma comunidade que, mesmo já existindo antes da formação do assentamento, ganha uma outra configuração com a chegada das famílias e com a mudança tanto em termos de vínculo com o Estado, como também nas novas relações que se estabelecem entre seus membros, entre a comunidade e as instituições que estão em seu entorno e a sociedade macabuense de uma forma geral.

Podemos dizer que os assentamentos são realmente *“laboratórios para observação privilegiada de múltiplas experiências”* como afirma Medeiros e Leite (2002, a, p. 6), mas mais do que isso, são laboratórios de vivência e experimentação para os atores envolvidos. Neste sentido, há muito para se refletir sobre a dinâmica construída durante a trajetória da comunidade que vai forjando uma identidade e

produzindo um histórico que apresenta direções múltiplas de leitura e compreensão da realidade que envolve.

## 6.2. As histórias

Um dos nossos interesses com esta pesquisa era conhecer a história do assentamento contada pelos próprios atores, era conhecer como os jovens vivenciaram essas histórias, como eles se relacionam com o que lhes é contado e lembrado. Assim, citaremos trechos de suas entrevistas que falam sobre alguns aspectos vivenciados por eles ou por suas famílias e estaremos comentando, na medida do possível, a partir de nossa visão.

Entre os doze jovens entrevistados, apenas cinco dizem ter alguma lembrança do início do assentamento, sendo que um prefere não lembrar o passado e não expõe o que sejam essas lembranças; dois sabem um pouco da história do assentamento através de seus familiares e os outros cinco, por serem mais novos ou por estarem há pouco tempo no assentamento, não têm muitas informações a respeito da história.

*“Uns dois quilômetros da pista, a gente morava ali, né? Todo mundo fez uma, é, uma cabana, até aquelas cabanas de exército, de alumínio, estrutura de alumínio. Aí pegamos e fizemos, aí ficamos morando um bom tempo ali, né? Até, saiu o dia que eles fizeram, começasse a medir as terras e começasse a espalhar as pessoas para dentro das terras, né? Dividiu o lote, aí cada um foi entrando pra dentro ali, aí começou a fazer um..., tipo uma comunidade, só que assim, separado por lote, né? Aí a partir daí, que começou a organizar a associação, aí meu tio veio como presidente, aí começou a, o pessoal a se unir, né? O pessoal a se unir, né? Para fazer, buscar sempre o melhor, né?” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola, família oriunda de Itaguaí)*

*“Eu, eu lembro que a gente morava numa barraca de lona e era tudo mato, não tinha nada assim, coisa nenhuma plantado, aí à noite eles soltavam, o pessoal soltavam uns bois com chifre grandão e entravam nas nossas barracas.” (Margarida, 19 anos, estudante, família oriunda de Itaguaí)*

A lembrança dos “bois de chifre grandão” refere-se à manada de búfalos que ocupavam as terras da fazenda e que foi motivo de atritos entre os acampados e os funcionários da FEEM. A retirada dos bois da fazenda foi bastante custosa e um dos argumentos utilizados era de que os bois eram dos alunos. O uso de bois para afugentar agricultores é bastante antiga, podendo-se dizer que é um estilo tradicional no país, uma forma muito utilizada de pressionar os trabalhadores, pois os bois geralmente comem e destroem a lavoura causando prejuízos. Vale a pena abrir um parêntese e citar um trecho da história de vida de Elizabeth Teixeira, líder camponesa da Paraíba que teve

seu marido assassinado na década de 60 por presidir a Liga Camponesa de Sapé e defender os direitos dos trabalhadores rurais.

*“Dias depois, esse novo proprietário começou a fazer todo tipo de jogada pra botar a gente pra fora. Ele soltava o gado dentro do nosso roçado, esperando que João Pedro fosse brigar com ele. João Pedro via aquilo e não perdia a calma. Não demorou muito tempo e o mandado de despejo chegou. João Pedro procurou um recurso na justiça, ele foi junto com um advogado. Enquanto o processo caminhava na justiça a gente continuava no sítio.” (TEIXEIRA, 1997, p. 48)*

Podemos dizer, então, que certas características da cultura rural insistem em perdurar mesmo com o avanço do tempo e velocidade com que tudo tende a mudar na contemporaneidade. A respeito da memória dos jovens, devemos considerar que a idade destes se aproxima ou coincide com a do assentamento. Assim, as lembranças vividas são poucas, aquilo que lhes foi contado é o que constrói essa memória, a forma como isso é recontado resguarda a visão de seus familiares, bem como reflete a compreensão que estes fazem da realidade deles. E é sobre essa história que nos voltamos um pouco neste momento, tentando compreender a relação que os jovens estabelecem entre este passado vivido coletivamente não só por suas famílias, mas também pela vizinhança do assentamento. Ressalta-se que entre os jovens participantes da pesquisa, a criança mais velha na época do acampamento tinha seis anos:

*“Eu era bem pequena assim, eu lembro do acampamento porque meu pai administrava uma fazenda, ele trabalhava aqui, mas administrava uma fazenda. Todo dia quando a gente ia para a fazenda a gente passava em frente do assentamento. Então, a gente começou a ter contato, de levar remédio, água potável pro assentamento. Eu devia ter... uns seis anos, mais ou menos, e vivenciei porque depois a gente foi se tornar amigo dos posseiros como se chamava na época. Agora tem algumas famílias que vieram que são amigas nossas. Vivenciamos a formação da associação, hoje a construção daquele prédio que existe. Depois lógico teve todo os problemas pessoais, mas a gente vivenciou toda, as lutas por energia, sanea... , por casa, por crédito, a gente participou de tudo diretamente.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST, família residia na Fazenda São Domingos)*

Este relato mostra um pouco de como se deu essa interação entre as famílias que chegaram e as que já estavam ali. Uma interação que, para a jovem, aconteceu de forma gradativa e que, segundo a mesma, diferiu da reação da maioria dos macabuenses, que se afastavam e discriminavam os “posseiros”.

É interessante apontar também que o termo “posseiro” nem sempre tem essa conotação, pois muitas vezes é usado, tanto pela literatura como pelas pessoas

envolvidas com a questão da terra, para nomear os agricultores que já estavam na área da fazenda que se constituiu em assentamento, ou seja, eles tinham a posse, mas não o direito legal. É importante ressaltar que o encontro entre as famílias que ocupam e as que já se encontravam nas mesmas terras é muito comum e, geralmente, é permeado de conflitos, pois muitas vezes os que já estão na área percebem os acampados como invasores, ladrões de terras e se sentem ameaçados em seus direitos ou benefícios adquiridos na situação atual. Assim, há assentamentos em que os trabalhadores antigos são contratados pelos donos das fazendas como “capangas” para “defender” e proteger o patrimônio do fazendeiro. Em alguns casos, ocorre violência nos conflitos e nem sempre esta situação é adequadamente considerada, havendo projetos de assentamento que contemplam ambos os grupos.

No caso de São Domingos, houve certa resistência de alguns funcionários, mas isso não foi uma reação geral.

*“Olha... no início foi, era complicado a gente identificar quem era quem. Era bem complicado. Mas aos poucos vão... se relacionando, tendo boa inserção, enxergamos a... vivemos em plena harmonia, trabalhamos juntos. Tivemos momentos de conflitozinho, mas... depois a gente viu que o... o, o importante mesmo era a gente sermos amigos e hoje temos grandes amizades e carinho por todos eles e eles também por todos nós; respeito e admiração também. E... a, a FEEM, a administração da FEEM, os funcionários, nunca tivemos problema nenhum, sempre, pelo contrário, nos ajudou bastante com máquina, trator, mantimentos e sempre teve à disposição do, do, do assentamento.*

*(...)*

*Não, conflito só por causa de alguns que era contra o movimento e que fazia aquela... era época do comboio, por exemplo, não era época de plantação, (...), não tinha condições da gente comprar húmus, então tinha que fazer a plantação com a palha e com... Eles faziam a divisa com a gente, é o rio só que separava. Aí veio a plantação de milho, quiabo, vê como via aquilo verdinho; a do lado de lá seca e tá... caramba, arrebatava...*

*(...)*

*É. Porque o quê que acontece: é que nessa época havia alguns funcionários que queriam, tinham o objetivo, tinham interesse impuros por esse...*

*(...)*

*... por esse, por esse terreno. Eles queriam isso aí, eles é que queriam pegar esse terreno. Por eles já ser, ter um, um statusinho melhor na, na... na FEEM e também porque foi, assim, aquela... classe média de fazendeiros da região. Uma, umas propriedadezinhas, um pedacinho aqui, um pedacinho ali e tal, (...) pra vender, né (riso); ele dizia assim. Então, quando um... foi um pouco, um número bem reduzido; que também não conseguiu ir à frente e a amizade foi a mesma com todos os funcionários e até hoje tem boas amizades.” (Ivan, 31 anos, assentado de São Domingos, militante do MST)*

Além das resistências, houve também famílias que se sentiram beneficiadas com a chegada do acampamento e que atribuem a chegada destas famílias o direito adquirido pela propriedade da terra:

*“Aí quando veio (...) essas pessoas para formar o assentamento. Meu pai já morava aqui. Só que já morava numa casa aqui, numa casa mais ali em cima. Só que a terra ainda era do Estado, não pertencia, não tinha dono. Aí o Estado deu a terra, para poder meu pai ficar. Aí, com a vinda do assentamento para cá, quando eles vieram para cá, que distribuíram documento. Aí, o Estado foi deu documento através deles que veio documento da terra aqui pro meu pai, aí passou a ser do Estado, veio pro meu pai. (...) Eu não lembro muito, não, que na época eu era pequenininha. Mas minha mãe fala que a mudança foi que eles vieram pra aí, aí assim, as famílias que já ficavam aqui, já tinham sítio aqui, aí quando deram documento pra eles lá, aí foi deram pra aqui também. (...) Não, não foi difícil não. Assim que eles conseguiram lá, a gente conseguiu aqui também. A gente pegou até o documento é... porque tem o provisório e tem um agora, que chegou agora, né, acho que faz um mês (...). Recebeu todo mundo junto, **como se aqui fizesse parte do assentamento** [grifo nosso]. (...) Foi uma coisa boa, né, porque talvez tivesse até pertencendo ao Estado, ainda do governo, do governo. Talvez a gente nem pudesse tá aqui se eles não viessem pra cá, talvez tivesse que mudar pro Ibem de novo, ou ficava lá e cá.”*  
(Clara, 20 anos, técnica agrícola, família residia na Fazenda São Domingos)

É interessante observar que a fala *“como se aqui fizesse parte do assentamento”* revela a integração que se deu entre as famílias, quer dizer que não houve diferenças entre os que já moravam e os de fora, foram todos incluídos no momento de adquirir o direito. Embora, também revela, ao mesmo tempo, um distanciamento e uma diferenciação em relação aos que acamparam e aos que ali se encontravam. O assentamento não é formado por uma unidade homogênea. Além disso, a frase também expressa a pouca clareza a respeito do contrato social que define o que seja e por quem é composto um assentamento. Essas dúvidas, pouca clareza sobre as informações e direitos são contradições que constituem fissuras construídas durante a trajetória de convívio e que se reportam até mesmo ao período anterior ao assentamento e às transformações que vão se delineando no tempo. Assim, mais uma vez, nem sempre parece ser evidente quem faz parte ou não do assentamento, qual lote está dentro ou fora do projeto. Há também uma tendência a associar o assentamento apenas às famílias que acamparam, a certos locais, não correspondendo a toda sua extensão. É também com essas percepções que vamos compreendendo a dinâmica de se sentir pertencente ou não ao grupo dos assentados e em um dos tópicos estaremos explorando a questão da identidade do jovem em relação ao lugar onde moram.

Contudo, também há entre os entrevistados lembranças que parecem sofrer a força do apagamento, histórias pouco conhecidas, pouco compartilhadas, obscurecidas por fatos que marcaram trajetórias e por isso têm uma tendência ao esquecimento, um movimento de não preservação. Assim, houve entre os jovens relatos de que não sabiam muito sobre o que aconteceu e uma tendência de não querer saber: *“Nunca senti interesse também. Às vezes minha avó fala, mas não fico muita atenta, sabe?, às coisas.”* (Rosa, 15 anos, estudante, nasceu em São Domingos, família oriunda de Itaguaí)

Essa memória varia de família para família, de acordo com a história vivenciada e com a posição que ocupa no assentamento. Relaciona-se com a forma em que a família chegou ao assentamento, seja através de acampamento, seja porque já morava lá ou porque comprou o lote e em que período da história do assentamento esse processo aconteceu. Por exemplo, para uma jovem de uma família que já morava na fazenda, mas que não foi contemplada com o lote, o assentamento é visto como algo distante, os assentados são *“eles”*, *os outros*, as informações são mais resumidas, aparentemente fragmentadas. Parece haver uma dissociação na compreensão de que as famílias que *“pegaram terra”* são as mesmas responsáveis pela escola em que a jovem estudou, a escola da associação; que também são algumas das principais pessoas do seu grupo de amizade e que estão também diretamente relacionadas ao lugar onde mora. A presença da FIA reforça esse tipo de dissociação, pois São Domingos está muito ligado à imagem desta instituição.

*“Ué, assim, aqui não tem nada a ver com eles, né, porque aqui faz parte do FEEM. Ali já é o outro... faz parte de outra coisa.”* (Taís, 16 anos, estudante, família residia na Fazenda São Domingos)

Mas mesmo assim, a jovem ainda reconhece benefícios que a vinda das famílias trouxe a São Domingos. Vale destacar que, na sua fala, ela se reporta à informação dada por sua mãe, ou seja, é uma visão não apenas dela mas de seu grupo familiar:

*“Ah, assim que eles vieram, eles fizeram roça, foi assim que minha mãe falou, isso aqui era tudo mato. Assim que eles vieram pra cá, o lugar até ficou... ficou melhor, né? Ficou mais povoado do que antes, quando a gente não tinha casa, era tudo pasto. É isso.”* (Taís, 16 anos, estudante)

Por outro lado, há sentimentos de valorização e orgulho principalmente entre aqueles cujas famílias acamparam. Mesmo entre aqueles que evitam pensar no passado, pois nele está guardado lembranças saudosas de pessoas queridas, quando perguntamos a respeito do que acha da luta dos pais pela terra, expressam a admiração que têm pelos pais.

*“Eu não gosto. Prefiro viver o presente, esquecer o que passou. (...) É, sei lá. É muita coisa difícil que a gente passa, né?, que é melhor não lembrar. Aí... a maioria já esqueci também, faço questão de esquecer.*

*(...)*

*Por ter conseguido a terra, isso aqui, sempre sonhava. É bonito isso, é bom. (...) É, isso aí. É uma conquista deles. (...) Deixaram tudo para trás que moravam no Rio, pra conseguir, vir pra um canto desse assim, sem saber o que vai acontecer, o que tá se passando. É uma vitória! Eu acho. (...) Ah, é, muita coisa. Ainda mais nesse negócio de sem-terra, que acontece aí, é morte... mas até que nessa época de lá para cá, acho que de lá pra cá não tinha muito isso. Eu acho que esse foi o primeiro do movimento, o primeiro assentamento, sei lá. Um negócio assim. O que mais?” (Ruan, 19 anos, estudante, família oriunda de Itaguai)*

Há ainda, entre os que não compartilharam dessas trajetórias, a crítica refletida pela mídia, como está bem expresso na fala deste jovem que chegou ao assentamento mais recentemente através da compra de lote:

*“Eles, ah, eles invadiram. Entendeu?”*

*(...)*

*Eu acho uma forma errada de se conquistar as coisas, né? Invadindo as coisas assim. Eu não aprovo isso, não.*

*(...)*

*Erraram muito. Além de você invadir, você vai vender ainda? É isso que acontece: as pessoas invadem e vende querendo ganhar dinheiro, né, porque ela vê vantagem em vender. Eu acho errado. (Pedro, 17 anos, estudante)*

Apesar de estar na posição de quem compra o lote, o jovem não expressa opinião a esse respeito. Quem está vendendo, está na posição do erro; quem compra parece não ter nenhuma relação, mesmo sabendo que a compra é de uma terra do Estado, é um assentamento. E assim, explica a presença de sua família no assentamento:

*“(...) a gente comprou o sítio aqui e aqui é o seguinte: se você tem, se vo... se uma pessoa, se tipo assim, um caseiro, ficar mais tempo do que você no sítio, ele acabando criando a posse do sítio. Aí, foi mais um motivo pra gente vir pra cá.*

*(...)*

*É, porque a gente comprou o sítio...*

*(...) do assentamento, de um assentado, entendeu? Mas, fazer o que eles fizeram, a gente não fez.” (Jovem de São Domingos, 17 anos)*



### 6.2.1. As dificuldades iniciais

As dificuldades também compõem o cenário da trajetória desses jovens, produzindo a memória de muitas lutas empreendidas. Algumas, vividas durante os primeiros anos, confrontavam a capacidade de resistência dos assentados, como, por exemplo, uma das dificuldades durante a fase do acampamento e mesmo no início do assentamento “*era tomar banho que não tinha água. É, comida também.*”

*Eu lembro que a gente foi para uma casa de estuque\*. (...) É assim, eles amarram um monte de bambu e depois coloca barro. Porque não tinha dinheiro para comprar tijolo. E o telhado era de sapê. Aí quando chovia (riso) molhava tudo dentro de casa. (...) Aí quando veio uma empresa para cá, eles queriam barro. Eles trocavam barro por tijolo. Aí, esse lago que tem aí em frente\*\*, foi barro que eles tiraram. (...) Aí fizeram o mutirão, fizeram uma casa de telha. (Margarida, 19 anos, estudante)*

Mas possivelmente a maior dificuldade encontrada foi o preconceito, a resistência que os moradores da cidade desenvolveram em relação às famílias acampadas. Esta reação foi iniciada e reforçada pelo prefeito da época, José de Castro, e até hoje é lembrada com bastante ênfase.

*“Também a gente tivemos, assim, antes de um período triste, né? Chegou a época que minha mãe, não só minha mãe mas outras famílias ali também, tinha que deixar de, é, comer, né? Pra dar aos filhos. Um período que não tinha serviço, porque ninguém queria dar serviço, porque o prefeito falava que a gente era uma cambada de ladrão, né? Ficava com medo de dar serviço, já pensou dar serviço a uma pessoa, a pessoa vai lá rouba sua casa, faz uma bagunça danada, aí, depois fica meio assim, mal, né? Porque, aí eles pegavam e não dava serviço.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Essas dificuldades foram superadas com ajuda da própria comunidade, da vizinhança e também com o auxílio do governo do Estado. No entanto, como podemos observar no relato abaixo, a perspectiva inicial de trabalho não parecia ser a agricultura, mas a prestação de “serviços”; serviço este que poderia ser a estratégia encontrada para driblar as dificuldades iniciais do trabalho na roça que não fornece um resultado imediato.

*“Aí outro, aí o governo, até na época Brizola mandou, começou ajudar, mandando comida, mandando todinho, até uns negocinho assim num saco plástico, negócio gostoso pra caramba! A gente bebia muito leite de soja,*

\* “Massa preparada com gesso, água e cola”. (Ferreira, 2000, p. 299)

\*\* Há um pequeno lago bem próximo à porta de fundos da casa.

*né? Aí, bebia muito, aí vinha para a associação, associação distribuía, né? Vinha, também leite, tudo, mandava tudo, né? Até a gente se estabilizar, conseguir conquistar assim a confiança do povo e arrumar um serviço, né? Aí depois, de lá pra cá, a gente fomos conquistando e fomos ficando amigo das pessoas também, aí foi melhorando a situação da gente, né? Porque antigamente a gente não podia sair lá fora porque o pessoal ia ficar: oh ali, aquilo é um ladrão que vieram de Itaguaí. Aí ficava aquele monte de gente apontando na rua, né? Até assim, minha irmã ia, não só minha irmã mas outras pessoas também precisavam de estudar, né? Aí a gente começamos a frequentar o colégio ali na vila, onde eu fiz a minha, fiz a CA [curso de alfabetização], fiz o pré, né? O CA e a primeira série.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

### **6.2.2. O preconceito como o grande desafio**

Algo que se tem observado é o preconceito existente na sociedade em relação aos sem-terra. Estes são confundidos com ladrões e marginais e pouco são vistos como famílias que estão em busca de trabalho, moradia e uma melhor qualidade de vida. Suas ações e formas de reivindicação são criticadas e associadas a pretensões de tomada de poder. Esta forma de perceber e tratar os sem-terra é muito alimentada pela mídia, que sempre está veiculando uma imagem negativa do MST e pouco tem informado à sociedade sobre as reais questões da reforma agrária no país, dos assentamentos rurais e da complexidade do tema.

No entanto, através do contato com os assentamentos, percebemos que a questão do preconceito vai muito além do que é passado pela mídia, impregnando o cotidiano das famílias assentadas com dificuldades de relacionamento junto à vizinhança da região de entorno onde estão localizadas as comunidades. Algo que me chamou a atenção ao entrar em contato com os assentamentos entre 1998 e 1999, na Paraíba, foi que, embora não haja grandes diferenças econômicas entre as famílias assentadas e as famílias que moravam no centro da cidade, havia uma diferenciação social entre elas. As dificuldades financeiras, de moradia, alimentação, educação e saúde eram as mesmas e em alguns pontos as famílias assentadas tinham alguma vantagem, como, por exemplo, a possibilidade de sempre dispor de algum produto agrícola para sua subsistência. Entretanto, a diferença entre as famílias relacionava-se ao estigma de serem “sem-terra”. Mesmo já tendo adquirido condições que garantiam uma melhor qualidade de vida, como trabalho e casa, continuavam marcadas pela

negação e ausência, como se a identidade de ser “*sem-terra*” sobrepujasse a de assentado, aquele que tem terra, dizendo mais respeito à ausência de bens do que à conquista destes, conquista de um espaço social, de cidadania. A organização dos “*sem-terra*” é apagada pela associação com a marginalidade, a violência e a ilegalidade, pouco sendo visto sua produção agrícola, suas propostas de educação, de mobilização em torno de trabalhos coletivos e empreendimentos cooperativistas.

*“Ah falam! Algumas pessoas falam. Tem algumas pessoas que falam que aqui é ruim, talvez mora até num lugar pior do que aqui. É perto da cidade, mas talvez num lugar feio, sabe? De violência. Eles falam que aqui é ruim, né? Aqui pode ser longe da cidade, mas aqui é muito quieto. Por isso que é bom aqui. (...) Talvez porque aqui é assentamento rural. Pode ser por isso também. (...) Pensam, algumas pessoas falam: ah, você mora lá, você não tem dinheiro para comprar isso, você não tem dinheiro para comprar uma casa na cidade, não pode fazer isso. Tem bastante coisa que as pessoas falam. (...) É. Tem algumas pessoas que têm preconceito. (...) Eu lido normal. Porque pra mim pouca gente fala isso comigo. Pouquíssimas pessoas falam isso comigo. Então isso para mim é normal.” (Gilson, 16 anos, estudante)*

Assim, uma das questões contempladas nas entrevistas e no trabalho de campo foi o preconceito. Este também é sentido pela comunidade de São Domingos? Como é visto e sentido por seus moradores? Quais as repercussões na vida das pessoas e quais as particularidades da região em torno disso?

*“(...) Teve um político daqui chamado Zé de Castro que ele falou que a gente tinha que comer capim! A gente, quando viemo para cá, eles julgaram muito a gente, falaram assim: “só vai vir gente para cá, só ladrão e piranha”. Aí todo mundo olhava pra a gente, meio desconfiado. (...) Tem gente meio preconceituoso com isso. Mas hoje em dia não é muito não. Meus colegas assim tem mais idade de mim, eles falavam que no colégio os professores prejudicavam eles só porque eles eram (...) do assentamento. (...) Sei lá, eu acho isso uma bobagem, não conhecia e fica julgando. (...) [Hoje] Mudou... muita coisa, não tem muito preconceito mais. É no colégio, eles não têm muito preconceito. Só às vezes, meus colegas fica lá me encarnando. Mas... coisa da vida. (riso) (...) É... fica chamando é do MST, sem-terra. (...) Não é todo mundo não, é um garoto lá que fica fazendo palhaçada. (...) Eu fico com muita raiva. Ele fica falando que o povo daqui é ladrão, não sei o que lá. (...) - Você é doido, ninguém aqui rouba! (...) Eu. Eu xingo ele. (riso) Eu fico muito brava. Para eu não voar no pescoço dele (riso), eu finjo que não ouço, saio da sala. É muito triste você ser acusada de alguma coisa que você não é.” (Margarida, 19 anos, estudante, família oriunda de Itaguai)*

Em termos de particularidade, entendemos que esta seja uma das principais em relação à questão: a campanha que o prefeito da época fez contra as famílias acampadas. Este dado está presente em muitos relatos e também em outros estudos

sobre São Domingos (MEDEIROS & LEITE, 2002 b). Apesar deste ser um fato que marcou o período inicial das famílias e de ainda existir mágoas e sentimentos de revolta em relação à postura do prefeito, esta não é uma atitude de todos, pois há entre os relatos dos jovens falas que indicam uma maior aproximação deles com a comunidade e até de prestação de serviços de saúde, visto que o ex-prefeito é um dos médicos do município.

*“Teve uns tempos que minha mãe queria até desistir. Acho que ela tinha mais tristeza é que ela não agüentava ver a gente, às vezes passando necessidade. Ai meu pai se revoltava muito de ver isso e não poder fazer nada porque o povo não dava oportunidade. Todo mundo que a, que a gente ia lá fora, todo mundo olhava a gente meio torto. Achando que a gente ia roubar. Quando a gente ia fazer compra, quando tinha dinheiro para fazer compras, eles ficavam olhando para ver se a gente ia roubar alguma coisa. (...) Nem preso a gente nunca foi, mas mesmo assim nosso nome estava sujo porque, só porque a gente era do Movimento Sem-Terra, né? Naquela época não era Movimento Sem-Terra, era reforma agrária. Reforma agrária!*

⇒ **Pesquisadora: Tu acha que isso vai mudar um dia?**

*- Um dia... Talvez... Mas já passou 16 anos e não mudou ainda e hoje ainda fica assim de palhaçada!” (Margarida, 19 anos, estudante)*

A mudança na atitude do ex-prefeito pode ser interpretada como um indicativo do quanto a comunidade São Domingos conquistou espaço na sociedade macabuense, conseguindo um nível de interação e respeito que poucos assentamentos conquistaram. Isso também é observado no tratamento que São Domingos recebe do setor público quando pede alguma ajuda ou reivindica algum direito junto às secretarias municipais. Geralmente, as solicitações são atendidas sem a preocupação de desperdício financeiro, pois São Domingos ainda consegue hoje, apesar de suas dificuldades, uma organização capaz de empreender alguns pequenos projetos\*.

*“Porque a cidade tinha muito medo, né? Achava que era um bando de traficantes, um bando de gente perigosa que vinha do Rio de Janeiro pra cidade, que isso e aquilo. Mas com o passar dos anos, na nova agricultura..., porque aí se to..., a partir daí começa a ter uma nova visão da agricultura familiar aqui no município, porque até então era só fazenda de açúcar das usinas e começou a também mudar a economia do município, né? (...) As pessoas se acostumaram também, viram que não eram aquele bicho de sete cabeças, que eram trabalhadores que estavam a fim de trabalhar e viver sua vida num lugar mais calmo do que a cidade grande.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

---

\* Estes dados foram obtidos a partir de conversa informal junto aos secretários do município em visita à Secretaria Municipal responsável pela agricultura em Conceição de Macabu.

Observa-se também como elemento indicativo de integração entre o assentamento e o restante do município a pouca definição entre os moradores do que seja São Domingos. Há uma confusão para definir se é uma comunidade, um bairro ou um local de roça qualquer. A marca de ser um assentamento, de ser fruto da organização de sem-terras está cada vez mais diluída e as fronteiras geográficas que delimitam os espaços estão menos nítidas e rígidas. Como exemplo, a parte do assentamento que faz limite com a Vila Esperança está cada vez mais urbanizada e poucos são aqueles que sabem quais áreas fazem ou não parte do assentamento.

Contudo, o preconceito não desapareceu, passou de uma versão agressiva nos primeiros anos para uma versão mais tênue nos dias de hoje. Uma versão mais sutil, camuflada, que aparece nas brincadeiras do cotidiano, nas piadas e gracinhas entre os adolescentes. Por não se expressar de forma mais contundente, dá a entender que não existe, mas é uma constante na região, assim como é uma constante o preconceito na sociedade contra os negros, os homossexuais, os deficientes e os loucos. Há com certeza tons diferentes para cada um e para cada contexto, mas que continua a diferenciar e a excluir as pessoas.

*“Hoje eu acho que em Conceição de Macabu não mais. Mas no país inteiro a gente tem vários problemas com essas questões. Em São Paulo, por exemplo, em um dos assentamentos que eu trabalhei, em áreas bem interiorzão mesmo lá de São Paulo. A cidade tem 3 mil habitantes, a cidade, que faz 7 mil habitantes na cidade são os 4 mil que moram na roça, então é bem pequenininha a cidade. Os meninos que moram no assentamento, as meninas e os meninos, todo dia eles tinham que ir estudar na cidade, porque não tem escola na cidade, então eles andavam 27 km do assentamento até a cidade. Todo dia eles são revistados pela polícia do local, todos os dias, antes de entrar na sala de aula, eles são revistados. Todos os dias eles descem do ônibus, eles param no muro, a polícia revista, antes deles entrarem na sala de aula. Então, vários meninos tavam falando: eu não vou mais estudar, eu não sou bandido para todo dia ter de ser revistado, isso é uma vergonha, eu não vou mais estudar. Existe esse problema muito sério. Isso é São Paulo!” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

Uma das questões que tentamos abordar foi se o preconceito estava restrito às famílias que acamparam ou se estendiam a todos da região. Verificamos que, além do preconceito por ser um lugar de roça, há também o preconceito referente à existência da unidade da FIA, conhecida como FEEM, que reforça os elementos para formar uma imagem negativa de diferenciação. Seguem, então, relatos diversos que refletem as

várias maneiras que os jovens lidam e sentem a questão, bem como as diversas posições referentes à forma com que chegaram ao assentamento.

*“Falam mesmo, fulano foi assentado, não sei o quê... Ou diz piadinha mesmo. (...) É às vezes assim, até o povo fala: ‘você aí, mora lá pra São Domingos, não sei mais o quê’, aí diz uma piadinha. Mas, eu nem esquento. Aí, né? Uns falam: ‘onde você mora?’ ‘Ah, eu mora lá na estrada São Domingos, perto da associação’. Sempre faz uma diferença assim, né? (...). Tem uma colega minha que falou assim: ‘ah, eu não falava que morava lá não’. ‘Ih, o que é que tem? Eu moro lá, é lá que eu moro, é lá que eu vivi esse tempo todo. Se um dia eu não morar lá, eu vou falar: eu gostei de morar lá, foi bom, meus vizinhos tudo bom, a gente brincava muito’. Era muito bom os vizinhos, vivia sempre brincando, nunca tava parada, sempre tava brincando todo mundo. É bom. Agora mesmo a gente fica lembrando do passado: ah, lembra quando fez isso? A gente fala, quem morou noutra bairro, nunca vai ter uma experiência pra contar. É igual a gente falando quando chovia era bom ficar brincando no quintal de lama, correndo pela chuva, ou então escorregando em morro quando chovia, quer dizer, a gente se juntava, a turma ia brincar na rua de queimada. Assava, pegava batata, batata doce, fazia aquele fogo, assava no fogo. A noite brincava de pique esconde (...).”(Clara, 20 anos, técnica agrícola, família residia na Fazenda São Domingos)*

O depoimento acima revela o grau de integração que ocorreu entre as famílias que já se encontravam em São Domingos e as que chegaram. Além disso, a fala *“fulano foi assentado”* reflete que os conceitos de assentado e acampado são também pouco claros, assim como é a definição do que seja São Domingos e seus moradores em sua atual fase.

*“Cara, eu já não tenho esse problema. Pô, vários lugares maneiros aí. Você mora aonde? Eu falo, eu moro na FEEM. Porque aqui, eu considero isso aqui por Feem. Eu moro, pôxa, no meio de um monte de gente, (...) não tenho vergonha não. Onde você mora? Eu moro na Feem. Começam a zoar, né? Mas eu levo aquilo na esportiva. Eu sou um cara que não sou, eu não gosto de falar uma coisa que eu não sou. Tem gente que quando tá fora, fala que tem isso, que tem aquilo, eu não eu falo que eu tenho mesmo, o que é realmente. Mas aqui dentro tem muita gente que tem vergonha de falar que mora aqui. (...) Isso tem, eles não zoam mais, que eu não pego pilha fácil, eu não esquento a cabeça, levo na esportiva, aí eles até pararam de falar. (...) É por conta de como eles conseguiram isso aqui, né? (...)É. Isso aí tem uma pressão muito grande em cima disso. É por causa disso.” (Ruan, 19 anos, família oriunda de Itaguai)*

E nem mesmo quem chegou há pouco tempo escapa de ser alvo de piadinhas. A diferença é que em vez de ser chamado de *“sem-terra”* como os demais, a tentativa é de ridicularizar por morar com eles. Isso mostra que as formas como cada um chegou ali é popularmente conhecida, havendo demarcações sociais que distinguem cada grupo,

apesar da proximidade, indicando as diferenciações de tratamentos de acordo com a posição social que ocupam.

*““Ih, você mora na FEEM; você não mora, tu se esconde. Mora com sem-terra”. Sempre aquela piadinha, né, sempre há uma piadinha.” (Pedro, 17 anos, estudante, família adquiriu o lote recentemente)*

Com relação a ser um lugar de roça, seguem mais alguns depoimentos:

*“(...) Tranqüilo. Talvez, não, às vezes algumas pessoas falam: ah, naquela roça... que aqui é roça, sempre tem o fator roça, às vezes eu não gosto, né? Sempre assim, quando, essa minha tia N., quando vou para lá, tudo para ela T mora na roça. Pô, eu sei que eu moro na roça, mas não precisa todo mundo saber, né? Não precisa por qualquer coisinha falar que eu moro na roça. Sei lá, não é que eu não gosto, mas, sei lá, é que ninguém precisa saber, né? Não sei, fica julgando, sei lá. Só porque pra as pessoas saberem que a gente mora na roça.*

⇒ ***Pesquisadora: Mas ninguém associa a questão de sem terras, nem nada não?***

*Eu acho que não.” (Rosa, 15 anos, estudante, família oriunda de Itaguaí)*

*“Ainda existe o preconceito é uma coisa que a sociedade não consegue descartar de forma nenhuma, sempre existe o preconceito. Mas essas coisas de morar, essas coisas, acho que no Brasil existe uma questão bem maior que ninguém gosta de falar da roça, ninguém. No Brasil, são poucas pessoas que falam, ninguém gosta, por exemplo, o que o teu pai é? Ah, meu pai é pedreiro, mas ninguém fala meu pai é agricultor, sabe? Quase ninguém fala meu pai é agricultor, eu estava na escola, era Dia dos Pais, aí fizeram um cartaz enorme assim, colocaram várias profissões dos pais em fotos assim, sabe? Cara eu não acredito que num colégio agrícola com vários assentados e filhos de vários pequenos agricultores daqui da região não tenham colocado uma foto de um agricultor! Se pôs gente trabalhando na indústria, pôs gente dirigindo, gente varrendo rua, mas não colocou alguém na enxada, não coloca. Quer dizer que é um preconceito da sociedade mesmo como um todo, não é um preconceito restrito aos assentamentos. É um preconceito... Hoje você chegando no Rio de Janeiro dizendo que é da Paraíba, você já sofre um preconceito.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

### **6.2.3. “Sem-terra nunca larga de ser sem-terra”**

A temática do preconceito perpassa a questão da identidade. Ser “sem-terra”, assentado, jovem assentado - que significados podem ter? Para o MST, “sem-terra nunca larga de ser sem-terra” como explica uma das jovens, militante do MST. Entretanto, apesar de ser essa a proposta do movimento de que as pessoas ao se tornarem assentadas continuem lutando não só para garantir seus direitos, mas também

daqueles que ainda não tenham adquirido terra, moradia e trabalho, nem sempre esta bandeira de ser “*sem-terra*” é a que os assentados querem defender.

A discriminação social é algo bastante forte e nem sempre é fácil usar os símbolos do movimento, vestir a camisa vermelha e o boné e enfrentar a sociedade. Vale salientar também, reforçando o que já foi dito na fundamentação teórica dessa dissertação, que nem todos os assentamentos são organizados e apoiados pelo MST. Há vários movimentos sociais no campo que têm sido responsáveis pelo cenário atual, apesar do MST ter a maior força política e representatividade dentre eles. Assim, nem todos os assentados concordam, apóiam e defendem os preceitos do movimento e se identificam com eles.

Quando questionamos para alguns dos entrevistados se eles se sentiam um “jovem assentado” a resposta variou, o que mais dava a entender era que os jovens que lidavam melhor com as “brincadeiras”, se identificavam com a denominação de serem jovens assentados:

*“Sou, né? Aqui é um assentamento, eu moro aqui, meu pai é, é assentado, né? Tem a terra dele aqui, eu sou também.” (Luana, 14 anos, estudante, família adquiriu o lote no início do assentamento)*

*“Eu me sinto porque foram eles que trouxeram o documento tudo pra cá, né?” (Clara, 20 anos, técnica agrícola, família residia na Fazenda São Domingos)*

⇒ **“Pesquisadora: (...) você se considera um jovem assentado? Ou não?**

*Não.*

⇒ **Pesquisadora: Não, né? Por que? Como é ser um jovem assentado?**

*Sei não.*

⇒ **Pesquisadora: Sabe não. Mas tu não te considera assim, né?**

*Não.*

⇒ **Pesquisadora: Tu te considera como?**

*(silêncio)*

*Um jovem normal.*

⇒ **Pesquisadora: Um jovem comum?**

*É.*

⇒ **Pesquisadora: Um macabuense?**

*É.” (João, 17 anos, estudante, família oriunda de Conceição de Macabú que participou de acampamento )*

Percebemos que além de um desconhecimento sobre a história da família e do assentamento, há falta de informação sobre questões relativas aos assentamentos rurais de uma forma geral. Pensamos em algumas hipóteses que desenvolveremos a seguir, porém, de antemão, consideramos que esse desconhecimento alia-se à questão da



identidade e à valorização do assentamento e da forma como foi constituído e nos dá indicativos de que, mesmo que este seja produto da luta dos próprios atores, é um conhecimento e uma história que esses mesmos atores precisam se apropriar e recolocarem para si enquanto grupo e enquanto comunidade. Como diz a jovem:

*“Sim, porque a gente, na nossa sociedade brasileira, os pais geralmente não conversam muito com os filhos. Geralmente os filhos não sabem muito bem por que que o pai foi pra ali, por que que o pai (...). Então, a gente tá tentando trazer, existem vários casos que têm, né? Mas alguns não sabem direito e como eles viveram no cotidiano também as pessoas acham que não é necessário contar, é reafirmar o motivo que ele tá ali, né?” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

Muitas vezes, o cotidiano e a rotina trazem monotonia para coisas que devem ser preservadas e valorizadas e o processo de estar sempre recolocando faz com que os atores não percam direções que só têm sentido no contexto vivido e na trajetória compartilhada. A importância disso se torna ainda maior quando as mudanças são intensas e as pressões enfrentadas são muitas. Contudo, o contato com a comunidade, leva-nos a pensar que a redução da pressão externa provocada pelo processo de maior integração dos assentados junto ao município de Conceição de Macabu, fez com que São Domingos perdesse a intensidade de sua afirmação política e de mobilização interna em torno de questões coletivas. Podemos dizer, então, que São Domingos foi aglutinado pela cotidianidade da região, tornou-se uma parte integrante da pequena cidade, e quando não há mais grandes lutas a serem empreendidas, quando as famílias já conseguem sobreviver, quando as principais questões já foram enfrentadas, torna-se muito difícil manter a força de luta na direção do que está acima do cotidiano, do que está acima do necessário.

Em relação ao conceito de cotidiano e história, Agnes Heller (1992) desenvolve concepções que nos ajudam a pensar este processo. A autora diz que:

*“A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que **mais se presta aa alienação**. Por causa da coexistência “muda”, em-si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares. Na cotidianidade, parece “natural” a desagregação, a separação de ser e essência. Na coexistência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas, não há por que revelar-se nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por e em seus “papéis” pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses “papéis”. A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em*

*conformismo, na medida em que aquele que as assimila é um indivíduo sem “núcleo”; e a particularidade que aspira a uma “vida boa” sem conflitos reforça ainda mais esse conformismo com a sua fé.” (p. 37–38)*

Dessa forma, Heller reforça a idéia de que a situação costumeira, os hábitos do cotidiano, trazem a acomodação, enquanto que as crises, as dificuldades, os confrontos tiram do homem a possibilidade da inércia, do adormecer, servem como espécies de solavancos que produzem questionamentos, indignação e força. Neste sentido, é neste cotidiano adormecido que os apagamentos vão se dando, aquilo de que não é falado, ninguém ouve e os sentidos das coisas vão ficando pelo caminho, principalmente, quando há alguma relação com o que é considerado como de menor valor, vergonhoso ou associado a coisas ilegais como ocorre com a imagem negativa que a mídia produz diariamente sobre os sem-terra e o MST.

Assim, uma das jovens entrevistada, militante do MST, percebe que há diferenças em relação à preservação da história, ao conhecimento sobre a realidade entre famílias da região sul e famílias de São Domingos e, neste sentido, ela diz:

*“(…) existe uma diferença também no Brasil, se você pega o Brasil assim, se você pega no Sul se pega as crianças e perguntar: ah, porque teu pai veio? Ele vai saber. No Sul... (Jovem de São Domingos, 22 anos)*

Ademir Ferreira (1999) também vê diferenças entre o migrante que sai do interior do nordeste para uma grande capital, uma trajetória que implica num esforço empreendido não só de deslocamento, de saída, mas, principalmente, de chegada, que muitas vezes as diferenças culturais configuram-se em obstáculos que dificultam a abertura tanto para o que chega, quanto para o que recebe.

*“O migrante que vem do interior para a cidade grande, principalmente o nordestino que vem para o sul, encontra-se frente a uma exigência imperativa de adaptação ao novo ritmo.” (ADEMIR FERREIRA, 1999, p. 116)*

Dessa forma, podemos refletir que a diferença que atravessa os assentamentos do MST do sul do país e os demais passa por questões de heranças culturais. A mesma percepção da jovem é colocada por outro militante do MST que saiu de São Domingos em busca de entender por que a cooperativa do assentamento não deu certo, em busca de conhecer outras realidades em que algumas coisas funcionam para poder

ajudar sua comunidade. E também estavam no Sul as referências buscadas. Podemos pensar que essa diferença esteja nas heranças culturais advindas dos processos de colonização que se utilizavam de mecanismos de exploração em todos os sentidos, e não só de mão-de-obra, e da herança dos colonos europeus e asiáticos que vinham com o sonho de construir um novo mundo, uma nova vida. Assim, essas duas formas de fixação à terra, esses dois projetos, trazem consigo perspectivas diferentes de trabalho, moradia e concepções de vida e de mundo. Há uma subjetividade envolvida que marca profundas diferenças entre a subalternidade e a submissão e a visão de direitos e cidadania. Podemos atribuir, então, a estas diferenças políticas, que sustentam as formas de colonização de cada região, alguns dos fundamentos que delimitam características específicas ao Sul e parte do Sudeste, como São Paulo, elementos culturais herdados historicamente que produzem distinções e singularidades. Pensar estas hipóteses é pensar caminhos a serem trilhados. É reconhecer diferenças e afirmá-las, para que possamos conhecer mais histórias nossas e de outros.

*“Sim. Com certeza. Os próprios filhos dos assentados não têm essa noção, que os pais são sem-terra, porque sem-terra nunca larga de ser sem-terra.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

Assim, apesar de São Domingos ser referência em termos políticos, sociais e econômicos no estado do Rio de Janeiro, como consta em alguns estudos, ainda assim é preciso trabalhar a memória da comunidade, é preciso compartilhar trajetórias, vivências e informações, principalmente porque sua dinâmica é bastante intensa e há um fluxo de renovação de moradores, apesar de estar em uma fase mais estável, a partir do recebimento do título de propriedade dos lotes.

Vale ressaltar que esse conhecimento tem papel importante nos processos sociais de significação, na formação de opiniões, de preconceitos e estereótipos, bem como nos relacionamentos com essas questões. Levando em consideração que, apesar de São Domingos ter tido sucesso em muitas etapas enquanto assentamento rural, isso não se esgota em si, este processo também diz respeito aos outros assentamentos, relaciona-se com a questão agrária, que é bem mais ampla. Dessa forma, São Domingos é ator no processo de repercussão social que interage e afeta outras comunidades e a temática da reforma agrária de uma maneira mais vasta.

Contudo, citamos um trecho de uma das entrevistas com jovens que mostra um pouco de que a história não é feita apenas de fatos e de vivências, mas de construções e

sentidos que vão sendo dados na relação com o mundo vivido. Nesta linha, ressaltamos mais uma vez a importância da história compartilhada.

*“(...) por exemplo, quem tem o título da terra, poderia não ter, não sei direito para que serve esse título, mas serve, mas, é alguma coisa que dá mais é., um poder, ou dá completo poder da pessoa que mora naquela terra de ser mesmo proprietária daquilo ali, sem ter que depender de mais nada.*

⇒ **Pesquisadora: Assentamento tem a ver com sem-terra?**

*Não, eu acho que não. Porque aqui, pelo menos aqui, esse negócio de invasão, essas coisas que a gente vê pela TV, eu acho que nunca teve. Pelo menos, desde, assim que, pelo menos que eu me lembre, nunca teve. Eu acho que quem é sem-terra adoraria ser um assentado que, mas... aqui, sem-terra, eu acho que, não, não tem. (...) A meu ver, eu acho que tem porque sem-terra é quem tá procurando uma terra pra produzir, o que os assentados têm. É essa que é a diferença dos sem-terra para os assentados.*

⇒ **Pesquisadora: Ou seja, sem-terra não tem terra, quem tem é assentado,...**

*Quem tem é o assentado. Eu acho que todo sem-terra gostaria de ser um assentado pra poder ter sua terra.*

⇒ **Pesquisadora: Mas nem todo assentado foi um sem-terra?**

*Acho que não.*

⇒ **Pesquisadora: E nem todo assentamento tá relacionado com sem-terra...**

*Hum, hum, nem todo, eu acho que não. Pelo menos aqui, assim é mais por, por assim venda de propriedade, e por... sei lá, entende, eu acho que é mais por venda mesmo, você vai e compra um pedaço de terra, começa a produzir, aí... nesse espaço que tem por aqui, você já vira, se quiser virar membro da associação que tem por aqui, já vira um assentado.*

⇒ **Pesquisadora: Já vira um assentado. Você é uma jovem assentada?**

*Sou, né? Aqui é um assentamento, eu moro aqui, meu pai é, é assentado, né? Tem a terra dele aqui, eu sou também.” (Luana, 14 anos, estudante, família adquiriu o lote no início do assentamento)*

### 6.3. São Domingos hoje



*Figura 4 – Paisagem do Assentamento São Domingos*

#### 6.3.1. “O que é que eu gosto? (...) Ah, de tudo! Da tranquilidade, do ar puro.”

Um dos temas abordados com os jovens foi o assentamento enquanto lugar de moradia e vivência. Como eles se sentiam em estar ali, como eles se relacionavam com a vida rural e com a urbana, quais as principais dificuldades que eles percebem no assentamento. Como eles percebem a dinâmica do assentamento em relação à saída e à chegada de novos moradores, bem como em relação aos processos de venda dos lotes. O que seria então um assentamento?

*“Como eu explicaria...? Olhe, eu diria que é assim: você tá na sua terra, tá produzindo, foi morar lá, aí eu não sei direito se a pessoa, se ela já tem algum documento que prove que aquilo ali é dela, que ela herdou, que ela comprou e que tem várias outras pessoas por ali que fazem a mesma coisa. É mais uma comunidade rural, não é uma coisa urbana, não é uma coisa urbana. E é uma coisa mais voltada para agricultura, para a criação de animal, porque é isso mais que as pessoas fazem aqui. Eu não conheço ninguém aqui que eu sei que é do assentamento, que, por exemplo, tem um sítio vizinho mas não trabalha aqui, trabalha lá fora.*”

*Todo mundo praticamente planta alguma coisa, planta feijão, planta uma banana, cria uma vaca ou cria galinha, entendeu?” (Luana, 14 anos, estudante)*

Apesar da falta de informação sobre as formas de constituição de um assentamento e sobre o fato de que muitos assentamentos são organizados pelo MST e por isso há um forte vínculo com os sem-terra, a vivência no assentamento faz a jovem defini-lo, principalmente, como um lugar rural em que há roça e criação de animais como atividade comum e predominante aos moradores. Além disso, é um lugar que abrange uma coletividade denominada pela mesma de “comunidade”, ou seja, há uma vizinhança, um lugar compartilhado.

Vale a pena desenvolver um pouco o conceito de comunidade e trazer a discussão do termo pelo sociólogo Zigmunt Bauman (2001 e 1998). Sua discussão parte da concepção de que comunidade não é sinônimo de igualdade e liberdade. Os princípios liberais, que defendiam a liberdade individual, tinham como principal oposição as comunidades tradicionais. Na modernidade liquefeita, em que a liberdade individual é exercida pelo imperativo da escolha, renasce o desejo de retorno à comunidade como possível alicerce à angústia trazida pela velocidade das mudanças e pela estabilidade das incertezas. Entretanto, como dita a lei do pêndulo, essa busca pela comunidade perfeita, projeto utópico que, como todo ele, tem o ideal a ser atingido recolocado mais adiante, transforma-se numa reação caracterizando o “comunitarismo”, que nega e afasta tudo que é diferente e se fecha em si mesmo.

É interessante suas colocações para pensarmos em processos que se dão na própria constituição dos assentamentos, que é a dinâmica do espaço individual e coletivo. De início, os assentamentos se constituem a partir do imperativo da coletividade, ou seja, tudo é definido pelo grupo, pela maioria, pela diretoria. Há uma união e uma coesão forte necessária para superarem os obstáculos comuns e também alimentadas por esses mesmos obstáculos. Assim, o espaço individual tem uma força bem menor e muitas vezes é subjugado pelas decisões da maioria. Neste sentido, conflitos relacionados à convivência ganham uma outra conotação na fase do assentamento em que as famílias começam a delimitar seu espaço, a construírem as fronteiras do mundo privado. Como diz um dos entrevistados, militante do MST, “formaram-se pequenos blocos”, unidades que não mais estão dispostas e abertas a cederem seu espaço de decisão para a coletividade.

Neste sentido, os assentamentos são vistos como comunidades, não por terem poucas condições financeiras ou por terem o espaço do coletivo como predominante entre os seus membros, mas sim por se constituírem um grupo em que vínculos e laços em comum são compartilhados e, nesse caso, estão circunscritos a um espaço físico, a uma região geográfica onde mantêm uma relação com o lugar e entre si.

*“Aqui é bem calmo, bem devagar”.* A maioria dos jovens coloca como aspecto positivo o fato do assentamento ser um lugar calmo, de tranqüilidade, sendo um dos motivos que os fazem escolher como futuro lugar de moradia.

*“É bom porque é sossegado, não é? É um lugar sossegado... não tem, sei lá, não tem muita... como se diz... sei lá, bastante sossegado, melhor do, não é que eu não goste daqui não, eu não gosto muito daqui não. Mas se for pra morar, se for pra morar lá na rua, ou mudar para Itaguaí, eu prefiro aqui. Sei lá, eu falo que eu não gosto, mas eu não sei viver sem morar aqui, entende? Eu não sei viver em outro lugar.” (Rosa, 15 anos, estudante)*

Contudo, há também uma queixa de falta de atividades e lazer. A tranqüilidade, para alguns, beira a monotonia principalmente quando há uma experiência anterior em centros urbanos maiores onde a circulação de pessoas, o ritmo acelerado e a velocidade em que tudo acontece produz um estilo de vida com características urbanas bem acentuadas. Para essas pessoas, a vida em São Domingos é de difícil adaptação e requer um esforço de vontade e uma clareza na escolha, algo que muitos não têm e acabam desistindo e retornando para as cidades de onde vieram.

*“Aqui é bem calma, bem devagar. Às vezes, que tem o restaurante Central, eles pagam um bailezinho no espaço que eles têm, aí que às vezes é um pouquinho de movimento. Vêm algumas pessoas de Carapibus, da Serra, Madalena, que não tem muito movimento por lá também. Aí, às vezes, dá movimento.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

Para outros, a preferência por São Domingos está relacionada à escolha pelos amigos, que parecem substituir os laços familiares de origem, indicando o forte vínculo construído com a comunidade e com o lugar.

*“Porque lá [em Itaguaí]... assim os parentes são muito chatos, vamos dizer assim. Então, aqui é melhor, porque aqui é só a gente mesmo, os amigos... bem melhor do que parentes porque tem alguns que são meio*

*chatinhos. Aí, sei lá, lá é mais, sei lá, muito crime... muita violência. Não é que aqui não tenha, mas é menos.” (Rosa, 15 anos, estudante)*

Já para outros, o lugar de tranqüilidade está em oposição ao lugar de violência das cidades grandes. Assim, viver no assentamento é a possibilidade de viver sem violência, é se colocar na posição daqueles que continuam nos grandes centros, familiares e amigos, e sentir-se grato pela oportunidade de ter sido criado em um ambiente mais saudável, um ambiente de paz. Essa concepção é reforçada pela visão do assentamento como solução para a violência das cidades.

*“As pessoas podem morar na favela, que tem muita violência. Talvez vindo para um lugar assim, acabe um pouco com a violência. Entre as famílias, entre as pessoas de um modo geral.” (Jovem de São Domingos, 16anos)*

A contraposição com o lugar de cidade também diz respeito ao espaço físico que há em São Domingos, que proporciona uma maior liberdade e realização de atividades impedidas pela limitação das áreas na cidade. Viver na cidade é dividir espaço não só com as pessoas, mas com carros, casas e prédios, e certos hábitos específicos do campo, como plantar e criar animais, ficam restritos aos muros e paredes da casa.

*“Eu gosto daqui, porque, sei lá, eu acho que se eu morasse na cidade, não ia ser, não ia ter tanto espaço, hoje não fiz isso por, com, hoje eu já não fiz isso o quê? Não brinquei com meu cachorro, que é um desse tamanho, que tá aí, tava latindo pra caramba, ele é filhote, detesta tá preso e tá dentro de uma gaiola, né? Que a galinha tava dando bicada demais nele, aí mamãe ficou com medo de matar, prendeu. Ontem, desde de quando ele tá aqui, eu tô, todo dia eu pego e saiu correndo com ele. Então, se eu morasse, por exemplo, na casa das minhas amigas que moram lá fora, eu não poderia fazer isso, tava correndo o risco de ser atropelada e do cachorrinho ser atropelado e por isso que é bom morar aqui. Se bem que às vezes não é tão bom, porque você quer ir lá fora, aí não pode, porque você tem que pagar o ônibus, não tem bicicleta, né? Meu pai não tá muito bem de saúde, não pode me levar lá fora. Sozinha, eu não posso, só vou muito de vez em quando, muito, muito de vez em quando. É assim, né? (Luana, 14 anos, estudante)*

Ainda para um outro jovem, São Domingos é lugar de “higiene mental” onde as pessoas buscam descansar do estresse do dia-a-dia, do trabalho na cidade, relaxar do corre-corre diário. Nessa mesma perspectiva é que há grande procura pelos sítios por pessoas das cidades da região, que buscam São Domingos como área de lazer, constituindo o turismo como uma pressão forte em torno do assentamento.



*“Ah, eu ia dizer que aqui é maravilhoso! Que... que é o lugar que aprendi a viver, é um lugar que se pode, melhor lugar que existe para educar um filho, né? Que, assim, sem dizer a higiene mental que você tem, é... também é... falar das recordações das coisas que eu passei aqui, quando eu, da minha partida, de lá para cá, até onde a gente tamo hoje.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Entretanto, há também insatisfações com o lugar, desejos de ir em busca de outro local, reclamações sobre a distância, sobre a dificuldade de transporte, sobre a precariedade das estradas que, por serem de barro, ou junta bastante poeira no verão ou lama no inverno, dificultando a locomoção até mesmo dos veículos maiores, como o ônibus que às vezes não chega a fazer todo o seu percurso.

*“Ah, tá. Sei lá tanta preocupação nesse lugar que eu enjoiei daqui. (...) Eu associo com esse lugar. (...) Ah, é difícil me achar em casa. Foi sorte, vocês terem me achado aqui, eu já tava pensando: vou lá fora. Eu tinha acabado de levantar, mas eu já tava de saída. Não gosto mas daqui mais não.*

*Pô, pra morar aqui é tudo distante, você quer fazer, fazer um lanche lá fora, comer alguma coisa diferente, tem que sair daqui até lá. Se o cara não tiver uma condiçãozinha, aí piorou. Cara, o que eu já urrei de andar de pé daqui até lá fora, de bicicleta, de pés.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

### 6.3.2. O cotidiano na roça

*“(...) Aí, elas falam pra mim: “Luana, fala para sua mãe que tô querendo banana. Você traz pra mim?” Aí, eu venho, falo pra mamãe, mamãe separa a banana, tira a banana, pede para S. ajudar a ela a tirar a banana, corta, separa a banana, de manhã ela me avisa onde tá, aí eu pego e levo.” (Luana, 14 anos, estudante)*



**Figura 5 – Gustavo e Márcia, mãe e filho no roçado**

Para falar do cotidiano do mundo rural nada melhor do que usar nossas impressões de quem sempre viveu no meio urbano. E nessas impressões também estão presentes estranhamentos como, por exemplo, o ritmo que a comunidade vive, seja por conta da distância, pela falta de comunicação ou mesmo pela cultura do mundo rural.

Ademir Ferreira (1999), que estuda o impacto dos processos migratórios para o sujeito, utiliza o conceito de alteridade, que diz respeito à relação com o outro, com o diferente, com o outro em si mesmo, e, neste sentido, faz uso da mesma lógica ao comparar o rural e o urbano, afirmando, assim, que ambos são processos heterogêneos e os confrontos ocorridos são decorrentes das contradições presentes nos dois mundos.

*“A visão da descontinuidade rural-urbano traz em seu bojo uma tendência à interpretação dos dois universos como homogêneos. Na verdade, essa interação é muito mais complexa. Uma derivação desta idéia de descontinuidade tende a ver a heterogeneidade da cidade, mas continua pensando o campo como se fosse um tecido homogêneo. Como se as pessoas vivessem aí em interação tranqüila, sem contradições e sem dificuldades de comunicação. A descontinuidade dos dois universos surgiria então desse confronto entre uma homogeneidade e uma heterogeneidade.” (ADEMIR FERREIRA, 1999, p. 138)*

Partindo desta concepção de que o mundo rural não é homogêneo, que ele engendra em si mesmo processos antagônicos e que estes são sentidos também pelas pessoas pertencentes a este contexto, é que analisaremos a ruralidade de São Domingos, confrontando com nossa ótica urbana, constituindo, então, numa análise pautada na alteridade, na relação entre diferentes.



**Figura 6 – Crianças de São Domingos se divertindo**

São Domingos, então, é um assentamento com 590 hectares, os sítios onde as 124 famílias moram ficam espalhados por toda a extensão do assentamento, totalizando 130 lotes (ver anexo 03). Logo, é bastante difícil percorrer toda sua área sem transporte, assim a maioria dos moradores possui algum veículo próprio ou pelo menos conta com uma bicicleta. O serviço de transporte público é escasso em relação à extensão do assentamento, extensão essa que torna a necessidade de locomoção por meio de algum transporte primordial. Ao mesmo tempo, o serviço de transporte existente na comunidade ainda é caro para as condições da população, que acaba evitando usá-lo por economia. Os poucos horários durante o dia em que o ônibus passa são distribuídos de acordo com os horários dos estudantes, apesar de esses terem passe gratuito. Então, por mais que seja um grande benefício a existência de ônibus com vários horários durante o dia em um assentamento, as lacunas que existem entre cada horário podem durar de duas até cinco horas, constituindo, ainda, em uma dificuldade. Além disso, o ônibus não atende a todos, há áreas dentro do assentamento que nenhum transporte público circula e os moradores têm de contar com transporte próprio ou caminham até chegar ao ponto de ônibus mais próximo.

*“O pior é a distância das coisas. Tudo aqui é muito distante; lá já não é. O centro de lá é três quilômetros, daqui são cinco. Entendeu? São essas diferenças assim. Como é que se diz, o... o meio de, de, quando você, pra você ir pra um, pra você ir pra escola sempre é meio longe, tem que pegar o ônibus. A escola mais perto é longe pra caramba daqui pra lá... no, no, no curso que eu faço; lá, não, lá eu ia a pé, ia de bicicleta. Aqui não tem condição da gente fazer isso, né? A distância da escola atrapalha bastante.”*  
(Pedro, 17 anos, estudante, família adquiriu o lote recentemente)

*“É porque aqui é muito longe, muito afastado das coisas, se for na casa de um vizinho é longe. Eu gosto de lá [Vila Esperança] porque lá é perto. Venda é perto, tudo perto, da casa onde você vai ficar, tem um monte de lugares perto para você ir. (...) Se a rua fosse boa, asfaltada, seria melhor. (...) [Falta] Luz na rua. Iluminação.”* (Gilson, 16 anos, estudante)

Dessa forma, a distância afeta o dia-a-dia das famílias, a organização de horários para ir ao trabalho, à escola, às reuniões, às igrejas, aos encontros, às festas. É interessante que alguns, quando se referem ao centro de Conceição de Macabu, usam o termo “lá fora”, como se o estar na comunidade fosse dentro, dentro de algo, há uma idéia de um todo com suas fronteiras e contato com o externo, contato que é visto como saída ou entrada. Esta visão de um todo em que se pode estar dentro demonstra que, por mais que haja um fluxo de entrada e saída, por mais que processos “*rurbanos*” ocorram

em São Domingos, ameaçando a identidade rural com uma aglutinação urbana, há ainda a permanência de um laço que define a comunidade, identificando-a com o espaço físico, com uma demarcação geográfica.

Continuando com as características de São Domingos, a distância entre os lotes e a falta de telefone público dificultam a comunicação, contribuindo para a dispersão da comunidade. Entretanto isto não era um obstáculo nos primeiros anos. Pode-se dizer que o desenvolvimento do assentamento, o acesso à energia elétrica e a televisão trouxeram também distanciamento das famílias para outros objetivos, paisagens e interesses. Assim, alguns apontam que a chegada da energia elétrica e, conseqüentemente, da televisão em cada sítio, foi o marco desse novo momento na comunidade, como explicitam, os depoimentos abaixo.

*“Nesse período, foi um dos períodos em que a gente teve mais integração dentro do assentamento. Foi um período que a gente não, a gente ainda não tinha energia, foi o melhor período em termos de integração. Antes, só uma coisa que todo jovem, até adultos isso aí, velhos, adoram, é televisão. Isso aí é, é muito (...), viu, televisão, ninguém vive sem ela. Você pode até não gostar de nenhum programa, tipo filme talvez, mas... Não sei por que, mas todo mundo tem que ter uma. E a gente ganhou uma televisão do... de um, de um prefeito na época, hoje ele é médico, ele já foi prefeito, voltou. Ele foi (...) aqui no município, no governo dele, em termos, digamos assim, em termos das relações aqui dentro do assentamento. Foi... caridoso, digamos assim, aqui dentro. Ele é um pouco solidário também; mais caridoso. E... ajudou bastante a gente e deu uma televisão e um vídeo cassete. E aquilo era show de bola (riso), era extraordinário, todo mundo adorava aquela... negócio, todo... televisão, a gente acabava a reunião e ficava... quase todo mundo, quase todos, até uma hora da manhã assistindo filme e conversando e comentando o filme. Então, era, todo. Aí passava até a ser, assim, meio que um ciclo vicioso, todo dia, de segunda a segunda. Todo dia assistia à novela, novela das sete, o jornal. Uma única televisão conseguiu reunir todo mundo. E aí isso era legal, a gente tinha integração.”* (Ivan, 31 anos, assentado de São Domingos, militante do MST)

*“Porque, aí depois que veio a, a colocar os postes, botar energia aqui dentro do coisa, aí o pessoal começou a se afastar um pouco, uns dos outros, que, aí começou muito o negócio de assistir novela: ah, não posso ir na reunião, por que? Por causa da novela.”* (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)

Apesar de a energia ter chegado ao assentamento, a iluminação à noite é bastante escassa, contrastando com a luminosidade das cidades e, principalmente, dos grandes centros. Um dos impactos sentidos pela pesquisadora foi caminhar pelas ruas escuras do assentamento onde a única orientação eram as estrelas ou algum vaga-lume que passava. Assim, um dos instrumentos que passou a me acompanhar sempre foi uma

pequena lanterna, além do casaco de frio e uma garrafa com água, pois como eu saia muitas vezes sem um destino certo, nem sempre podia contar com os horários dos ônibus, pois as lacunas entre um horário e outro fazia com que a espera se tornasse mais perda de tempo. Era, então, com este ritmo que tinha que lidar, aprender e me adaptar.

A comunicação também foi uma outra etapa do aprendizado. Acostumada a manter contato por telefone, a perguntar se a pessoa estaria ou não em determinado local, a desmarcar encontros apenas em poucos segundos ou mesmo usando a Internet, principalmente quando se tratava de grupos, na comunidade tinha que fazer uso apenas de recados, que nem sempre chegavam, ou tinha de empreender várias viagens, longas caminhadas até encontrar as pessoas, ou mesmo contar com a sorte e também com a decepção de encontros marcados que não aconteceram. Estes processos caracterizam para mim o ritmo e a cultura rural, um aprendizado em alguns momentos com seu lado bucólico, como o céu estrelado, o cheiro da vegetação e da terra molhada, e em outros com as dificuldades de não se ter as comodidades da cidade.

*“É, lá não tem também, não tem assistência telefônica aqui, muito pouco. A luz também é muito ruinzinha, todo dia falta luz, falta luz. (Pedro, 17 anos, estudante)”*

Assim, São Domingos como um lugar de roça tem como características positivas a tranquilidade, a possibilidade de promover “higiene mental” e lazer, a disponibilidade de espaço para diversas atividades, mas tem também a dificuldade das distâncias, da falta de transporte, de iluminação adequada, de telefones e também a dificuldade financeira, como mostra o relato abaixo, apesar de não ser uma exclusividade do campo.

*“Ele pensa em fazer, mas só que aqui na roça é ruim de grana. Então, o pai não quer deixar ele trabalhar agora, mas o que ele disse que ele arrumasse, (...) se a gente deixar ele ir, o dinheirinho do salário que ele ganhar, aí dá pra ele pagar as aulas dele. Porque aqui a gente ganha pouco. Pra manter a casa e, e ainda mais estudos, fica difícil. (...) Fazer o quê? Hoje em dia precisa, porque o outro mais velho não pôde. (fala da mãe)  
Também não quis, né? (Gilson, 16 anos, estudante)  
É porque não pôde, tinha que trabalhar mais, porque antes era mais difícil, agora já melhorou. (fala da mãe).”*

É interessante observar no relato que houve uma mudança ao longo da trajetória das famílias em São Domingos que proporcionou uma melhoria no acesso à educação em decorrência da melhoria financeira ocorrida no tempo. Contudo, observamos que, além de uma maior valorização da educação, a paisagem atual do assentamento parece mostrar que houve melhoria de vida em todos os sentidos para as famílias. Assim, pode-

se perceber, com as visitas às famílias, que algumas dispõem de algum tipo de transporte próprio, principalmente motos; as casas em sua maioria são boas, algumas com vários quartos, piso de cerâmica e chuveiro elétrico, atendendo às necessidades das famílias com algum conforto, como vídeo cassete e tanque de lavar roupa.

Contudo, a melhoria de vida e de recursos financeiros parecem estar diretamente ligados com a realização de trabalhos na cidade e menos com o trabalho na roça. Assim, é comum a maioria das famílias ter como renda principal algum emprego na cidade e o trabalho na roça ser um complemento salarial, um lazer ou a atividade dos pais ou parentes mais velhos da família. Na nossa investigação, eram apontadas apenas quatro famílias dentre as 59 do projeto inicial que tinham como renda principal o comércio na feira livre de Conceição, onde vendem sua produção agrícola. Contudo, há famílias que têm o trabalho na roça como principal complemento de aposentadorias e pensões ou mesmo como fonte principal de subsistência, usufruindo de benefícios do campo semelhante à fartura a que fala Martins no trecho já citado referente à pobreza da roça:

*“Uma pobreza, porém, curiosa, que ainda hoje desperta nostalgia nos antigos camponeses agora reduzidos a uma miséria completamente diferente. Quase não havia dinheiro nas relações de trabalho. A possibilidade de uso da própria terra do fazendeiro por parte do trabalhador para assegurar sua subsistência e a de sua família e a possibilidade de moradia na própria fazenda criava uma pobreza peculiar. O trabalhador produzia diretamente seus próprios meios de vida, não passava fome. O mundo pobre do caipira e do sertanejo era um mundo de fartura.” (MARTINS, 1997, p. 19)*

Podemos dizer, contudo, que o trabalho na roça parece confrontar-se com o emprego urbano. Interessante colocar que emprego e trabalho têm conotações distintas para os assentados. O primeiro se refere a uma atividade bem remunerada em relação ao esforço físico empreendido, que é pouco em comparação ao trabalho na roça, visto como uma atividade desgastante, “pesada” e pouco lucrativa. Neste sentido, segue o depoimento de um jovem.

*“Ui, cara! Isso aí é também um ponto péssimo. Odeio! (...) Até meu irmão faz: ‘ah, Ruan, vá tratar do porco, vá catar jiló ali para seu pai.’ Eu??! Boto a mão nada. Eu urrei muito nisso, hoje em dia eu quero... Eu nem ando nesse sítio, se quer saber. Cheguei aqui, é dentro de casa, aqui é difícil, eu só desço pra ali quando eu vou lavar a moto. (...) Pôxa! Antigamente, quanto tempo atrás? Há uns quatro, cinco anos atrás, eu urrei muito nisso aqui. (...) Ali tinha plantação de aipim, aí ia a gente pra arrancar tudo, pra encaixar, pra mandar pro Rio. Era o dia todo debaixo de sol quente ali. Mexendo com boi no outro sítio que meu pai tinha, que venderam ali, depois de N., caramba! Fazer cerca,*

*capinar essa vargem. Hoje em dia eu quero sair fora disso. Não gosto de roça não. Odeio roça! Eu quero agora um negócio mais tranqüilo, mais calmo. Eu pretendo montar alguma coisa pra mim, que o cara trabalhar pros outros é a pior coisa que tem, eu quero trabalhar pra mim. (...) Isso é triste! Eu odeio, eu não gosto não! Meu pai que adora. Agora nisso aí eu não puxei a ele não. Ontem mesmo tinha jiló plantado ali embaixo: ‘ah, Ruan, vá ajudar a catar.’ Eu não. Odeio! (...) Ah é. Antigamente eu gostava, mas depois... Ah! (...) Sei lá, o tempo, de tanto fazer aquilo ali. Todo dia tá fazendo aquilo, enjoa. (...) Ainda mais com um negócio pesado, porque roça é um negócio que tá chovendo, você tem que tá lá, tá fazendo sol, você tem que tá lá. É por isso.*

*(...)*

*E não dá resultado. Eu acho que é por isso, eu acho não, é por isso. Agora, se fosse um fazendão que cultivasse, hectares de alguma coisa, aí, aí dá resultado. Agora que é que adianta você ir lá plantar meia dúzia de alguma coisa e vender? Qual o lucro que vai dar? Não vai dá lucro nenhum. Mas aqui dentro tem gente que vive disso. Deixa eu ver, deve ter, R, conhece R? A mãe de R, ela faz feira toda quinta e domingo. Tem também P., P., P., conhece? Ele também direto. E tem umas outras pessoas aí. Eles gostam mesmo. E também tem a idade, né? Não sabem fazer outra coisa, aí isso é o meio. Agora eu tô novo ainda, eu quero cair fora disso. Eu quero fazer um curso, entrar numa firma aí, ficar quieto. Ano que vem agora, eu vou fazer uma prova para a PM. Eu não quero, mas... Eu não gosto disso não, mas falaram que era fácil de entrar, né? Eu quero ser bombeiro.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

#### **6.3.4. O estilo “rurbano”**

Alguns autores têm apontado uma tendência à “*rurbanidade*” no meio rural, inclusive nos assentamentos. Esta tendência estaria relacionada tanto aos projetos de vida dos jovens, como coloca Carneiro (1998), bem como de características específicas da população dos assentamentos (HEREDIA et al, 2002). Podemos dizer, então, que esta tendência tem dois fluxos: um primeiro que se relaciona com a origem da população dos assentamentos que, apesar de muitas famílias terem suas raízes na roça, como mostra o genograma do anexo 05, têm uma trajetória urbana na metrópole do Rio de Janeiro; e, um segundo, provocado pela passagem na vida urbana que impulsiona o retorno às origens, à busca pelo assentamento como um distanciamento das dificuldades enfrentadas nos subúrbios e nas favelas cariocas, bem como se torna referência para padrões, características e hábitos de estilo de vida ligados ao urbano, que não podem ser apagados ou desconsiderados no projeto da nova vida no assentamento. Assim, este é por si um processo “*rurbano*”, em que características rurais e urbanas se entrelaçam no sentido de ambas serem referências passadas que produzem necessidades, desejos e inquietações nas condições do momento e nas perspectivas de futuro.



*Figura 7 – Criança brincando em casa (Duciele, seis anos)*

Contudo, além das características “*rurbanas*” da população assentada, esta tendência também pode ser observada no próprio desenvolvimento das pequenas cidades que tendem a ter como referência os grandes centros. Assim, como mostra a história brasileira, entre as décadas de 50 e 60, há um forte crescimento da população, acompanhada de êxodo rural, inchamento das cidades e intenso processo de urbanização. Neste sentido, a tendência à “*rurbanidade*” pode ser visto como parte deste processo de urbanização em que o rural tenderia a perder suas características e particularidades. Entretanto, esta tese que defende o “fim do mundo rural” não é aceita por alguns estudiosos que percebem uma tendência mundial de retorno ao rural como uma necessidade da população de procurar espaços de moradia com melhor qualidade de vida, como espaço de lazer, de contato e preservação da natureza. Neste sentido, estes autores falam que não há sentido em pensar o mundo rural e urbano como opostos e dicotômicos. Para eles, ambos são espaços complementares e se constituem um a partir do outro, são espaços de troca e de identidade (FERREIRA, 2002).



*“A posição da reconstrução e ressignificação: o rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida. Esse conjunto de características materiais e imateriais apresenta uma singularidade e uma dinâmica próprias, mesmo se articuladas integralmente ao “mundo urbano” no âmbito de um território concreto ou imersa nos processos, redes e símbolos mais gerais da urbanidade. Uma dinâmica portadora de desenvolvimento, como diz Marcel Jollivet: “O desenvolvimento, longe de passar pela ignorância de um rural fadado a desaparecer e a se dissolver no urbano, supõe duas dinâmicas paralelas, uma rural, outra urbana, complementares e se construindo e desconstruindo uma à outra” (Jollivet, 1997:10) Não se trata de sociedades rurais de caráter totalizante; não se trata de autonomia do rural em relação ao urbano: o modelo analítico propõe a interdependência, a comunicação, a complementaridade. É a essa percepção que se encadeia a possibilidade de uma reconstrução da ruralidade como portadora de mudanças societárias.” (FERREIRA, 2002, p. 31)*

Assim, a tendência da rurbanidade parece se dar em várias direções, tanto no sentido da população do assentamento buscar na cidade melhores condições de trabalho, educação e lazer, bem como na pressão que há em volta dos assentamentos por parte da cidade. Esta pressão decorre do processo de crescimento da cidade, que se aproxima cada vez mais da área do assentamento, assim como ocorre em outros assentamentos do estado do Rio de Janeiro que se encontram, principalmente, na zona metropolitana, que sofrem uma pressão urbana decorrente da aproximação com a cidade, tanto em termos de avanço de bairros e construções como em termos de substituir o espaço de produtividade do assentamento, tornando-o apenas espaço de moradia. Neste sentido, citamos o relato de um dos entrevistados que percebe uma forte tendência de São Domingos tornar-se um loteamento.

*“Da FEEM e que muitos, quando nós chegamos, já tinha esse pedaço de terra porque foi conquistado assim: “Não quer? Vamo pegando aqui, vamo plantando. Isso aqui é, pronto, acabou”; e isso no grito e foi ficando assim. E é assim dessa mesma forma e a tendência é ser... loteando em, em quadras pequenas, em lotes pequenos, que ia formar loteamento mais rápido. Quando não é assentamento aqui, só vai fazer com que isso retarde um pouco o desenvolvimento, só vai ser mais lento. Mas é inevitável, porque... que não cresça. Minha filha, qualquer dia... casa, tem filhos e aí eu já tô sendo avô e depois os meus netos também, então cada um vai construindo uma casinha aqui, outra casinha ali, entende? Aí, já vira um loteamento.” (Ivan, 31 anos, assentado de São Domingos, militante do MST)*

Além disso, há uma pressão turística vinda dos municípios da região, uma procura por espaços de lazer. Assim, não é raro alguma família comentar que já a procuraram para que elas vendessem o sítio e que estas ofertas foram responsáveis pela

saída de muitas famílias do assentamento que na perspectiva de melhorar de vida, venderam seus lotes. Contudo, a venda dos lotes tem também causas próprias ao processo de constituição do assentamento que também estão relacionadas às características da população *rurbana*, ou seja, algumas famílias apesar de terem origens rurais não mais se adaptam a esse estilo de vida depois de terem vivido em grandes cidades. Ao mesmo tempo, as dificuldades iniciais que as famílias enfrentam são bastante fortes para motivar a saída de muitas que, decepcionadas, continuam à busca de melhores condições de vida em outros lugares, nas cidades de origem ou em outras próximas ao assentamento. Neste sentido, segue mais um depoimento que cita as dificuldades atuais de São Domingos:

*“Ah, no assentamento são muitas. Aqui você não tem condução direito. Você tem que ir num intervalo muito grande, às vezes você larga de fazer o que tem que fazer porque é distante do centro, distante demais. Serviço é difícil, muito difícil. Até vão embora por isso, chega aqui não encontra serviço, aí não dá só pra viver de agricultor, é complicado. Acho que muitas pessoas vão embora por isso. A gente mora aqui, tem que ir pro centro, tem que ficar pegando ônibus ou tem que ir de bicicleta, ou a pé ou coisa assim. Pra mim é mais perto, mas pra eles lá é mais distante. Não tem iluminação, muito escura as ruas. Eu acho que é essa é a grande dificuldade. Se fosse mais fácil, tivesse ônibus toda hora. (...)”*(Clara, 20 anos, técnica agrícola)



**Figura 8 – Um dos transportes mais utilizados em São Domingos**

### 6.3.5. Processos de migração: a movimentação das famílias

*“Viver na própria casca é coisa para caramujo. Estamos constantemente entrando em outras peles e sendo penetrados pelo discurso do outro.” (ADEMIR FERREIRA, 1999, p. 46)*

Movimentação das famílias, vendas dos sítios, lotes em que as famílias moravam na cidade foram aspectos de São Domingos que nos chamou a atenção. Tentamos entender: por que as famílias vendiam os lotes para terceiros? A venda é algo não permitido pelos órgãos governamentais e a associação, apesar de ter uma presença forte, não parecia se contrapor a esse processo. Como as pessoas percebiam as famílias que vendiam seus lotes e as que não residiam neles?

*“Aí é complicado, né? Porque o assentamento aqui, as pessoas mesmo que vieram e permanecem são poucas. As que vieram e permanecem a gente se vê sempre na igreja, nos encontros com as pessoas, quando a gente ensaia. A gente se vê muito. É difícil que toda hora chega um novo, toda hora chega um novo. Uma pessoa nova pro assentamento, é até difícil conhecer todo mundo. (...) Sempre chegando gente nova. É difícil, porque os que permanece desde do início, a gente tem esse entrosamento muito bom, né? Sempre falar... (...) Eu acho que voltam pra terra natal deles. Lá junto das famílias. (...) porque um vai levando o outro, né? A mãe vai embora, o filho vai atrás. O filho vai, a mãe vai atrás. Tem uma grande minoria aqui. Eu acho que vão permanecer são pouco. Só aqueles que já montaram família, já casaram filhos com pessoas daqui, acho que esses aí ficam.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

O fluxo de famílias que saem e chegam no assentamento vem diminuindo nos últimos anos, principalmente depois que o título definitivo de propriedade da terra foi adquirido, assim esse fluxo se constitui também em um dos fatores que faz com que São Domingos não seja uma comunidade tão integrada como no início. As pessoas que compram os lotes nem sempre compram para morar ou produzir e muitas vezes usam como área de lazer no final de semana. Assim, há uma vizinhança que é estranha a todo o processo de constituição da comunidade, que desconhece a história do assentamento e que não compartilha a vivência de momentos coletivos de São Domingos como a fase do acampamento e as reivindicações de direitos. Muitas vezes esses novos moradores são oriundos de cidades da região e têm uma cultura urbana acentuada, com perspectivas sociais e econômicas diferentes da maioria da população do assentamento.

*“Acho que tem mais gente que faz do lote casa do que sítio. Teve muitas dificuldades, foi oito anos depois do assentamento que foi ter energia elétrica, é... o primeiro crédito veio depois de muito tempo, as coisas foram feitas com o trabalho do dia-a-dia, a agricultura você plantava não dava, plantava, tinha muitas dificuldades, não tinha assistência técnica, não tinha crédito, então as pessoas se tornaram desconfiantes na terra, entendeu? Como se não tivesse tanta confiança na terra.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

As dificuldades do início são apontadas por alguns como motivo da saída das famílias dos lotes e da busca de outras oportunidades de renda na cidade. Contudo, o fato das famílias disporem de casa na cidade de Conceição e de casa na roça reflete dois movimentos: um de famílias que moravam na cidade e compraram o lote em São Domingos para ter um sítio de final de semana ou mesmo para produzirem de forma complementar à renda e outro de famílias do assentamento que compraram uma casa na cidade como investimento ou pela comodidade de ter um local de apoio próximo às facilidades da cidade e fazem ou não dessa sua residência principal. Nesse sentido, não parece ser estranha para a comunidade a possibilidade de se ter duas casas, algo que seria para alguns assentamentos um impeditivo à permanência no lote.

Contudo, apesar desse processo não ser novidade e de sua fase crítica já ter acontecido há tempos, há ainda estranhamentos com as vendas dos lotes e a saída das famílias e, nessa linha, seguem alguns depoimentos:

*“Pô, eu acho uma sacanagem isso. Pô, tirar a vaga de uma pessoa que quer mesmo ficar na terra. (...)Tirar a vez de uma pessoa que quer lutar naquilo mesmo, para chegar e só vender?! Eu acho sacanagem isso. Nesse meio tem gente mesmo que gosta, gosta de trabalhar na roça, a raiz dele é aquilo, é igual a meu pai. Não sei, já rejeitou serviço bom aí pra mexer com roça, Graças a Deus, parece que agora ele tirou de cabeça. Isso daí não dá nada a ninguém. Ainda mais um sítio pequeno, vai dar alguma coisa pra alguém? Não vai dar nada. Só vai dar cansaço pro cara, nada mais. Isso também é um dos fatores que não gosto. Que é que adianta o cara urrar pra caramba, gostar, e não ver lucro? (...) Não adianta nada. Não adianta nada. E hoje em dia você não pode fazer a coisa só por gostar. Você fazer isso é perder várias outras coisas. Porque a maioria das pessoas não faz o que gosta. E a coisa não dá nada.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

*“Parece que não é bem isso que elas queriam, né? Vem lutam, passam por tudo, dormem em barraca, faz tudo, houve até fome, né? De repente, vão embora, parece que não era um sonho. Sei lá, ou então desiste logo. É um pouco de fraqueza. Primeiro queria vir, já querem ir embora, tudo mais. Mas eu acredito que essas pessoas vão embora se arrependam um pouco. Porque de certa forma, que eles têm grande liberdade, né? Ninguém pode reclamar disso, aqui tem grande liberdade. Então, eu acho que as pessoas que vêm do Rio falam:*

*‘ah, não sei como a gente larga assim tudo no quintal, ninguém mexe, ninguém mexe, uma certa liberdade.’ Já lá onde eles vão, vão ter que se privar mais, né? Viver assim mais presos, aqui eles vivem soltos. Vão ser igual a passarinho que só vive na gaiola, vão sentir meio perdido. (...)’(Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

*“Sei lá, sei lá. Eu acho que... Pra que que vieram? Talvez não, né? Mas passaram por tantas lutas... por tantas ofensas talvez, agressões, para depois não ter e vender? Não sei. É isso que eu penso, talvez não, eles não pensam. (...)E vender assim, sem mais sem menos, talvez por, por nada, né? Por uma micharia. (...) Não sei. Sei lá. Talvez... não sei. (pausa) Meu pai vendeu aquele porque ele morava aqui, aí pra que ter mais um? Aí, não sei, sei lá.”(Rosa, 15 anos, estudante, família oriunda de Itaguaí)*

Ademir Ferreira (1999), pesquisando a questão da migração, a partir da constatação de que havia muitos migrantes nordestinos que procuravam as assistências de saúde mental, afirma que a perda das raízes e da identidade relacionada ao contexto anterior, faz com que o contato com a alteridade, com a diferença do outro, torne-se um choque cultural que abala os padrões de referência do sujeito. Neste sentido, ele diz que:

*“Torna-se necessário que os sistemas sócio-culturais desenvolvam redes simbólicas que possam oferecer continentes à diferença, através de compromissos, pactos, alianças e interpretações para tornar possível a convivência recíproca e concomitante do eu e do outro.” (ADEMIR FERREIRA, 1999, p.47)*

Assim, o processo de migração não é fácil, causa sofrimento pela perda, pelos choques culturais, implicando em esforço para uma nova adaptação. Neste sentido, podemos dizer que as famílias são forçadas a migrarem em busca de melhores condições de vida que a realidade do assentamento, principalmente nas fases iniciais, não proporciona.

Quando questionamos um dos membros da diretoria a respeito das saídas das famílias e da posição que a associação tomava diante da situação, obtive a resposta de que no início a associação tentava controlar o processo de saída e chegada de famílias no assentamento e muitas vezes essa tentativa causava conflitos. Entretanto, quando a associação defendia que uma família A deveria adquirir o lote, a mesma família em períodos posteriores vendia para terceiros o lote, colocando a associação numa posição difícil frente à comunidade. Desta forma, sem conseguir controlar os fluxos migratórios, a associação passou a não intervir diretamente nessas questões.

Apesar dos maiores fluxos migratórios da comunidade já terem acontecido, esta é uma questão que está se dando em outro nível pela pressão que há na região por sítios de lazer e que acabam valorizando os lotes dos assentados. De qualquer forma, a questão da migração é algo que deve ser sempre considerada nas realidades dos assentamentos, visto que estes, em sua maioria, são constituídos por processos migratórios e são atravessados também por estes até consolidar uma população menos volátil.

## **6.4. Organização, participação e movimento social**

Para investigar o envolvimento e participação dos jovens nas questões do assentamento e da luta pela terra, direcionamos nosso olhar para dois pontos que consideramos fundamentais: a Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra. Consideramos estas duas organizações como os principais meios de inserção dos assentados na participação política das questões relacionadas ao assentamento e à reforma agrária. Apesar de Medeiros e Leite (2002, b) apontar que São Domingos seja um assentamento em que sua organização social e participação política influencia o cenário político local, havendo entre os assentados ex-vereadores e outros ex-candidatos de Conceição de Macabu, não exploramos essa relação política do assentamento com o município, pois nosso interesse era investigar a participação dos jovens, era entender sua posição e sua atuação no âmbito da comunidade e do movimento social de luta pela terra, significativamente representado pelo MST.

### **6.4.1. A Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos**

*“A associação, quando tinha essa integração, era um pouco assim, uma grande estrela que foi quebrada.” (Ivan, 31 anos, assentado de São Domingos, militante do MST)*

A Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos é uma instituição bastante importante na comunidade. Ela tem sido referência externa e foi responsável por muitas das lutas em que São Domingos esteve envolvido, tanto em relação a reivindicações de direitos das famílias assentadas, tanto como no apoio a movimentos de luta pela terra. Um dos meus primeiros contatos com a comunidade São Domingos foi na reunião da Associação e algo que me chamou bastante atenção foi a organização e a dinâmica empreendida. De fato, este foi um aspecto que foi considerado na escolha de São Domingos para objeto da pesquisa.



*Figura 9 – Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos*

Bogo (2002), em livro produzido pelo próprio MST, defende que a ênfase dada à mística no processo de organização do MST é central, constituindo na principal bandeira que dá vida à caminhada, representada em todos os símbolos, sendo a fonte da força, da persistência e da motivação das famílias sem-terra. Interessante perceber isso no contato com os assentados, no brilho dos olhos, nos sorrisos, nas falas que ressaltam a luta, o esforço empreendido e as conquistas diárias. Apesar da mística ser uma conceituação do MST e nem todos os movimentos compartilham desta mesma definição, não se pode dizer o mesmo sobre a vivência e a experiência. Para os que acompanham a Comissão Pastoral da Terra, a leitura do evangelho, a interpretação da “terra prometida” é o que move os trabalhadores a lutar por direitos e por terra.

Segundo Gaiger (1995), o mundo camponês é orientado por uma concepção religiosa denominada por este de providência pela ligação com o cotidiano, pelo caráter fatalista e pela centralidade que a religião tem na vida do homem do campo. O envolvimento na política ocorre para o camponês a partir do campo da religião, em que a concepção religiosa passa para a denominação, segundo o autor, de religião profética, onde há um projeto histórico transformador do ser humano, estando, dessa forma, relacionado com a Teoria da Libertação. Assim, a partir dessa mudança na relação



religiosa, ocorre uma mudança na consciência política que passa a assumir um projeto crítico de contestação. Dessa forma, esta mudança que ocorre com o camponês a partir de seu envolvimento político, provoca um distanciamento com o vínculo religioso anterior, passando para um outro em que o sujeito político é mais central.

Ressalta-se ainda que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) esteve no bojo originário do movimento social do campo da década de 70 de onde partiu a organização do MST. Neste sentido, há uma forte ligação do movimento camponês com a Igreja Católica, estando esta presente desde a concepção do MST, como descreve Fernandes em *Gênese e Desenvolvimento do MST* (1998). De certa maneira, a utilização do termo *mística* reforça essa desvinculação com esse tipo de concepção religiosa camponesa que está intrinsecamente ligada à fé cristã, e em sua maioria católica, diminuindo também a influência da Igreja Católica, sem deixar perder, no entanto, esta dimensão religiosa que motiva e dá resistência ao homem do campo.

Contudo, colocando entre parênteses o nome dado a esse sentimento de se sentir parte, à emoção proporcionada pela experiência do coletivo, pela esperança de algo melhor, essa experiência é vivida por grande parte daqueles que empreendem esta luta. Sensação que traz força e vida, impulsionando os trabalhadores à união e à superação das dificuldades, principalmente na fase do acampamento.

É a partir desta sensação compartilhada por muitos que apresentaremos a Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos e utilizaremos a mesma denominação do MST falando de “mística”. A Associação hoje é formada por uma diretoria organizada em diversas áreas, como secretaria, tesouraria, diretoria de assistência social e relações públicas, entre outras. Os membros são eleitos anualmente por todos os moradores de São Domingos que desejem votar. As atividades regulares semanais são: reunião na sexta-feira à noite onde todos podem participar e mais um dia na semana do Conselho Fiscal, onde são feitas a prestação de contas e a contabilidade dos gastos por um grupo designado para este fim. Além disso, há atividades extras que variam conforme a demanda, como realização de festas e participação em eventos relacionados à questão agrária.

“*Mantendo uma luz acesa*” – esta foi a expressão utilizada por um dos assentados, militante do MST, para falar das atuais reuniões da Associação. Apesar de colocar diversas críticas sobre a efetividade da reunião na atualidade do assentamento,

para ele, a maior importância da reunião continuar ocorrendo, toda sexta-feira há 17 anos, é a manutenção de “*uma luz acesa*”. Esta “*luz acesa*” pode ser entendida como expressão da mística que ainda persiste em sobreviver apesar do tempo, das mudanças e das dificuldades. Neste sentido, o mesmo jovem diz:

*“Assim, a mística, por exemplo, a mística. As pessoas mais idosas, mais velhas, são as que mantêm a luzinha acesa.*

*(...)*

*A mística de se reunir, de discutir os problemas da Associação, do assentamento. Essa mística, nenhum jovem...*

*(...)*

*De querer reunir, de querer fazer isso, de produzir. Isso já, já modifica, já faz com que as pessoas... saiam de casa por um interesse. Mesmo que não consigam fazer devido às condições econômicas, de saúde, mas têm o interesse. Então sai de casa com uma perspectiva de ir pra Associação pra discutir os problemas do assentamento. Hoje, a mística...” (Ivan, 31 anos, assentado de São Domingos, militante do MST)*

Apesar das falas incompletas, percebemos a importância dada para a mística enquanto elemento integrador e motivador da participação dos assentados nas questões organizativas do assentamento. Podemos observar também que esta mística parece ser algo que é compartilhado entre a primeira geração que lutou para conquista do assentamento e, por isso, faz com que estes ainda persistam em se reunir. Entretanto, não é algo que esteja presente na juventude do assentamento. Parece ser algo que não foi herdado. E, neste sentido, emerge a pergunta: é preciso herdar mística? Que fez com que esta mística perdesse sua vitalidade na geração herdeira?

Deixando estas perguntas no ar, para tentarmos ensaiar uma resposta mais adiante, retornamos para a análise da Associação. Observamos que a Associação parece encontrar-se em uma fase de declínio, cuja fase de sucesso pode ser observada na pesquisa realizada em 1998 por Medeiros e Leite (2003 b), que aponta, por exemplo, além de outros aspectos, que o papel da associação foi além das funções econômicas, exercendo uma função importante no processo de constituição da identidade do assentamento São Domingos. Assim, após o período de auge, observamos que a Associação não mais representa toda a comunidade, estando sua imagem bastante desgastada e seus associados reduzidos a um pequeno grupo que praticamente compõe a diretoria. Essa decadência pode ser observada na crítica contida em alguns depoimentos, revelando outros matizes das relações exercidas na Associação e entre esta e a comunidade.

*“A associação aqui praticamente não tá valendo por nada. As pessoas não querem nem saber da vida daqui de dentro, só querem sua vida econômica, só tão, para mim, bem, pra aqui pra dentro não tá valendo pra nada a associação. (...) Deixa eu ver um exemplo... Dá assistência, medicamento, essas coisas que não tem. Ah, tem várias coisas, só que não vem na mente, sabe? As coisas.” (Gilson, 16 anos, estudante)*

*“O que eu acho? Sabe que eu não acho nada. Sei lá. A associação tem interesse um nas costas dos outros que acaba sendo um negócio ruim, chato.”(Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

Há, entre os assentados, insatisfações mais contundentes em relação à Associação, que são movidas por sentimentos de injustiça por não ter sido contemplado com lote no projeto do assentamento, por conflitos entre membros de gestões diferentes da diretoria que se estendem até às famílias e às relações pessoais, entre outros descontentamentos que nem sempre são ditos claramente. Assim, as expectativas e insatisfações em relação à Associação são maiores na medida em que nos afastamos do grupo atuante na instituição e de suas relações mais estreitas com membros da comunidade.

*“Eu tenho sim. Eu acho que, que é uma coisa boa para o assentamento porque sem Associação, por exemplo, ali podia ter o quê? Ali onde tá o negócio da Associação. Podia tá cheio de casinha, o assentamento podia, a gente, por exemplo, que tem o título da terra, poderia não ter, não sei direito para que serve esse título, mas serve, mas é alguma coisa que dá mais é..., um poder, ou dar completo poder, da pessoa que mora naquela terra, de ser mesmo proprietária daquilo ali sem ter que depender de mais nada. A gente não teria aquele posto [de saúde] que tem ali, porque é o mais próximo da região toda por aqui. Enquanto não chegasse na Vila..., por exemplo, enquanto não chegasse na Vila São José, não tinha um posto para você marcar alguma coisa, para você ser atendido, agora tem ali. Tinha um mercado ali que foi fechado, mas enquanto aberto, era bem “luxo”, quase não precisava sair, a gente ia até ali, saía de bicicleta, fazia compra, aí eu não lembro, que faz um tempo que fechou. Eu acho que, nunca participei, não sei direito, quais são os projetos da Associação e as coisas que envolvem, mas normalmente são coisas legais e que eu apóio. (Luana, 14 anos, estudante, membro da família participa da diretoria da associação)*

Já as expectativas vão desde um sentimento de acomodação e quase apatia pelas atividades da Associação a concepções de achar que a Associação pode fazer tudo e, conseqüentemente, terminam expressando a insatisfação por esta não atender a certas necessidades e expectativas. Então, quando perguntei o que a Associação poderia fazer a mais ou melhor, um dos jovens respondeu: *“Tudo. Por nós aqui dentro. Limpar as estradas, passar as máquinas. (...) E mais um pouquinho.” (João, 17 anos, estudante)*

Em relação às reuniões, o tom de insatisfação generalizada continua, sendo a ênfase no fato dos jovens não participarem da reunião por não gostarem, apontando alguns motivos: por ser chato, por ter muitas discussões no sentido de conflitos e por não escutarem o que outras pessoas têm para dizer, principalmente, por não ouvir os jovens.

*“Eles começam assim, eles começam falando tudo bem normal, de repente, eles começam a discutir, eu falei, não dá pra mim não. Ai... (...) Ai começa a discutir, aí parou, aí não. Começa, um fala isso, outro debate dali, aí não, eu prefiro ficar em casa. Às vezes, minha madrinha me chama pra aí, aí eu falo: ah, eu não, não gosto de reunião. Mas eu não gosto por isso, por..., porque eles tão lá, de repente tão bem, conversando, falando o que é que o povo acha, não sei o quê, aí de repente eles começam a discutir, um debate dali, outro debate daqui, aí estraga o negócio, aí...” (Rosa, 15 anos, estudante)*

*“Ah, pra mim (riso), pra mim é chato, né? Mas... tem a ver com, com a gente aqui. (...) posse, negócio de caminhão, discute muito esse negócio de caminhão (riso). Caminhão lá na Associação gasta gasolina, um monte (riso), um monte de coisa.” (Taís, 16 anos, estudante)*

Interessante que apesar de se observar uma falta de envolvimento das famílias que compram os lotes com as questões do assentamento e da associação, o jovem entrevistado cuja família chegou mais recentemente a São Domingos diz que seus pais participam, embora esporadicamente, mas comparecem a algumas reuniões da associação. O jovem não se sente parte da comunidade e quando diz ser alvo de piadas por morar em São Domingos, menciona que o discurso utilizado como zombaria é que **mora “com” sem-terra** e não que **seja** sem-terra. Pode-se perceber que nesta brincadeira fica demarcado a sua identidade, seu grupo de pertencimento e o lugar social que ocupa. Quando fala sobre as famílias que acamparam, considera que estas erraram por terem acampado para conseguir o direito à terra e erraram também por terem vendido, não mencionando o fato de que a venda tenha sido para sua própria família. Apesar de tudo isso, os pais deste jovem parecem estar mais próximos das questões do coletivo da comunidade do que outros que já estão desde do início do assentamento.

*“Faziam. Faziam a reu..., a reunião. Eu acho que fazem ainda. O M. quem é, quem é responsável por isso. Eles fazem muito na Associação, essas coisas assim, na Associação de moradores do assentamento. De vez em quando é que minha mãe vai, chamaram pra ir, meus pais vão.” (Pedro, 17 anos, estudante, família adquiriu o lote recentemente)*

Mesmo havendo uma forte insatisfação com a Associação, o reconhecimento de quanto as reuniões eram representativas não é esquecido. Há um certo saudosismo da época em que todos se reuniam e compareciam à reunião, era como se fosse um ritual, algo sagrado para a comunidade, como coloca um dos jovens.

*“(...) Eu acharia que sim. Igual era antigamente, né? Antigamente, toda sexta-feira tinha uma reunião geral. Eu sei disso porque a gente contava, o dia de sexta-feira era uma festa pra a gente, a gente ia só para brincar. Isso há um tempão atrás. Mas hoje em dia eles não estão mais com aquela união mais não. Se tiver tendo só vai meia dúzia. Ai eu não sei. Eu tô por fora.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

Contudo, a imagem de São Domingos construída durante todos esses anos está muito ligada à imagem da Associação e, principalmente em suas relações externas, ela constitui ainda uma forte referência. E isto pode ser entendido pelas ações empreendidas e pela repercussão que alcançaram. Neste sentido, citamos uma dessas ações que pode ser considerada como emblemática da movimentação de São Domingos em termos políticos e de reivindicação.

*“Ai começamos a correr atrás de nossos interesses até conseguir o título da terra, depois do título da terra, a gente fomos na CERJ, nós fomos fazer um pedido, só que aí eles começaram a enrolar a gente, querer botar a gente, enganando a gente, falando que ia botar luz, mas não sabia quando. Ai a gente reuniu o povo, fomos lá para CERJ, que era central em Macaé, que antigamente não era CERJ não, era outro nome, era, era do governo, né? Não era privada, aí depois que veio a privatização. A gente pegou fomos lá pra frente lá, e fomos reivindicar nossos interesses, né? Ai, a partir dali, nós começamos a, os próprios segurança queria bater nas pessoas que tava entrando, aí botaram a gente mais novo de frente, né? Que não ia ter coragem de bater em criança, aí pegou e entramos de frente, aí fomos e ficamos uma semana, umas duas semanas mais ou menos, cozinhando, fazendo tudo lá, né? Ai, depois quando o rapaz lá, o responsável, né, assinou que ia começar, mandar o pessoal fazer a, botar as redes, né? Ai que a gente conseguindo, pegamos, vimos embora. Depois com o tempo que eles começaram a trazer os poste, botar os, esticar os fios, aí depois com os tempos, até o pessoal da Associação era unido nessa época, né? (...)” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Questionamos o jovem do relato acima sobre o que ele sentiu quando ele ficou, junto com as outras crianças, de frente defendendo todo o grupo, e em sua resposta podemos perceber seu contato com a mística, com a experiência de estar em um coletivo.

*“Ah, senti como é..., como se, é..., ali eu fui aprendendo também, né? O espírito de luta, né? Que você, todo mundo aqui, todos unidos jamais serão vencidos, né? Ai, ali eu fui aprendendo que, pra, que a terra que eu carregou pro*

*resto da minha vida aqui na terra, que não adianta você fazer as coisas sozinho, na força, tem que ter a união de pessoas, dos amigos pra você conquistar alguma coisa, né?(...)* (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)

A fala do jovem menciona o “*espírito de luta*”, a união, o uso da conhecida frase “*todos unidos jamais serão vencidos*”, ressaltando, dessa forma, a mística, que na pergunta feita acima, se esta poderia ser aprendida, podemos ter uma resposta afirmativa, com a condição de que o aprendizado aconteça por meio da vivência. Entretanto, apesar da ênfase na mística, o discurso do jovem não menciona o “medo”, sensação natural para uma situação de confronto, principalmente para uma criança, ficando nítida a camuflagem de sentimentos que não são coletivamente aceitos. Os movimentos de luta pela terra, principalmente, o MST, ao ressaltar apenas a força de seus membros em resistir e lutar, nega o sofrimento que a militância causa às famílias na conquista da terra. Este é um dado que merece ser investigado e que já está sendo apontado pelo próprio MST como uma questão a ser trabalhada.

Segue um último relato que elenca alguns pontos cruciais que, paradoxalmente, segundo alguns do assentamento levaram à fase de decadência da Associação.

*“Depois, com o tempo que eles começaram a trazer os postes, botar os, esticar os fios, aí depois com o tempo, até o pessoal da Associação era unido nessa época, né? Porque, aí depois que veio a, a colocar os postes, botar energia aqui dentro do coisa, aí o pessoal começou a se afastar um pouco, uns dos outros, que, aí começou muito o negócio de assistir novela: ‘ah, não posso ir na reunião.’ Por que? Por causa da novela. Começava sempre sete horas, oito horas, né? Toda sexta-feira, como se fosse assim uma religião, como se fosse assim todo dia, todo aquele dia tinha que ir pra igreja. Aí, toda aquela sexta-feira à noite, o pessoal se reunia ali, né? Era aquela união, a gente não perdia nada assim, quando queria reivindicar alguma coisa, a gente não perdia nada. Mas agora o pessoal já desuniu agora, aí, é... já, já, é..., aí ficou mais difícil, né? Porque antigamente o pessoal era mais unido, né? Aí, agora vem, a, através de televisão, desuniram, né? Porque sempre que precisava de buscar algum interesse, aí vencia, né? Todas as barreiras.”* (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)

A televisão que, em outros tempos foi elemento integrador, pois por haver apenas um único aparelho, doado por um dos prefeitos, em todo o assentamento, fazia com que a comunidade se unisse para assistir os mesmos programas, ocasionou o distanciamento entre as famílias que passaram a possuir, cada uma, seu próprio “elemento integrador”, que, conseqüentemente, perdeu seu efeito amplo de unir a comunidade e passou a ligar apenas seus respectivos donos, a família, em torno de si.

Ironicamente, possivelmente uma das maiores ações de reivindicação da comunidade que foi a ocupação em frente ao prédio do governo que fornecia energia elétrica, que, provavelmente, exigiu a união e participação da maioria dos assentados, gerou como um de seus subprodutos o distanciamento e o enfraquecimento da coesão que existia no assentamento.

Enriquez (1994), analisando o *vínculo grupal*, diz que um dos pontos principais que faz com que uma reunião de indivíduos se reconheça como um grupo e uma comunidade funcione como tal é a existência de um *projeto comum*. Assim, “*um grupo só se constitui em torno de uma ação a realizar, de um projeto ou de uma tarefa a cumprir.*” (p. 58)

Dessa forma, a televisão parece assumir um espaço que é muito mais simbólico do que realístico. Ela concretiza em sua materialidade um outro processo que é decorrente do desenvolvimento do assentamento, que passando a ter suas necessidades primordiais atendidas, perde os *projetos comuns* de que fala Enriquez, os elos de ligação e motivação entre seus membros. Além disso, a crescente integração da comunidade com seu entorno e, principalmente, o estreitamento das relações com a cidade, faz com que os interesses se tornem cada vez mais diversificados e as fontes e os meios de realização e atendimento também.

Alguns elementos são considerados pelos jovens como causa da atual desunião de São Domingos: a chegada da energia elétrica e a presença da televisão nas casas, os conflitos advindos da cooperativa e questões políticas. Somando-se a esses aspectos, um dos entrevistados que é militante do MST aponta dificuldades de administração, de gerenciamento de projetos e falta de investimento financeiro.

Dessa forma, como efeito colateral do desenvolvimento das condições de vida no assentamento, há uma conseqüente diminuição do envolvimento coletivo das famílias. Isso se dá pela configuração da comunidade que se apresenta diferenciada do padrão anterior, onde as necessidades e o meio de atendê-las já eram conhecidos. Assim, São Domingos, com um ritmo e movimento diverso e mais acelerado, necessita identificar-se a si mesmo, conhecer suas possibilidades e potencializar a pluralidade. É necessário, contudo, que a associação redescubra seu papel, renove-o e fortaleça-o e, principalmente, que se abra para a juventude.

Nasciutti (2000), investigando cooperativas populares a partir da concepção de que estas engendram processos de organização social em que um novo espaço para o trabalho é construído em relação com a vida pessoal e social, cita Arruda e diz que:

*“(...) o desafio do cooperativismo popular é conceber a cooperativa como uma comunidade humana que busca o desenvolvimento e o bem-estar sustentável de cada associado e de suas famílias, num processo que visa conectar criticamente as dimensões micro (sujeitos ativos e conscientes) e macro (globalização cooperativa) da condição humana.” (Nasciutti, 2000, p.35-36)*

Consideramos que a partir das concepções apresentadas por Nasciutti sobre as cooperativas populares, podemos tomar emprestado este direcionamento para pensar alternativas para renovação da Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos, ou seja, tomá-la como uma comunidade que pensa em cada membro e procura construir um espaço democrático em que as dimensões do trabalho, da vida pessoal e social estão contempladas. Esta proposta, entretanto, não significa que a associação deve, mais uma vez, se tornar uma cooperativa, apesar do MST considerar que:

*“O projeto da cooperação agrícola é entendido pelo Movimento como uma forma superior de capitalismo, mas que implantada nas explorações familiares e por elas controlado, poderá servir de suporte para a transformação da sociedade.” (ALMEIDA, 1996, p. 8)*

Consideramos que o essencial não é uma mudança estrutural ou apenas nominal, mas uma mudança de concepção do que a associação pode entender que lhe cabe como entidade representativa e organizativa do assentamento, é pensá-la enquanto, ela própria, uma comunidade, que implica valorização do espaço do bem comum, tornando-se parte dos interesses diversos dos assentados.

#### **6.4.2. Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra**

Considerando que um dos objetivos desta dissertação é a investigação do envolvimento e participação dos jovens nas questões que dizem respeito ao assentamento e aos movimentos de luta pela terra, abrimos espaço também para compreendermos a visão dos jovens em relação ao MST, já que este é o principal movimento camponês hoje. Elaboramos, então, algumas questões cujos relatos colhidos



encontram-se a seguir, juntamente com alguns pontos de discussão levantados a partir de sua análise.

São Domingos é um assentamento anterior à chegada do MST no estado do Rio de Janeiro. Na verdade, ele foi ponto de apoio para o movimento na fase inicial de sua instalação no estado, fornecendo condições para que o MST desenvolvesse suas primeiras ações (Medeiros e Leite, 2002 b). Assim, São Domingos não é um assentamento organizado pelo MST, ele tem sua história própria e conquistas empreendidas pelo esforço de seus membros. Não há na comunidade um consenso a respeito do MST, assim, as críticas aumentam ou diminuem conforme a aproximação ou o distanciamento dos assentados em relação ao movimento.

Nesse sentido, no assentamento há pessoas que têm fortes críticas e questionamentos em relação ao MST, enquanto que outras são militantes. Contudo, há uma posição de boas relações entre a Associação e o movimento, em que ambos se comunicam e se convidam para eventos e manifestações de interesse recíproco. Neste sentido, no primeiro contato que tive com o assentamento, tive oportunidade de participar junto com a comunidade do aniversário de seis anos de um acampamento. Um ônibus da prefeitura levou os moradores de São Domingos e Capelinha\* para participarem da comemoração que contou com a presença do MST, de universidades, jornalistas e outras instituições além do público em geral.

A opinião dos jovens a respeito do MST também não é homogênea. Para alguns, o MST não tem nenhum significado mais relevante, não parece haver uma aproximação com o assentamento e o sentido dado é o do senso comum da maioria da população, cuja informação é produzida pela mídia; para outros, o MST adquire um significado negativo em que as mágoas e os sofrimentos vividos no assentamento são deslocados tanto para a associação quanto para o movimento; há ainda aqueles que expressam sentimento de admiração pela luta empreendida, valorizando as ações e as idéias da reforma agrária; enquanto que outros, por militarem no movimento, se identificam com os seus princípios e objetivos.

---

\* Capelinha é um assentamento de Conceição de Macabu constituído na década de 90 com o apoio de São Domingos. Muitos familiares de moradores de São Domingos residem em Capelinha.

*“Eu não sei assim, como falar, não sei como que eu vejo... uma luta, né? Que eles, sei lá... que eles lutam pra poder ter seu canto, sua terra pra poderem plantar, cultivar, ganhar mais dinheiro, né? Não sei.” (Rosa, 15 anos, estudante)*

*“O que eu acho?... É que a reforma agrária é bom. Muitas pessoas ficam com muita, uma parte, uma parte muito grande de terra, enquanto muitas pessoas não têm nada. Algumas têm muitas extensões de terra, muitas fazendas, enquanto que não usa aquilo tudo, talvez ele quer aquilo pra ele, pro seu sustento, pro seu dinheiro, aí é isso.” (Gilson, 16 anos, estudante)*

Quanto à participação, a maioria dos jovens fala ter tido um contato maior com o MST na infância, levando-nos a supor que a relação com o movimento já foi mais estreita, possivelmente no período em que o assentamento estava mais produtivo e atuante e em que boa parte dos assentados estava presente na Associação. A participação maior é entre os filhos dos assentados que acamparam vindos de Itaguaí (RJ). Este grupo parece ter tido, durante toda a trajetória do assentamento, uma participação mais ativa nos assuntos e atividades da comunidade e é praticamente ele que leva hoje adiante a Associação.

*“Algumas vezes, quando era menor eu particip..., parti..., sei lá, eu ia assim, com a minha mãe, assim com meu pai, sem interesse nas reuniões que tinham ali na associação. Algumas viagens também, eu acho que eram viagens, alguns passeios eu ia. Mas eu era, deveria ter assim uns dez anos, nove, dez anos.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

*“Cheguei a participar, bastantes vezes. Eu participei do quarto congresso, quarto congresso? Foi quarto congresso que teve em Brasília, né? Ficamos uma semana, foi uma semana? Foi uma semana, foi uma semana que ficamos lá, participei, eu participei também do movimento aqui no Rio de Janeiro, no Maracanã, e também em São Paulo, em Campinas, também participei e, foi isso, e de movimentos que tinha por aqui por perto mesmo. Até aqui no assentamento mesmo teve. A partir dali eu fui me desligando.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Entretanto, mesmo os filhos de famílias que já estavam em São Domingos participaram de algumas atividades relacionadas com a questão agrária, também por intermédio da Associação. O depoimento abaixo é de uma jovem filha de funcionário do estado, cujo discurso da família é de integração com as famílias que chegaram e de participação nas ações promovidas pela associação, além de dizer que se sente beneficiada com a constituição do assentamento. Entretanto, a jovem apresenta o argumento de que não participava das atividades dos sem-terrinha quando criança porque estudava na época. Porém, esta condição de estudante também era a mesma dos

colegas do assentamento e da escola que “*sempre iam*” e participavam dos encontros. Dessa forma, parecer haver outros motivos, além da escola, que impediam a participação da jovem quando criança.

*“Tem os encontros, que eles fazem, fazem os encontros de sem-terra. Mas eu nunca pude ir, porque eu estudava, né? Aí não tinha como. Aí os outros iam, os colegas da escola iam, sempre iam. Eu nunca tive como ir.”*  
(Clara, 20 anos, técnica agrícola, família residia na Fazenda São Domingos)

Tentando explorar um pouco a relação “sem-terra” e sociedade, perguntamos aos jovens o que eles acham que a maioria das pessoas pensa sobre o MST. Como eles percebem a reação da sociedade? Como eles percebem a reação de Conceição de Macabu frente ao MST? Em resposta, muitos dos jovens colocam que a sociedade não conhece os motivos das pessoas estarem como “sem-terra”, não reconhece que é uma forma de reivindicar direitos, uma possível alternativa para conseguir melhores condições de vida. Podemos dizer que esta é uma posição mais homogênea e parece estar relacionada a uma maior identificação com os sem-terra do que com o MST, com a situação de acampamento. Isso parece estar também relacionado ao fato de morarem em um assentamento rural, onde as dificuldades do cotidiano são sentidas e a discriminação é sempre uma das primeiras a ser lembrada no dia-a-dia.

*“Não sei, algumas pessoas vêem assim... como uma coisa sem importância, que estão ali só pra, tão ali, pra num, pra continuar porque sempre teve esse negócio, não sei, essa coisa do MST, mas sei lá.”* (Rosa, 15 anos, estudante)

*“Eu acho.... eu acho que eles acham que é uma pessoa pobre, não deve entrar na sociedade, não sei o que lá mais. Aqui tem muito disso. (...) Mas se a pessoa for pensar nisso, daqui de dentro, nunca vai conseguir nada na vida. Nunca você pode pensar ser superior a nada, a ninguém. Por isso que eu gosto de pensar alto. Negócio de pensar baixo (...).”* (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)

Os relatos evidenciam que alguns jovens têm a percepção de que o MST “sempre existiu”. Esta sensação está condizente com a idade do assentamento e dos jovens, que praticamente coincidem, e também com a idade desse movimento social, dando a impressão de que é um fato que “sempre existiu”, revelando a presença do MST na vida do jovem assentado. Pode-se dizer que na história de vida de alguns jovens assentados, MST, assentamento, acampamento e reuniões de Associação fizeram parte dos cenários vividos, algo bem diferente de um jovem criado em uma grande cidade,

que apenas assiste na TV a espetáculos do noticiário que mostram pessoas com foices nas mãos, bonés nas cabeças, empunhando bandeiras vermelhas.

“Pessoa pobre não deve entrar na sociedade”. Esta fala reflete bem o embate social que ocorre, um embate velado, muitas vezes aceito, outras vezes não perceptível, naturalizado, transformado em normalidade com a força do cotidiano. Esse embate revela que a luta pela cidadania precisa conquistar mais espaço, mais visibilidade, mais “adeptos”. A luta pela cidadania não é restrita à luta pela terra, mas perpassa todas as outras lutas, é bandeira de todos os movimentos sociais, da sociedade e do governo. Apesar de ser de todos, é uma luta difícil, pois é nas brechas do cotidiano que os entraves se mostram, que há os deslizamentos, que a referência a “todos” contempla apenas alguns, mas é também nesses pequenos momentos que as mudanças acontecem, que os laços do respeito e da solidariedade se estabelecem.

***“Me diz uma coisa assim, quando as pessoas, quando tu ver na televisão as pessoas que estão assim nos sem-terra, que estão acampadas, o que é que tu pensa a respeito?”***

*Que um dia, meu pai, meus pais já fizeram isso um dia.*

***E tu pensa, tu acha, tu lembra deles então, né?”***

*Eu lembro deles, eles já fizeram isso. Aqui também já foi isso um dia. Que aqui era uma fazenda, não tinha ninguém aqui, eu não sei como foi a história daqui, não posso falar muito. Ai eu sei que vieram para cá, ai, também não sei muito negócio de sem-terra. Vieram para cá, ficaram aqui, não sei se foi o governo que liberou as terras, eu não sei também, eu moro aqui e não sei, tá vendo? Pouca vergonha.” (Gilson, 16 anos, estudante)*

Os jovens cujas famílias acamparam, mesmo não tendo vivido a experiência de acampamento como suas famílias e mesmo sabendo pouco sobre a sua história e a de seus familiares, adquiriram um sentimento de respeito em relação à situação do acampamento. Este é visto como uma fase difícil que muitas pessoas têm de passar por não terem outras possibilidades, um ato de conquista por melhores condições de vida e que teve como resultado a situação em que estão hoje: “porque, olhe, [hoje] a gente não sofre é tanto. É assim, é fartura. (...) Minha mãe trabalha, meu irmão também. (...) Todo mundo tem seu salário.”

*“Sei. É porque... A gente mora assim porque, não é porque a gente quer. É porque a gente, antes de ir morar numa barraca, a gente viveu uma vida assim, quase miserável. Eu não cheguei a viver isso não porque minha mãe sempre trabalhou e nunca deixou isso acontecer. Mas... É, tinha que pagar*

*aluguel que era muito caro. Aí viemos pra cá pra ter nossa coisa própria. A gente passou muitas dificuldades. A gente até passou fome. Só tinha arroz pra comer. A gente ia pro colégio pra comer. (riso) Mas hoje tá todo mundo melhor. Sorte que tinha um governo que era bom, que era o governo do... Brizola. Ele mandava comida pra gente. Se a gente não tivesse no governo dele, a gente tinha morrido de fome, porque não tinha dinheiro pra comprar comida, eles que mandava comida para cá.” (Margarida, 19 anos, estudante)*

A vivência do acampamento proporcionou aprendizado aos jovens, possibilitando a construção de uma visão em que os acampados estão lutando por direitos, estão conquistando aquilo que, de outra forma, não conseguiriam e, nesse sentido, alimentam uma força para defender das críticas as pessoas que estão nessa situação, pois essas pessoas, em um certo sentido, são os próprios jovens.

*“Lembro. Com certeza eu lembro. E tem muitas pessoas que falam: ‘ah, sem-terra!’ Não sei o quê. Invadindo terra, não sei o quê. Não, eles estão ali lutando pelo ideal deles. A pessoa fala assim: ideal nada, pegar terra dos outros! Ideal bom! Você acha engraçado, por isso que você tá assim, morando em cidade, você paga aluguel, paga conta de luz, paga água, paga tudo, achando engraçado? Eles ficam olhando assim sem graça! Quando a gente defende, né? Porque a gente sabe, né? Porque a gente já passou por isso e podemos ver. Se cada um deles passasse pela mesma experiência nossa, não ia ter essa opinião que eles ficam falando. (...) Estão no caminho, no caminho certo de conseguir, é... de conquistar aquilo assim como nós conseguimos conquistar, seu espaço, né?” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Mesmo uma das jovens que está desde criança no assentamento, mas que seus familiares não participaram da ocupação e, talvez por isso, ela não tenha clara a relação direta entre assentado e sem-terra, não se identificando com os “sem-terra” e nem com os acampados, a visão que tem do acampamento é que este é a única alternativa que resta para “essas” pessoas. É interessante ressaltar que não há uma identificação com ambas situações: sem-terra e acampados, manifestando a visão de alguém que opina sobre um problema social, que analisa fatos de uma situação, mas que essa análise tem como conclusão uma visão intermediária de que os acampados ocupam por falta de opções e de apoio dos órgãos governamentais, mas que, por outro lado, o governo não tem condições de apoiá-los. A concepção de que *o governo não tem condições de apoiá-los*, reproduz o discurso do governo, mostrando condescendência com a posição do presidente Lula que pede tempo para que suas propostas sejam desenvolvidas e tornem-se perceptíveis na vida do cidadão comum.

*“Eu penso assim, que... pôxa, eles têm os motivos deles para fazer o que estão fazendo dessas invasão de propriedade, não sei o quê. Mas eu acho*

*assim que não é totalmente certo. Mas tem gente que, esse negócio de latifúndio, como é que é o nome...? (...) Exatamente. Improdutivo, latifúndio improdutivo. Isso parece que o governo desapropria para distribuir, para o pessoal assentar. Eu acho que o governo devia, sei lá, eu sei que o Brasil tá muito quebrado, não dá pra você chegar, porque não resolveu a maioria dos problemas agora, entrou prometendo mundos e fundos e não fez nada. O país, o país, o país não tá bem pro cara chegar, em menos de um ano de mandato, e começar a fazer tudo porque ele prometeu, mas ele ainda tem mais uns 3 anos ainda para fazer. Eu acho que ele deveria tentar fazer o máximo porque essa gente tá aí, o maior tempão, assim oh! [gesto, estalando os dedos]. Querendo um lugar para morar, tendo que invadir, muita gente morrendo, vendo, vendo, é filho correndo de tiro, que peão de fazendeiro dá por aí. Porque eles, assim, a própria violência é uma coisa triste, mas “pô”, mas se não têm onde morar, se não têm onde morar, não têm como produzir. Se não têm como produzir, não tem como vender. Se não tem como vender, se não têm como comprar, vai comer como? Né? Fica uma coisa que você não sabe que quem é ruim ali. Porque, o governo, o governo não faz nada, o governo também não tá podendo fazer nada. Os sem-terra invadem, mas eles não podem ficar por aí, esperando, sei lá, vir, ou, ou acontecer um milagre, e começar a cair comida na cabeça deles e começar a aparecer terra pra eles. Não existe. Não tem como! Não existe mais um mundo de fantasia, não dá pra pensar isso em pleno século XXI. (...) É, porque não tem mesmo, o que é que eles vão fazer? Eles estão querendo viver, estão querendo produzir e eles não têm ninguém pra, assim, fazer alguma coisa que desse mesmo para tentar resolver o problema deles, só resta, a última medida que eles têm para poder tentar sobreviver é invadir. Não estão completamente certos, não estão completamente errados, são no meio, estão no meio das duas coisas.” (Luana, 14 anos, estudante)*

Já em relação à violência, a visão é de que esta não deve acontecer, que o diálogo deve intermediar os contatos com os “sem-terra” e que estes perdem a razão se agirem com violência. Contudo, parece não estar claro de onde se origina a violência que há na fase do acampamento, se por parte dos policiais e fazendeiros ou se por parte do MST. Nesse sentido, fica evidente que a percepção que os jovens assentados têm a respeito da violência não é construída apenas pela experiência vivida, mas também pelo que é transmitido pela mídia, e menos com o que é passado pelos movimentos sociais ligados à questão da terra.

*“Sei não. Sei lá. Tudo, sei lá, conversando talvez eles se entendiam. Mas eles não, já partem para a violência... (...) Os policiais também talvez, ou o próprio do MST também pode ser, não quer conversa, quer logo na agressão.” (Rosa, 15 anos, estudante)*

*“É muito triste, né? Sei lá, porque muitas pessoas realmente não têm onde morar, onde viver, aí tá ali pra ver se consegue um pedacinho de terra pra morar com sua família. Aí, você, sei lá, é violentada, muito triste, né? Não sei...” (Rosa, 15 anos, estudante)*

*“Eles podem, a minha opinião, eles podem ficar acampados, mas não pra violência. Se partir para a violência, querer pegar as coisas à força, sem esperar pela justiça, pelo governo para fazer os... como que vou explicar? Fazer o negócio todo aí, que eu não sei explicar. (riso)” (Gilson, 16 anos, estudante)*

*“Eles estão assim, vão assim na questão, de quando eles ficam guerreando contra o outro, dando tiro um no outro, né? Mas quando assim eles acampam assim pra conseguir conquistar uma terra, eu acho legal, né? Porque assim o Brasil é um país rico tem bastante terra, mas concentrada na mão de poucos. Que muitos têm, muitos fazendeiros que conhece mais a fazenda, pra conhecer a fazenda tem que entrar dentro de um avião e sobrevoar sobre ela pra ver de tão extensão, de tão espaço, tão grande que é que de carro não seria visível de ver um lugar assim, tem que entrar no avião e sair conhecendo. Tem muito boi, essas coisa assim, e com isso, muitos aí tão desmatando a floresta pra construir, construir pasto, né?” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Como a violência presente no campo tem uma forte relação com as ocupações, os acampamentos e as ações dos movimentos camponeses, o tema merece aprofundamento. Segundo índices divulgados pela Comissão Pastoral da Terra, ocorreram, em 2002, 743 conflitos no campo, incluindo conflitos pela terra, em ocupações e em acampamentos, e 43 assassinatos de trabalhadores rurais. Para essa entidade, que desde da década de 70 acompanha esses conflitos registrando-os em publicações com dados estatísticos e históricos, a violência sempre parte dos fazendeiros, de capangas contratados por esses, ou ainda da polícia e, geralmente, a maioria dos mortos, presos ou feridos são os trabalhadores rurais. Para Comparato (2000), *“sem a presença do MST, o número de mortes no campo seria, provavelmente, muito maior.”* (p. 56)

A violência também está vinculada com os tipos de relações que secularmente têm-se estabelecido no campo. Para Martins (1997), a hierarquia que há entre patrões e empregados, cujas relações são baseadas no autoritarismo, em favores e no personalismo, bem como as precárias regularizações do vínculo trabalhista rural, são responsáveis pelo atraso brasileiro tanto na questão social, quanto na produtividade, tendo reflexo em outras áreas, como a educação, a saúde e os problemas urbanos, como favelas e violência.

Comparato (2000) menciona ainda a existência de um *“sistema de dominação pessoal”* que é muito mais eficaz do que a escravidão, constituindo em uma dependência que subordina o sujeito a um regime de servidão, onde nem o desejo de

liberdade, como ocorre na escravidão, é alimentado. Os laços que prendem o trabalhador são de gratidão e fidelidade em troca de “favores” e proteção.

Contudo a torcida é grande:

*“E quando você vê, João, na televisão, de vez em quando passa, não passa? Passa assim o pessoal acampado, você acha o quê? O que você lembra?”*

*Torcer por ele.” (João, 17 anos, estudante)*

As imagens da TV de cenas de acampamento, de violência, de ações e de manifestações dos trabalhadores rurais na maioria das vezes ligadas ao MST, também têm ajudado o jovem a formar sua opinião, geralmente com uma imagem negativa do movimento, como também com elementos que dizem respeito a sua história, às lembranças vividas ou contadas pelos familiares ou mesmo receios e medos do que foi vivido e de que os jovens nunca ousaram perguntar.

*“Eu não sei, eu creio, pô, eu sei que foram dificuldades. Mas quais dificuldades, eu não sei. Talvez frio... é... sei lá. Algumas, a gente vê nesse movimento de sem-terras que policiais batem em algumas pessoas. Sei lá, talvez isso, né? Fome talvez não, porque cada um se ajudando não tinha como, ou talvez sim, não sei.*

*(...)*

*Às vezes, eu penso porque será que foi desse jeito ou não? Sei lá, talvez sim, talvez não, aí eu fico em dúvida.” (Rosa, 15 anos, estudante)*

Segundo Comparato (2000), o MST constitui em um dos principais atores políticos no cenário nacional e uma das características que o distingue dos demais é a não necessidade de intermediação dos deputados para que suas posições cheguem até o Presidente da República. Dessa forma, é o único movimento social que é recebido diretamente pelo Presidente e pelos Ministros de Estado em audiências públicas, sem utilizar intermediários. O objetivo das ações do MST é pressionar o governo a promover uma política de reforma agrária e, neste sentido, é imprescindível ter o governo como mediador e realizador de suas reivindicações, mesmo que em suas estratégias o governo esteja ocupando o lugar de adversário político principal.

A partir desta leitura do movimento, Comparato (2000) analisa o embate político que se estabelece através da comunicação de massa entre o governo, o MST e outros atores do cenário político e conclui que as estratégias de enfrentamento utilizadas pelo movimento têm como um dos principais recursos a utilização da mídia. Assim, os símbolos da luta como a foice, a bandeira, o boné e as camisas fazem parte do cenário



que a mídia necessita para dar visibilidade às suas ações, chamar a atenção de toda a sociedade para aquela questão e pressionar o governo para que suas necessidades sejam atendidas. Assim, o MST sabe que na sociedade dos espetáculos, a maior repercussão é gerada não pelo tamanho da ação em si, mas pelo tempo que é ocupado nos meios de comunicação, e, neste sentido, diz o autor:

*“Dessa maneira, os estrategistas do MST sabem muito bem que um acampamento à beira de uma rodovia tem muito mais visibilidade do que no interior das terras, do mesmo modo que montar um acampamento provisório em frente ao palácio do governo ou diante de órgãos do governo ou agências bancárias garante presença no noticiário da televisão e nos jornais. A ocupação de prédios públicos ou a concentração de militantes em frente à fazenda da família do Presidente da República, por sua vez, garante um lugar de destaque na imprensa, enquanto durar a mobilização.” (Comparato, 2000, p. 138)*

Em relação à percepção de como os meios de comunicação tratam o MST, questionamos uma das jovens que é militante do movimento, que nos respondeu que a mídia sempre tem tentado transmitir uma imagem negativa do movimento e que, nos últimos meses, o MST tem sido usado como uma das maneiras de abalar o governo atual do PT.

*“Acho que mudou, né? (riso) Acho que a gente meio que virou tiete de televisão, né? No governo Lula. Mas a mídia sempre trabalhou como uma forma de desmoralização do MST, bando de baderneiros, isso e aquilo, bá, bá, bá, bá, ba. No governo Lula, ela trabalhou uma forma de difamação do governo mesmo, porque é um governo de esquerda. Com todos os problemas que nós da esquerda temos com Lula, com certeza o pessoal da direita tem muito mais. O MST, nesse último período agora, a única coisa que acredito que tem tirado o MST da mídia foi Bagdá nas últimas ações, porque é uma forma de difamar mesmo. As ocupações de terra cresceram três vezes, hoje se tem três vezes mais ocupações de terra...” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

Segundo Comparato (2000), a estratégia utilizada pelo governo, que na época da pesquisa tinha como Presidente Fernando Henrique Cardoso, era de tentar criminalizar o movimento, associando a imagens de violência, baderna, desrespeito à lei, a constituição, ao direito de propriedade, desqualificando, dessa forma, as ações do MST enquanto movimento social, minimizando sua importância e tentando associá-lo a concepção de movimento criminoso.

Esta concepção de que o governo e, conseqüentemente, as elites representadas pela força dos meios de comunicação têm tentado criminalizar o MST também é

compartilhada por Romão e Pacífico (2003). Estas pesquisadoras analisam o discurso de reportagens veiculadas em vários meios como jornais, revistas e sites sobre o fato ocorrido em julho de 2003 em que o Presidente Lula coloca um boné do MST.

*“Sim, porque o Lula coloca boné de todo mundo, quando coloca do MST isso vira notícia de jornal três dias na semana, né? Quando tem uma reunião com MST isso vira notícia de jornal, quando tem uma ocupação tá na primeira página de jornal, uma coisa que a gente sempre fez, né? Há 20 anos a gente faz ocupação e nesses últimos seis meses vira capa de primeira página de vários jornais no mesmo momento, né? Então é uma também forma de difamação e difamar o Movimento Sem-Terra, com certeza tem sempre esse objetivo quando passa na mídia, só numa mídia alternativa, um jornal universitário, uma revista alternativa de esquerda que passa uma opinião certa do que é o MST.”* (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)

“No lugar de Presidente com o boné do MST” é o nome do artigo dado por essas autoras que faz uma análise dos termos utilizados nestas reportagens, concluindo que há uma tentativa de associar a ação do Presidente com o considerado movimento “sem-lei”, da desordem, movimento criminoso, da ilegalidade, produzindo no leitor uma associação do presidente com a imagem negativa do MST. Assim, elas dizem:

*“A imagem do presidente de terno e gravata, vestido formalmente e ocupando uma sala no Palácio da Alvorada, se contrapõe ao boné vermelho, tão usado nos barracos de lona preta, onde famílias inteiras insistem em sobreviver como refugiados dentro do próprio país. Está montada a radiografia da desigualdade: o confronto entre posições de classe, que tem como metáfora o corpo de Lula. Na cúpula política, incorpora-se um símbolo de base. O boné tatua a marca dos silenciados; dos que tiveram sua vez negada; daqueles que não são ouvidos fora do período eleitoral e cuja dor sempre pode e deve ser adiada. Pensamos que, dialeticamente, o boné inclui na cabeça presidencial os que são excluídos – seu fiel e histórico eleitorado – na mesma proporção em que promove a expulsão de Lula do lugar da credibilidade e confiabilidade por parte dos representantes da classe dominante. Para sintetizar, a fotografia condensa o jogo de poder derivado da luta de classes, e só a referência a este termo cunhado pela teoria marxista já provoca celeuma nacional.”* (ROMÃO E PACÍFICO, 2003, p.7)

Apesar de São Domingos encontrar-se em uma fase de declínio em relação a sua participação política, encontramos alguns jovens assentados que são militantes do MST ou que em algum momento tiveram relações mais próximas com o movimento, seja participando de cursos em uma de suas escolas de formação, seja participando das manifestações promovidas pelo movimento. Entre os que tiveram contato e que hoje não são militantes há fortes críticas, enquanto aqueles que militam têm uma posição de valorização do movimento e de identificação com seus princípios e objetivos. Contudo,

ambos os grupos expressam que a vida no MST é bastante intensa, as exigências pessoais são muitas e tudo é tratado com bastante rigidez, requerendo entrega à militância e desprendimento do cotidiano vivido fora do movimento, acarretando, assim, um grande desgaste pessoal.

*“(riso) Boa. Eu gosto muito da vivência que eu tive. Mas é uma vida muito difícil também, né? É uma vida..., o cotidiano do MST suga toda as energias positivas e negativas juntas. (riso) Mas é uma coisa boa, é uma coisa que é necessária, eu acho que o Movimento dos Sem-Terra é necessário, é uma coisa necessária para o país. Existe muita gente miserável nesse país, existe muita terra produtiva que não é feito nada. Eu acho que é uma coisa necessária acima de tudo, acima da utopia, acima da organização, acima de todas as coisas que se falam. A primeira coisa que eu acho é que é uma coisa necessária, e como é uma coisa necessária existe a necessidade de ter pessoas trabalhando nisso, né? No governo, até hoje, no governo passado pelo menos, não sei como vai ser esse governo, porque é um governo muito novo e muito difícil, não é? Mas até o governo passado não existia nenhum trabalho voltado para a questão da reforma agrária, voltado para a questão da agricultura, e isso foi se tornando necessário se ter um movimento social, com a quantidade de miseráveis que tinha o país. Eu acho que... não só pela necessidade que eu trabalho no Movimento Sem-Terra, mas também por gostar, por achar que a gente pode ter uma nova sociedade, com uma nova educação, uma nova saúde, um jeito de viver mesmo ou não, uma forma de vida numa nova sociedade. É uma coisa que eu acredito, é uma coisa que eu confio. Como eu te falei, eu hoje ainda acredito no ser humano, por mais difícil que seja a gente se tornar crédulo na raça humana, mas eu ainda acredito que o ser humano, com novas oportunidades, a gente pode ter uma nova sociedade. Então, foi uma vivência diária mesmo, com ocupação de terras, morar em acampamento, trabalhar a produção, trabalhar a saúde, dar aula, trabalhar essa questão de produção orgânica, discutir com as pessoas mesmo a melhor forma de trabalho, ver as linhas políticas, a discussão no dia-a-dia, dos maus e dos bons momentos do dia-a-dia.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

É importante considerar, no relato acima, que foi a partir da militância no MST que houve a clareza do que seja um acampamento e assentamento, e não por morar em um assentamento. O fato de viver em um assentamento, mesmo sua família não tendo participado da ocupação por já morarem na fazenda, não bastou para a jovem ter uma compreensão do que se tratava. Isso evidencia a importância de se estar sempre produzindo sentidos para o cotidiano, deste ser considerado como algo também a ser aprendido, de se disponibilizar espaços para discussão e elaboração da vivência diária, espaço para compartilhar e para fazer histórias.

*“Sim, porque eu vi o acampamento e tal. Mas, depois se tornou uma coisa distante, então, mas eu tinha noção que era um assentamento, que veio de uma ocupação de terra e tal. Mas depois que eu conheci o MST foi que eu*

*entendi melhor o que que era sem-terra.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

Para finalizarmos a discussão sobre o MST, colocaremos um depoimento que aborda o espaço que os jovens têm ocupado nos trabalhos, nas percepções e nas perspectivas do MST, para depois passarmos a discutir a temática fim deste estudo, que é os jovens de São Domingos.

*“Acho que a gente tem uma, o MST nasce a partir de uma necessidade. Tá. Necessidade pela terra. Depois o MST vai começando a prestar a atenção que precisa se organizar melhor, a terra por terra não é nada. Tem necessidade da moradia, necessidade da educação, então quando a gente chega na educação e formação a gente vê que a gente tem as crianças, adolescentes e jovens, né? São os mais difíceis de trabalhar. (...) A gente tenta trabalhar os grupos, organizar os grupos de jovens, organizar os centros de discussão, a gente tem os cursos de formação só pra jovens, prolongados, são cursos de três meses para formação política e de vivência também, né? Conhecer melhor o MST, temos também os encontros de jovens onde entra as discussões políticas, a realidade do assentamento, que é que eles podem fazer, o que é que eles podem trabalhar e... é, também... encontros... Também temos vários projetos voltados pra juventude do MST, acho que agora até se pegou agora, acho que, com essa coisa de ocupação de terras, a gente até que meio que se perdeu nessa, no último ano pra cá que a gente vem voltando mesmo para a questão da formação. Porque a gente fez assentamentos nesses últimos 20 anos, o MST está fazendo 20 anos agora esse ano, a gente fez, fez, fez assentamentos, foi crescendo essa criançada aí. E agora tem uma porrada de jovens nos assentamentos que tá afim de ir pra cidade, não tá afim de continuar, não entende a luta dos pais e tal. Então, a gente tá voltando mesmo pra dentro dos nossos assentamentos, não só trabalhando com a juventude, mas com outros setores. Na juventude a gente tá voltado pra essa coisa, trabalhar a consciência, porque o pai foi pra lá, o que que hoje ele tem, né? Trabalhar mesmo essa questão da realidade na sociedade brasileira.” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

## 6.5. Os Jovens

*“Pô, aqui tinha jovem pra caramba!”*



*Figura 10 – Suelen, jovem de São Domingos trabalhando em casa*

Chegamos à temática central de nosso estudo: os jovens de assentamentos rurais. Tentamos explorar alguns aspectos que consideramos relevante para conhecermos a realidade dos jovens de São Domingos. Assim, além de abordarmos nas entrevistas questões sobre as histórias de vida, tentamos retratar o cotidiano dos jovens no assentamento, como o lazer, o estudo, o trabalho, as amizades, os namoros, bem como as perspectivas e os projetos de vida em relação a estes aspectos e, mais especificamente, ao assentamento enquanto local de moradia, trabalho e organização social, incluindo também as aspirações junto à Associação ou movimentos sociais do campo.

Iniciaremos tratando da redução do número de jovens no assentamento. Apesar dessa não ser uma questão proposta nos objetivos, foi algo que foi colocado pelos participantes ao longo do trabalho de campo.

*“(...) Pô, aqui tinha jovem pra caramba! Oh, de jovem que tá aqui agora é eu, conhece N, R e S? Só tem a gente, só nós quatro. Tem meu primo*

*também que mora lá fora. E B. Seis. O resto tá tudo pra fora, o resto tudo morando em Macaé.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola).*

Essa diminuição faz parte da dinâmica do assentamento, indicando a saída de muitas famílias presentes no projeto inicial e, principalmente, indicando um forte movimento dos jovens em sair do assentamento.

*“Uns [jovens] foram para Macaé, uns foram para Macaé, alguns saíram do sítio, foram embora com os pais, outros arrumaram família, alguns moram no centro, no centro não, nesses bairros mais afastados do centro. (...) Não se prenderam aqui não, acho que é mais por falta de opção, de não ter o que fazer, né? Acho a parte dos jovens assim é meio sem opção. Acho que a maioria das associações, é difícil fazer um trabalho com jovens, assim os jovens é meio difícil.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

Esse primeiro dado é central no trabalho para entendermos as perspectivas e possibilidades dos jovens no assentamento. Estaremos, então, contrapondo com as condições existentes no assentamento e tentando compreender como a comunidade, principalmente a Associação, tem lidado com essa camada de sua população, que é a juventude. Nesse sentido, por que alguns jovens permanecem no assentamento e, quando questionados se gostariam de ir morar em outro lugar, respondem que não?

*“Alguns é porque gostam daí (de São Domingos), trabalham, trabalham, tem um mercadinho ali, eles trabalham no mercado. E, esses gostam daqui mesmo.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

O que será que faz com que alguns jovens optem pela permanência no assentamento, o que faz com que eles gostem de São Domingos, quais são seus argumentos?

*“O que é que fez? É... as amizades que eu fiz, né? As crianças, a maioria já foi embora, que os pais já foram embora de Conceição, outros já, é... assim, foram saindo daqui de dentro pra morar na cidade. Outros iam pra fora, pra morar em Macaé, mais distantes. Outros até voltaram pra onde vieram, pra Itaguaí, pegaram o sítio, venderam, né? Ai o que fez a gente gostar foi a amizade, que a gente foi adquirindo com um certo tempo, né? E assim, amizade no colégio, das pessoas daqui que foram aprendendo a gostar da gente e os professores também, que tinha uma grande admiração por a gente, por nós termos vindo pra cá assim, como se diz, com a mão abanando, né? Ter conquistado, né? Com a honestidade. Isso.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Segundo esse jovem, a amizade é o que sustenta a escolha por morar no assentamento. Contudo, para alguns jovens como esse, de quem colocaremos mais uma citação, há algo mais que o prende em São Domingos do que a amizade pelas pessoas.

Há uma forte ligação com o lugar, com a história e trajetória trilhada. O lugar é símbolo, reflete a conquista, a admiração e o orgulho de ter chegado com “a mão abanando” e ter conquistado não só melhores condições de vida, casa, terra, trabalho, mas ter conquistado a amizade das pessoas, o respeito e a admiração de outros.

*“Ah, que aqui é maravilhoso! Que... que o lugar que aprendi a viver, é um lugar onde que se pode, melhor lugar que existe pra educar um filho, né? Porque, assim, sem dizer a higiene mental que você tem, é... também é... falar das recordações das coisas que eu passei aqui, de quando eu, da minha partida, de lá pra cá, até onde a gente tamos hoje.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Mais uma vez podemos dizer que a mística, o vínculo afetivo, a representação de São Domingos para os jovens e a história vivida são os elementos que compõem o laço com o assentamento. Contudo, isso indica também o grau de integração que a comunidade tem alcançado com seu entorno, com a cidade de Conceição de Macabu. Assim, essa integração pode ser considerada como mais uma conquista do assentamento, podendo ser também observada quando perguntamos aos entrevistados sobre como são os jovens. O primeiro entendimento é que os jovens se referem aos jovens de Conceição de Macabu e não exclusivamente aos de São Domingos. E assim, eles respondem:

*“Ah, tem jovem que é meio doidado. Não pensa no amanhã, só pensa no agora. Só quer se divertir, não trabalha. Não. Você tá falando daqui ou da cidade? Eu tô falando no geral. Aí, os jovens daqui só pensa em ferra. Só pensa o que tá acontecendo agora, o que... o que tá acontecendo amanhã não tão ligando. Só quer se divertir. Para você ver, os jovens daqui são tão doidado que 90% dos jovens de Conceição usam drogas.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

*“Os jovens... tem alguns que são bastante assim,... como se diz... sei lá! Deixa eu ver... bastante... farrista, vamos dizer. Sei lá. Também faz parte, mas nem tanto. Alguns se envolvem com drogas. Alguns, não são todos não, sei lá.” (Rosa, 15 anos, estudante)*

E quando pedimos para eles falarem dos jovens de São Domingos, eles dizem que são jovens responsáveis, mais trabalhadores do que os jovens de Conceição de Macabu.

*“É,... oh, quando os que eram daqui, porra, todo mundo trabalhador, todo mundo sangue bom, todo mundo maneiro. Todo mundo rala na roça. Tem algum, né? Que eram, aqui só tinha dois irmãos, que eles eram ruim de botar a mão na roça. (...) Eles estão morando em Macaé. Eles têm uma*

*vida melhorzinha, eles nunca trabalharam igual a gente.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

A população de São Domingos, incluindo os jovens, conseguem encontrar alternativas de trabalho em Conceição de Macabú, diferindo da realidade estudada por Vieira (2002) de jovens de assentamentos na Paraíba que, por falta de perspectivas de mercado de trabalho, aspiram o retorno às cidades.

*“Pra você ver, eles tão tudo, um trabalha na loja em Macaé, outro trabalha de segurança, dois trabalham no Mc Donald’s, eu trabalho na ..., todos eles trabalham. Tem uma galera, todo mundo trabalha.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

Um dos elementos apresentados por Vieira (2002) que justifica o desejo dos jovens de sair do assentamento é a insatisfação com o mesmo, atribuída às dificuldades que a comunidade vive. Comparando estas comunidades, São Domingos apresenta condições de vida muito superior à realidade do assentamento Padre Gino na Paraíba. Esta diferença deve-se, como já foi ressaltada anteriormente, às conquistas que esta comunidade já alcançou ao longo de sua trajetória. Quando abordamos estas questões com os jovens de São Domingos, observa-se que os jovens sentem-se satisfeitos com o lugar onde vivem, até mesmo entre os que chegaram mais recentemente de uma outra realidade, expressam que gostam de São Domingos e que a vida na comunidade superou suas expectativas, com algumas ressalvas como está explícito no relato abaixo.

*“(…) Eu gosto daqui, assim, formar as amizades, eu gosto daqui, mas tem certos problemas, né? Desse tipo de você não poder, assim, confiar; você, você não pode falar: ‘Ah, aquele ali é meu amigo’, porque você nunca pode ter um amigo em Conceição. Apesar de ser um lugar, um, apesar de ser um lugar bem tranqüilo, bem calmo, em nada parece.” (Pedro, 17 anos, estudante, família adquiriu o lote recentemente).*

O argumento do jovem de não poder ter amigo em São Domingos está relacionado com as vantagens e desvantagens que o mesmo encontrou na nova vizinhança. Entre as vantagens, o jovem cita a hospitalidade das pessoas, o fato de todos se cumprimentarem, mesmo os desconhecidos; o aumento da quantidade de amigos e das saídas para diversão, apesar da cidade não dispor de muitas opções de lazer; em contraponto, a grande dificuldade que tem encontrado é com o hábito da fofoca, bastante tradicional nas pequenas cidades, onde todos se conhecem e comentam a vida de cada um.



*“Ah, aqui é o povo, pessoalmente, que eu não gosto muito por causa do jeito do pessoal aqui. Pelo seguinte: pelo pessoal, assim, querer se envolver muito na vida dos outros. Passar a cuidar muito da vida dos outros. Isso, todo lugar tem, mas aqui, por ser uma cidade menor, acontece em maior quantidade, você fica sabendo mais ainda, entendeu? Em R. O., por ser uma cidade maior, tem fofoca também, mas é menor, é menos fofoca, o pessoal é mais fechado, não quer... vive a vida normal; aqui não. Aqui o pessoal gosta muito de explorar a vida dos outros, entendeu? Por isso que eu acho diferença entre as cidades, a pessoa, a pessoa das cidades.*

*(...)*

*Diferente? Ah, aqui tem uma parte boa também: a hospitalidade dos outros, todo mundo trata a gente muito bem; lá em R. O. não é assim. Lá em R. O. as pessoas são mais secas, né, uma pessoa mais... eh, não é comunicativo. Aqui, você reparou, você passa por todo mundo, todo mundo levanta a mão, te cumprimenta sem te conhecer. Quando a gente vem pra cá, a gente até se assusta, né? Lá em R. O. não acontece esse tipo de coisa. Lá você consegue ter pessoas mais de confiança; aqui não.*

*(...)*

*Porque lá, você, você, quando você não conhece, não, ninguém fala com você, ninguém passa por você, te cumprimenta, mas depois que você conhece, você consegue conquistar uma confiança maior. Aqui, não, você já conhece todo mundo. Não tem como conquistar a confiança de uma pessoa, porque a pessoa me conhece, conhece outra, vai conhecendo todo mundo. Não adianta, eu vou falar as coisas pro outro e rola fofoca. Aí, você, não adianta você contar coisa muito importante da sua vida pra essa pessoa, por causa da... desse tipo de... maneira que a pessoa vive aqui, né?” (Pedro, 17 anos, estudante)*

Em relação às amizades, há alguns vínculos que estão firmados desde a infância, cujas relações são mais próximas, e há outros que se estendem para além do assentamento, apontando todos também para a questão da integração da comunidade com a cidade de Conceição. Contudo, há depoimentos que colocam como uma das dificuldades de permanência no assentamento o fato de muitos jovens, considerados amigos, terem saído de São Domingos.

*“Cara, esse é o motivo também, nossos amigos da infância ou tá casado ou mora em Macaé, trabalha em Macaé, acaba a gente ficando meio sozinho. Só tem mais as pessoas mais de idade. Antigamente, pô, quando dava tardinha, juntava aquela galera, ia tudo jogar bola. Final de semana ia tudo pra rua, pra as festas. Hoje em dia tá tudo separado. Alguns casaram, alguns moram em Macaé... outros moram no Rio. Aí acabou também, fica chato.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

Já na questão de namoro, praticamente todos falam que em São Domingos “as pessoas ficam, né? Não é muito de namorar.” Namoro é algo mais sério, implica em uma responsabilidade e visa ao casamento. Já ficar...

*“Ficar por aqui é você ficar com a menina e não ter compromisso, sabe? Você ficou naquela hora, naquele dia, e pronto. Acabou. Depois você pode talvez, ficar outra vez, mais ficar é namorar sem ter compromisso.” (Gilson, 16 anos, estudante)*

Os conceitos do que sejam “namorar” e “ficar” não se diferenciam da juventude contemporânea das cidades e grandes centros. Neste sentido, observamos uma aproximação com as práticas e preferências dos jovens macabuenses por padrões cariocas como os bailes funks que acontecem nos finais de semana e que os jovens de São Domingos costumam freqüentar.

Observamos também que o lugar de destaque social conseguido com o casamento pelo jovem no assentamento da Paraíba, estudado por Vieira (2002), não tem a mesma representação em São Domingos. Percebemos, pelas visitas às famílias e pelos jovens que estabelecemos contato no assentamento fluminense, que os casamentos acontecem mais tardiamente, havendo indícios de um menor número de casos de adolescentes grávidas, quando se compara à realidade do assentamento na Paraíba.

Esta parece ser uma diferença cultural que pode está associada a realidades regionais, pois como é colocado por Borges et al (2000), os namoros vividos pelos jovens de assentamentos na Paraíba são muitas vezes escondidos dos pais, que muitas vezes os obrigam a casar. Assim, alguns jovens utilizam da tática da “fuga”, “dormir com o namorado” ou na casa deste, como meio para viabilizar o casamento. Neste contexto, é muito comum ver famílias bastante jovens, adolescentes grávidas que interrompem o projeto de estudo para serem mães e donas de casa.

Em relação ao projeto de estudo, percebemos que a maioria dos jovens de São Domingos conclui o ensino fundamental e boa parte termina o ensino médio. Apesar de não termos índices para realizar comparações mais precisas, o nível de escolaridade dos jovens em São Domingos também sugere ser maior em relação aos jovens dos assentamentos na Paraíba, demonstrando que o projeto de estudo é priorizado pelos jovens do assentamento fluminense em relação à constituição de família. Ressalta-se, ainda, que o contexto de São Domingos por dispor de uma Escola Agrícola, torna-o privilegiado em relação às condições dos jovens assentados na Paraíba que nem sempre dispõem de transporte público e têm que andar vários quilômetros até chegar à cidade onde as escolas estão localizadas.

O lazer que os assentados de São Domingos usufruem está de acordo com o lazer proporcionado por Conceição de Macabu, que, como toda pequena cidade, não oferece muitas opções à sua população. Por outro lado, comparando com o lazer disponível na maioria dos assentamentos, podemos dizer que São Domingos é privilegiado por dispor de transporte, proximidade e boa relação com a zona urbana. Assim, alguns jovens comparam com sua vivência em cidades maiores e consideram Conceição e, conseqüentemente, São Domingos com poucas opções de lazer.

*“Sair, ir jantar, essas coisa assim. Nada demais, não. Você já foi lá no centro pra você ver o tamanho do quê que é?”*

*(...)*

*“Não tem quase nada, é muito pouco. Só tem bares, essas coisa assim, mais, mais nada.” (Pedro, 17 anos, estudante, família adquiriu o lote recentemente)*

Há depoimentos que se contradizem, inicialmente afirmando que sempre há alguma festividade em que a comunidade participa, mas queixando-se depois de que as opções para se divertir são poucas. Percebemos nesses depoimentos que não há uma distinção clara entre o lazer proporcionado por São Domingos e por Conceição.

*“É... Até o meio do ano tem. Tem exposições de Macaé, de Cordeiro, de Conceição, que já foi. Tem um monte de festa.”*

*(...)*

*(...) Assim... Mais ou menos. (riso) Aqui quase não tem nada assim para se divertir, só assim, festa, atividades (...).” (Jovem de São Domingos, 19 anos)*

Quando se fala do lazer, eles se reportam ao lazer oferecido por Conceição de Macabu, pois utilizam o que a cidade oferece. A falta de opções de lazer que sentem é direcionada a Conceição de Macabu e não ao assentamento. Outros jovens colocam ainda que sentem dificuldades de conciliar o lazer com o trabalho: *“De lazer nada. Eu falei pra mamãe que eu trabalho, trabalho e venho pra casa. De lazer nada.”* Sendo este um discurso geralmente utilizado pelos cidadãos das grandes cidades, que por viverem muito ocupados com o trabalho que exercem, não usufruem das possibilidades que o retorno financeiro do próprio trabalho oferece.

Neste sentido, parece haver dois modelos de comparação, um diz respeito a São Domingos enquanto assentamento e outro a cidade de Conceição de Macabu, comparada às cidades da região. Como já apontamos anteriormente, em relação ao assentamento em si este se encontra com melhores opções que os demais, por sua população sentir beneficiada na mesma proporção que os moradores da cidade.

Provavelmente, em relação ao lazer, não haveria diferenças se os jovens macabuenses residentes no centro de Conceição respondessem essas questões. Entretanto, não deve-se deixar de considerar que o transporte e a distância para o deslocamento dos que residem em São Domingos é um fator que deixa a comunidade em desvantagem em relação aos que moram na cidade para usufruir com comodidade do lazer oferecido. Na maioria das vezes, as famílias participam mais massivamente quando a prefeitura disponibiliza ônibus gratuito que buscam e deixam os moradores de São Domingos. Esta disponibilidade de ônibus acontece, geralmente, quando há grandes eventos e a comunidade solicita transporte à prefeitura e, principalmente, quando há festas e comícios em períodos eleitorais, podendo haver até mesmo concorrência de ônibus contratados por adversários políticos que tentam com esta estratégia ganhar a simpatia e os votos dos eleitores, como pude presenciar em uma das visitas ao assentamento.

Contudo, há ainda outros jovens que, apesar das poucas opções, dispõem de veículo próprio e aproveitam bastante o que a cidade oferece, participando sempre de eventos e festas, sugerindo que não sente diferenças entre as opções que Conceição oferece e as de outras localidades.

*“Ah, eu saio final de semana. Isso aí é que eu queria parar de fazer, eu saio todo final semana e, se deixar, todo dia. Todo dia. É de faltar serviço. Essa semana mesma faltei cinco dias. Voltei ontem. Eu falei: não vou sair sábado, não. Aí tá bom, eu fui pra casa do meu, praticamente irmão, fomos criados junto, lá no centro. Aí ficamos jogando videogame, aí depois alugamos um DVD lá, ficamos assistindo, daqui a pouco: ‘vamo pra rua.’ Aí fomo. Aí eu falei: ‘puxa, eu tenho que trabalhar amanhã.’ Aí fomos pro baile, quando chegamos do baile era 6h, não vou trabalhar não. Chegou segunda-feira, eu vou trabalhar segunda. Aí eu olhei, feriado, não vou também não. Aí engatou até quinta-feira. (riso) Aí comecei ontem. Vou ter que parar com isso, ficar faltando serviço suja a carteira. Aí depois fica triste. Até que eu sou novo, ainda tem como tirar outra carteira, mas... ter uma coisa assinada é bom pra conseguir outro.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

E, por fim, outros colocam o lazer como algo a ser melhorado em São Domingos, que poderia até ser elo de ligação, encontro e comunicação entre os assentados. O lazer em assentamentos da Paraíba, exemplificado principalmente com o futebol, é algo bastante solicitado pelos jovens e apontado pelos pais, lideranças e profissionais que trabalham nessas áreas como uma questão a ser atendida nas comunidades. Além de melhorar a qualidade de vida dos jovens assentados, o lazer é pensado também como estratégia para contribuir com a redução de êxodo da juventude dos assentamentos (BORGES, MAFFIOLETTI e VIEIRA, 2003).

*“(...) Tem muita gente aqui que gosta de jogar bola, tem gente que sai pra longe pra jogar bola, aí fica assim. Acaba desanimando, né? Até pra assim, aproximar mais as pessoas, as pessoas se reunir, até mesmo assim pra pessoa, ah, vai ter reunião tal dia, a pessoa fica mais ligada e chamar também pra vir participar da reunião. (...) O que poderia melhorar, assim, que tivesse faltando que poderia ajudar mais os jovens a se aproximar aqui, é uma quadra de futebol.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

“Os jovens são muito desanimado (...)”, esta frase pode resumir a participação dos jovens tanto nas questões da Associação, quanto em reuniões e eventos promovidos por eles mesmos. Há um baixo envolvimento dos jovens nas atividades da Associação, com exceção das festas que sempre têm públicos maiores.

*“Muita não, mais ou menos. Conheço muito pouco [jovens]. Teria que ter assim um grupo de jovem, seria bom. Porque aí se reunia todos os jovens... conversar, poderiam conversar... Mas não tem...” (Rosa, 15 anos, estudante)*

*“Antigamente tinha o grupo de jovem da igreja; agora acabaram tudo, não tem mais nada.” (Taís, 16 anos, estudante)*

A grande queixa dos jovens em relação à diretoria da associação é por esta não os escutar, não abrir espaço para que eles participem, para que eles possam também discutir as questões do assentamento, incluindo suas visões. Assim, a participação dos jovens na Associação é bastante reduzida e preocupante. Alguns argumentam que a Associação poderia realizar atividades específicas para os jovens, atendendo a suas necessidades e dando abertura para que eles possam também participar das discussões e da organização do assentamento.

*“Mover mais assim os jovens. (...) Todo mundo saindo, indo trabalhar, aí ninguém pensa assim na associação. (...) É. Os mais velhos acham assim que só eles que sabem. (...) Poderia dar mais oportunidade pros jovens. Até mesmo a gente vai para a associação, para reunião, às vezes eles não dão oportunidade de falar. (...) Eles não fazem nada para atrair os jovens para ir na associação. (...) E quando vai lá para dar uma opinião, eles não gostam muito, aí eles nem vai.” (Margarida, 19 anos, estudante)*

*“Acho que eles não pensam muito não em relação aos jovens, pensam muito não. (...) Poderiam, acho que poderiam pensar mais. Assim, pela associação, a maioria das associações têm algum tipo de curso, alguma coisa assim. Aqui até tinha de costura, parou. Quer dizer que podia ter (...) Os jovens mesmo devem contar os que moram no assentamento, é muito pouco. Tinham mais, é muito pouco jovens que moram no assentamento.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

Contudo, os próprios entrevistados dizem que é complicado lidar com jovens:

*“Acho que os jovens é meio complicado, porque os jovens é muito... eles querem tudo muito na hora, eles querem tudo muito rápido, se não forem tudo naquela hora, daquele jeito, aí cada um tem um jeito. Se um não gosta de uma coisa, aí não dá mais, porque um não gostou. Acho que por causa das pessoas não entenderem mais os jovens que não dá certo.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

Apesar da jovem reconhecer em seu depoimento que há dificuldades em se lidar com jovens, esta concepção era um dos principais argumentos utilizados pelos pais e líderes das comunidades paraibanas para afirmarem que os jovens não se interessavam por nada e nada queriam. Assim, esta fala pode significar também a reprodução do discurso das lideranças da comunidade que tende a enxergar os jovens como inexperientes e com poucas contribuições a darem ao assentamento. Esta situação reflete também que há poucas habilidades entre os pais e as lideranças para incluir os jovens nas atividades organizativas do assentamento e da associação, como também mostra a força atrativa do que é externo à comunidade como a mídia, a diversão, a possibilidade de emprego e estudo, exercendo o poder de direcionar os jovens para outros interesses. Quando perguntamos qual a diferença entre eles e as pessoas mais velhas respondem:

*“A diferença é o compromisso que, que as pessoas mais idos..., mais idade têm mais compromisso do que os jovens. Tá certo que tem muito jovens, isso é de cada pessoa, tem muitos jovens que têm muito compromisso. Agora assim, a responsabilidade e o compromisso é mais das pessoas de idade, que os jovens tá ali começando, né? Aí tudo pra eles é na base da brincadeira, né? Aí...” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

E quanto ao que os jovens poderiam contribuir para o assentamento, explicam:

*“Por exemplo? As coisas que ele aprende assim, assim fora, né? Até mesmo no colégio, ele pode passar pra aquele adulto, assim explicar a ele como é que pode funcionar, até mesmo na área de plantar, pode explicar aquilo que ele está estudando em técnicos agrícola, saber como fazer um plantio direito, ficar ali, orientar a pessoa como deve ser feito, os espaçamentos, tud..., tudinho. O que ele pode ajudar é isso.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

### 6.5.1. Os jovens e o futuro

Afunilando ainda mais a discussão sobre a temática dos jovens, desdobramos nosso olhar para explorar as perspectivas e expectativas dos jovens em relação ao trabalho, à moradia e ao assentamento no futuro. Tentamos, então, compreender quais os seus projetos de vida, como eles se articulam com o contexto do assentamento, com a história vivida, em que aspectos reproduzem ou se distanciam da história de seus pais e de seus familiares.



*Figura 11 – Criança brincando com enxada (Carlos Eduardo, 2 anos)*

Assim, em relação à profissão, todos pensam em conseguir um emprego na cidade distinto das atividades rurais, sendo que apenas os técnicos agrícolas têm a expectativa de trabalharem na área de formação. Entretanto, nenhum deles percebe São Domingos como possível espaço de trabalho, não vendo também a agricultura como profissão e nem como atividade geradora de renda para a manutenção da família. No Diagnóstico Rápido Participativo, o IDACO (2003) identificou que o trabalho na roça é visto pelos jovens como símbolo de atraso e insucesso, em contraposição ao “sonho urbano” percebido como projeto de vida.

*“Tem que conseguir algum serviço pra sustentar ele, sustentar a família também, dar uma ajuda ao pai, à mãe. (...) Porque se ele ficar aqui vai*

*conseguir o quê? Dentro dessa cidade, nada. Aí tem que sair mesmo, porque aqui não tem nada para o cara fazer não. É muito difícil o cara encontrar alguma coisa, e quando encontra, ganha pouquinho, o salário, um salário hoje em dia dá pra quê? Pra nada. Eu lembro, antigamente, meu pai me dava dez reais eu ficava feliz. Eu ia pra rua, acho que eu voltava, eu ia com dez, acho que eu voltava com 15. Hoje em dia... dez reais não dá para nada, aí! É triste!”( Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

Apesar de alguns gostarem do trabalho na roça e realizarem alguma atividade agrícola em casa, a agricultura não é vista como perspectiva de trabalho, mas como atividade de lazer e, nesse sentido, alguns expressam a pretensão de no futuro terem tempo e condições para terem em casa uma horta, fazerem alguma plantação. A escolha por um trabalho que não seja agrícola é a concepção de que o trabalho na roça é cansativo e sem retorno financeiro. Assim, a idéia de um bom trabalho se confunde com o vínculo empregatício que proporcione uma renda garantida sem o esforço do roçado. Então, os jovens gostariam de um maior conforto e rentabilidade: *“Um bom trabalho, um bom serviço. Trabalhar pouco, né? (riso) (...) Ganhar mais. (riso) Eh, eh.” (João, 17 anos, estudante)*

Quanto aos estudos, alguns mencionam o desejo de cursar uma universidade, porém poucos são os que expressam uma convicção de conseguir realizar este desejo. Dos nove que mencionaram o desejo de continuar os estudos em uma faculdade, cinco mencionaram cursos relacionados com as ciências agrárias, como engenharia florestal e medicina veterinária.

Quando comparamos com o grau de escolaridade das famílias apresentado no genograma, observamos que esta geração

*“(...) Eu penso no futuro, ir morar no Rio, tentar estudar lá é mais fácil. (...) Eu penso estudar veterinária ou fazer enfermagem. Ou as duas. (...) Eu acho que se tivesse os dois pra eu fazer. Assim, se falasse assim pra mim: oh, Y., tu pode começar agora é na veterinária ou é na enfermagem? Acho que eu diria que é veterinária. (...) Mas veterinária é muito, é difícil, né? Eu acho até assim o campo de serviço é meio complicado. Sei lá. Eu acho que agora é mais esse negócio do petróleo, gira em torno do petróleo, informática. Agricultura assim é mais complicado, é mais difícil. (...) Gostaria. Gostaria mais assim de mexer com animal, essas coisas assim, da parte agrícola mesmo, da parte rural mesmo. Acho mais interessante. (...) Acho que não é bem enfermagem não. Eu acho que essa área assim de falar com as pessoas, eu gosto muito. Enfermagem é o meio mais fácil de ir, né? Na verdade, na verdade, eu pensava em fazer enfermagem e mais tarde fazer psicologia. Psicologia, que eu acho assim, sei lá, tentar entender as pessoas e procurar se entender também. (...) De lidar com as pessoas. Lá no mercado onde trabalho, todo mundo que vai ali, procuro fazer amizade, conheço todo mundo. Até de outra cidade que vem fazer compras aqui, né? Eu conheço... e acho bom,*



*sempre conhecer alguém, sempre conhecer alguém, acaba nunca ficando sozinha.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

*“Th, tempo bom! Sabe por quê? Porque eu pretendo fazer faculdade, eu não quero parar só com que a escola pode, porque é pouco, hoje assim tem gente que já acha a faculdade já pouco, tem gente que trabalha, tem gente que tem diploma de advogado trabalhando em padaria, com diploma de médico que trabalha, sei lá, coisas que assim não tem nada a ver com aquela faculdade que ele estudou. Eu penso muito em psicologia ou jornalismo. Agora, eu não sei o que é que dá dinheiro. (...) Não sei. Tá bem confuso ainda o que eu quero assim pra profissão. Mas eu tenho certeza, uma coisa, eu não vou parar enquanto não conseguir uma coisa boa pra mim não. Porque o que a gente vê por aí de gente, que já se formou, que já fez tanta coisa e que hoje não consegue se manter. Oh! Ainda mais se você parar com segundo grau, terceiro grau, não dá. Não dá, se você quer ter um futuro bom, não tem como não. Tem que tentar fazer uma faculdade, tentar fazer os cursos que vêm acima da faculdade, que eu não sei agora quais são direito, mas tem um monte, né? E só saindo assim para conseguir uma coisa boa.” (Luana, 14 anos, estudante).*

Entre a população total de jovens do assentamento, há apenas uma jovem que concluiu um curso universitário e hoje desenvolve dissertação de mestrado em uma universidade na região Norte. Podemos dizer que este é um caso de exceção em relação à maioria dos jovens que, entre os entrevistados, se quer participou de um processo de seleção para cursar uma faculdade. Já em relação às gerações anteriores, quando comparamos os dados apresentados nos genogramas das famílias que acamparam, os jovens atingem um nível de escolaridade consideravelmente superior em relação a seus pais e avós. Contudo, não significa dizer que todos os jovens do assentamento encontram-se na faixa de escolaridade correta, concluíram ou irão concluir o ensino médio, há casos de jovens que não terminaram o ensino fundamental.

*“Pensar [em ir pra faculdade] eu, eu penso, mas acho que eu não tenho cabeça para isso! Ficar ali estudando, sei lá, eu não tenho cabeça para isso. Mas quem sabe, né? Fazer uma faculdade de enfermagem, alguma coisa.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

Quanto à moradia, boa parte dos jovens (sete) pretende continuar morando em Conceição de Macabu, sendo que apenas três dentre estes expressam a certeza de continuarem morando em São Domingos, um está indeciso entre São Domingos e Conceição, um entre Conceição e Macaé, um outro prefere morar no centro de Conceição, outro na Vila São José, três falam ainda em morar em Macaé e os outros dois no Rio de Janeiro ou em Niterói. Há ainda uma jovem que não expressou em que

lugar gostaria de morar, mas, por estar vinculada à militância do MST, tem boas probabilidades de não continuar em São Domingos.

Os que responderam que preferem continuar morando em São Domingos argumentam que querem constituir família e construir casa no próprio lote dos pais. Já os que pretendem ir para o Rio de Janeiro ou para Niterói defendem que querem continuar os estudos ou conhecer a vida na cidade grande.

*“Ah, é tão difícil! (riso) Sei lá! Talvez no Rio... em Macaé... sei lá. Macaé é bem mais próximo, melhor do que no Rio.” (Rosa, 15 anos, estudante)*

*“Eu penso em morar em Conceição mesmo. (...) Aqui dentro, aqui dentro eu não quero. Eu quero morar lá pro lado do centro, pra lá, algum bairro próximo. Agora aqui, eu não gosto daqui mais não. Se pudesse ficar pra lá eu ficava. Agora aqui tem vez quando eu vou pra casa desse primo meu, eu fico pra lá direto. É... ultimamente eu fiquei lá foi quatro dias direto. Eu não sinto falta daqui não, só venho porque minha avó fica falando pra caramba: ‘tá na rua, não sei o que lá mais, não sei o que lá mais’.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

Entre os que pretendem continuar morando em São Domingos, a escolha reflete um forte sentimento de ligação com o lugar e com a história vivida, que se estende também para a própria Conceição de Macabu, não vista como um lugar diferente de São Domingos, mas o lugar onde gostariam de ter nascido, sentindo-se pertencente à população macabuense. Neste sentido, fica revelado no depoimento que os sonhos de futuro desses jovens contemplam a cidade que os acolheu, que reconheceu o esforço deles, a quem conquistou confiança e da qual aprenderam a gostar:

*“Que eu pudesse assim, mesmo na área que eu me formei, né? Que eu pudesse assim, principalmente assim, se fosse na prefeitura de Macabu, que eu poderia dar assistência, né? Aqui e pegar informações, conhecimento de outros lugares, né? E implantar em Conceição, pra ajudar, né? Trazer recursos pra assim, pra ajudar o desenvolvimento dessa cidade e que a cidade fique também conhecida, né? Tenha também, como é que se diz, tenha um pouquinho também da sua participação na história do país e até do mundo, e que assim, já pensou se pudesse aparecer na coluna dos jornais de outros países: a cidade pequena Conceição de Macabu, um grande desenvolvimento, seja assim alguma indústria, tipo assim, Conceição de Macabu é um lugar onde está importando alimentos pra os Estados Unidos, Inglaterra, seria legal né? Assim, usando, tivesse usando o conhecimento, né? Pra melhorar o estilo de vida daqui do pessoal de Conceição de Macabu, não fazer dela uma cidade reconhecida como dormitório, né? Que a cidade é conhecida como dormitório que a maioria do pessoal daqui trabalha em Macaé, o pessoal trabalha pra Petrobrás ou em outras empresas também, aí só vem à noite pra dormir, pra no outro dia está no serviço. É isso.” (Lívio, 21 anos, técnico agrícola)*

Os argumentos utilizados para optarem por continuar morando em Conceição estão relacionados com os motivos apresentados por gostarem do município, por este ser um lugar tranqüilo, sem violência, além de estar próximo às famílias. Já os que pretendem sair se justificam dizendo que Conceição é um município pequeno que não tem opções de trabalho e lazer, além de não oferecer possibilidades para continuação dos estudos, ou ainda expressam o encantamento pela cidade grande.

*“Em Conceição mesmo. Aqui é ruim de serviço, mas eu penso em continuar aqui, porque aqui é mais quieto do que nas outras cidades, tem menos violência. Toda a cidade, todo lugar tem violência, mas aqui não tem tanto como na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo, tem muita violência. Ai, eu penso em ficar aqui. (...) Eu penso em morar na vila São José. Eu gosto de lá, eu acho maneiro.” (Gilson, 16 anos, estudante)*

*“Trabalhar no mercado é um pouco enjoado porque eu tô trabalhando lá, mas não vou ficar muito tempo lá não. Eu vou sair no final do ano, vou me embora pro Rio. Ai minha mãe diz assim: ‘tu tem coragem?’ Eu tenho coragem, eu gosto muito de cidade grande, acho muito bonito. Eu fui passar umas férias na casa de uma prima minha, lá no Cidade de Deus, não é bem lá dentro, é mais pra cá um pouquinho, eles falam Avenida Cidade de Deus, uma coisa assim. Eu gostei muito. Toda vez que você passa, nunca acaba, nunca acaba o movimento, nunca tá triste, nunca tá vazia a rua. Aqui fica de noite não tem nada! Você vai aqui na vila tem só um pouquinho de gente, mas não tem nada. Lá, toda hora que você vai tem um monte de gente diferente, que você nunca viu, nunca vi ninguém, tudo diferente, acho bonito.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

Entre os jovens que comentaram o desejo de continuar os estudos fora de Conceição, a entrevistada mais nova foi quem apresentou argumentos mais contundentes e expressou uma vontade mais forte.

*“Quando sair daqui, eu vou tentar fazer o máximo para estudar, seja jornalismo, seja medicina, mexendo com morto ou não, eu não sei, né? Vai ter que ser alguma coisa porque eu não acredito muito no que muita gente na minha sala tenham mesmo esses planos não, mas eu isso já botei na minha cabeça, não vou ficar aqui, viver aqui a vida inteira sem muitas oportunidades, sem ter muito conhecimento, um dia eu quero sair, e no dia quando eu voltar eu quero tá bem. Tá bem.” (Luana, 14 anos, estudante)*

O projeto de estudo da jovem de 14 anos, inspirado na irmã mais velha, abarca estudos de pós-graduação no exterior, com o objetivo de ampliar a experiência profissional e cultural, de forma a valorizar seu currículo na possibilidade de retorno ao Brasil. Assim, a vida em Conceição de Macabu e, principalmente, em São Domingos não estão dentro de suas perspectivas para o futuro. Na verdade, seus atuais projetos de vida diferem bastante da vida rural e, principalmente, num contexto de assentamento.

*“Aí, eu acho que ou Niterói, ou Rio mesmo porque... (...) Aí é uma coisa a se pensar, se fica por lá, se volta para cá. (...) E ou ficar lá no exterior ou voltar pra cá com a bagagem cultural que também é muito apreciada aqui, você saber falar inglês direito, saber falar um espanhol mais ou menos direito, é sempre bom para o currículo de alguém que quer um bom emprego. Então, se eu tiver essa oportunidade, tiver como fazer assim. Tô na faculdade, alguém chama: ‘vamos morar nos Estados Unidos, vamos morar na Inglaterra, vamos sei lá para onde, para a França’. Sei lá, um país assim desses que possa proporcionar experiência pra que se eu quisesse voltar pro Brasil, eu pudesse acrescentar no meu currículo” (Luana, 14 anos, estudante)*

Entretanto, quando esta foi questionada se preferiria estar morando em São Domingos ou em Conceição, argumentou que morar em sítio era melhor, por dispor de mais espaço para suas brincadeiras. Assim, seus projetos contrastam com sua atualidade infantil, mostrando que o discurso produzido é aprendido e corresponde ao que é esperado por sua família.

*“E ela com esse plano de ir pra Inglaterra depois que se formar. Eu pretendia contar com ela para ter onde morar, um dia que eu for sair de Macabú e ir para Niterói ou pro Rio, sei lá onde ela vai tá morando, né? Pra ir fazer a faculdade. Aí, sei lá, eu acho que até eu sair daqui, pra, até eu terminar a escola, pra tentar ingressar na faculdade, eu acho que ela já voltou e se não voltar eu me atiro lá pela Inglaterra mesmo, né? Fazer o quê? Vai ter que sustentar a maninha de qualquer jeito. Ou então eu tento por aqui mesmo vendendo empada, ou trabalhando de camelô, trabalhando de qualquer coisa, eu não sou muito boa de trabalhar não, mas eu podia trabalhar, pode ser difícil, mas pelo menos é, esse é um dinheiro que ajuda.” (Luana, 14 anos, estudante)*

A irmã mais velha apresenta-se como modelo a ser seguido, mas principalmente, como suporte, mostrando a dependência e insegurança da jovem de empreender tal projeto. Na imitação da trajetória da irmã, o projeto a ser atingido pela jovem está vinculado aos planos da irmã e podem mudar de rota, caso esta muda os seus. As perspectivas tornam-se desafios permeados com os medos de passar as mesmas dificuldades da irmã, em conseguir, por exemplo, pagar uma faculdade particular.

*“Para não conseguir, não conseguir passar para uma [universidade] federal, tem que fazer particular mesmo. Porque se ela não fosse fazer particular, ela ia ter que voltar para cá, porque não ia ter como os parentes sustentar ela, né? Então, o objetivo dela quando saiu daqui era de estudar, e [o meu] vai ser o mesmo.” (Luana, 14 anos, estudante)*

Contudo, os projetos almeçados diferem bastante do discurso social defendido por alguns jovens e membros da Associação de São Domingos e se compararmos com a reportagem sobre os jovens do MST que diz que “a nova geração do MST é talvez a

*única juventude do mundo que ainda acredita na ditadura do proletariado”\* (p. 39), percebemos, então, um verdadeiro contraste.*

*“E, (...) se ela [colega da escola] não tentar fazer isso que eu tô tentando fazer, que ela não vai conseguir ser mais do que uma garçonete, uma lojista e não é isso que eu quero pra mim não. Eu quero mesmo é ser patroa, sabe? Sacanagem! (riso) Eu quero, sei lá, contanto que eu tenha um lucro bom para poder ter uma qualidade de vida boa, porque isso que é importante, porque a gente não trabalha só para dizer lá que você é a patroa, ou que você é a chefinha e sair colocando moral em todo mundo. Eu penso que eu quero fazer isso para poder melhorar minha condição de vida e um dia não ser mais classe média baixa, ser classe média alta, entendeu? Que um marido rico não aparece pra todo mundo, né? Fazer o quê? Que eu posso fazer. (riso)” (Luana, 14 anos, estudante)*

Esta variedade mostra que não há um discurso homogêneo na comunidade e também que não se pode supor que, por se tratar de um assentamento rural fruto de ocupação, todos compartilham dos mesmos ideais e perspectivas. A diversidade mostra que as vivências são diferenciadas de acordo com o arcabouço cultural e visões de mundo que sustentam e mantêm as práticas sociais e discursos produzidos. Esta diferença também mostra o quão distantes estão as realidades de jovens que em princípio convivem o mesmo cotidiano.

Já para o jovem que chegou mais recentemente a São Domingos (há três anos), o fato de ter a certeza de que os pais permanecerão no assentamento, faz com que ele opte como lugar de moradia a cidade de Macaé, que, além de ser próxima, também tem apresentado boas possibilidades de mercado de trabalho para todo o estado do Rio.

*“Ia; iria sim. Se, se eu tivesse uma forma, uma, um, um... uma forma de renda mínima, eu ia embora daqui; mas eu ia, se pudesse.*

*(...)*

*O problema é que eu sou menor de idade, não faço, assim, certas coisas, não tem, pra mim, trabalho em certos lugares; por isso que eu não vou, que eu não iria.*

*Ali é Petrobrás, ali é o pólo do, praticamente o pólo do país, industrial do país. Então, eu gostaria muito de morar ali, que aqui é bem próximo, minha família vai continuar morando aqui, fica próximo do meu serviço, né, da minha família.” (Pedro, 17 anos, estudante)*

As imagens que os jovens têm para o futuro estão relacionadas com perspectivas de término dos estudos, aquisição de um bom emprego, constituição de família, saída ou não de São Domingos e melhoria de vida.

---

\* Reportagem de Alexandre Mansur, publicada na Revista Época, em 7 de julho de 2003, p. 39.

*“O que eu gostaria? É... sei lá... faculdade, arranjar um emprego bom. (...) [Morar] por aqui, em Conceição. (...) Se eu me casar, eu construo outra casa [no lote onde mora]. Se eu não me casar, eu continuo com minha mãe.” (Margarida, 19 anos, estudante)*

*“Ah, eu quero... eu quero trabalhar num lugar, fazer uma faculdade, tentar um serviço, um, um emprego bom, né? Não pretendo morar aqui, pretendo ir embora daqui.” (Pedro, 17 anos, estudante)*

*“O que eu imagino pro meu futuro? Sei lá... daqui a uns dez anos talvez esteja casada, não sei. Não, dez acho que sou muito nova ainda, sei lá, não sei. Estudar primeiro, primeiro eu quero estudar, se formar. Que é pra não depender de ninguém, sabe? Exemplo, aí eu vou me caso, tipo assim... aí não dá certo, aí pelo menos eu vou ter meu emprego, vou ter minhas coisas,... aí vai ser bem melhor.” (Rosa, 15 anos, estudante)*

*“Cara, eu quero que meu futuro seja muito promissor. Ah, quero conseguir um serviço bom. Eu quero tanta coisa! Mas um dia eu consigo aí. Um dia eu consigo, se Deus quiser. Tem que estudar, né? Que eu parei de estudar.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

*“Se Deus quiser eu vou estar bem, o que eu quiser fazer vou ter como bancar pra mim fazer. Sei lá, eu vou ter minha casa, meu carro, minha moto, quem sabe minha família? Vamos ver como vai a carruagem vai rodar, vai andar. Um sonho que eu tenho é de ir na, de ir na Bahia.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

### **6.5.2. São Domingos e o futuro**

O que será São Domingos no futuro é uma grande interrogação que já começa a aparecer nas preocupações dos membros da associação, ou seja, aos poucos, eles estão se dando conta de um problema que em breve poderá emergir: a questão da sucessão. Haverá pessoas que levarão adiante a organização da Associação? Quem serão essas pessoas? Preservarão a memória daqueles que lutaram por São Domingos? E os filhos, herdeiros legítimos, estarão no assentamento aceitando dar continuidade a esse legado?

Carneiro (1998), que investigou o imaginário campo/cidade nos projetos de jovens de comunidades rurais, aponta que a saída dos jovens em busca da cidade está relacionada com os projetos de estudo e trabalho, utilizados como estratégia de reprodução familiar encontrada como alternativa frente aos problemas sucessórios, visto que a quantidade disponível de terras não assegura a sobrevivência das futuras famílias.

A maioria das famílias de São Domingos já não conta apenas com os recursos do lote para assegurar a manutenção familiar, dessa maneira, a questão da reprodução

familiar, a partir da terra, não é um problema na comunidade. O lote é visto, então, mais como lugar de moradia do que de trabalho e sustentação da família, assim, espera-se que os filhos busquem algum meio de renda em Conceição de Macabu, não necessariamente ligado à agricultura, e em constituindo família, esses podem dispor de um pedaço do lote para construir sua própria casa. Neste sentido, a quantidade de terras disponível nos lotes é, em sua maioria, suficiente para atender ao projeto de moradia da família.

Alguns pais alimentam a expectativa de que os filhos venham a ser seus sucessores na terra conquistada e, informalmente, disseram-nos: “isso aqui é para eles”. O assentamento conquistado é para os filhos, é para que eles possam ter uma vida melhor, melhor do que a vida que os pais tiveram. Esses desejos expressam a expectativa de continuidade, de poder passar essa herança não para qualquer um, mas para os filhos. Entretanto, pouquíssimos são os jovens que se sentem atraídos por esse chamado.

*“Você acha que os jovens pensam alguma coisa em relação à Associação, de se reunir, fazer alguma coisa assim?”*

*No futuro talvez sim, né? Mas por enquanto...” (Rosa, 15 anos, estudante)*

Além da questão da sucessão apontada também por IDACO (2003), há uma outra que se relaciona com o desenvolvimento do assentamento e o uso que será feito do espaço físico. A capacidade produtiva de São Domingos hoje está mais reduzida, o espaço destinado às culturas agrícolas não é o mesmo, principalmente dentro da manutenção familiar. Como já foi dito, “*tem mais gente que faz do lote casa do que sítio*”. Há uma grande quantidade de famílias que apenas moram no assentamento, pois trabalham na cidade e cultivam alguma plantação ou horta como renda complementar ou lazer, havendo também poucas famílias que sobrevivem exclusivamente do lote.

Assim, a função social de moradia em São Domingos está em maior evidência que as outras. Entretanto, partes do assentamento correm o risco de perderem sua ruralidade, não apenas pela diminuição da prática das atividades agrícolas, mas também pela redução do espaço físico, dando lugar à construção de casas tanto para parentes como também para os filhos que continuarem no lote.

Como já mencionado por Heredia et al (2002) que os assentamentos possibilitam uma recomposição familiar por constituírem em suportes temporários para

parentes, há em São Domingos famílias que por disporem de espaço físico nos sítios tornam-se ponto de apoio para outros familiares. Muitas vezes, esses familiares têm a permissão de construir casas nos lotes, passando a viver com cônjuges e filhos, usufruindo de alguns benefícios da vida no assentamento. Dessa forma, a população de São Domingos vai aumentando não só pela linha vertical de pais para filhos, mas também pela horizontal entre irmãos e primos.

Com isso, os sítios vão se tornando pequenos loteamentos, onde é possível encontrar mais casas construídas do que plantações. Além disso, há um avanço da cidade em direção ao assentamento, com a construção de casas, principalmente nas fronteiras da Vila Esperança, o que torna bastante evidente o aspecto “*rurbano*” de São Domingos.

Há ainda uma outra questão que faz pressão para a diminuição do caráter de São Domingos enquanto produtor agrícola: a demanda por sítios de lazer oriunda não só da própria Conceição de Macabu, mas das cidades próximas. Nesse sentido, o espaço de produtividade terá um outro uso: o lazer. Mas, além disso, a organização social existente no assentamento fica ameaçada de perder sua força e posição dentro da comunidade, visto que esses novos possíveis vizinhos não têm intenção de proximidade, mas ao contrário, de distanciamento, de não reconhecimento de uma história, aumentando o risco do apagamento da memória e da intensificação das atitudes de preconceito.

*“Eu acho que mais no futuro, no meu modo de pensar, no futuro, com o tempo, essas pessoas que vieram e que lutaram, com o tempo vão embora também. (...) Eu acho que vai. Vai mais pra final de semana, para as pessoas que moram em algum lugar e querem comprar sítio pra passar férias, final de semana. Eu acho que é isso. Vai ser uma grande minoria que vai ficar mesmo aqui.” (Clara, 20 anos, técnica agrícola)*

Essas tendências podem ser consideradas como *rurbanas*, que por um lado parecem ameaçar, por outro têm a possibilidade da mescla, da mistura, da produção de híbridos, de criatividade e possibilidades. Assim, como mostrou o depoimento do jovem que chegou ao assentamento há três anos, através da compra do lote, oriundo de uma cidade da redondeza com cultura e padrões sociais distintos, há possibilidades de abertura, de convivência com as diferenças e, principalmente, de aprendizado. Estas tendências *rurbanas* podem inaugurar também uma outra dinâmica em São Domingos que contemple seus moradores de forma afirmativa e positiva.



### 6.5.3. O que os pais gostariam para os filhos

*“Todos os pais – ou quase todos – esperam que suas crianças, ou melhor, “encarregam” suas crianças de realizarem a fantasmática felicidade que eles acreditam – com razão, aliás – não ter alcançado.” (CALLIGARIS, 1992, p. 93)*



*Figura 12 – Manoel, pai de jovens de São Domingos*

Um dos objetivos desta pesquisa era explorar no discurso dos jovens as expectativas dos pais em relação à continuidade ou não do legado de luta pela terra a ser empreendida pelos jovens. Quais seriam, então, os desejos dos pais? Como os filhos percebem e recebem estas heranças? Será que o mandato de felicidade dos pais para com os filhos, mencionado por Calligaris, perpassa às questões do assentamento, de envolvimento com a organização da comunidade?

Observamos nas entrevistas que a maioria dos jovens sente que o mandato dos pais é de felicidade, de que os pais desejam para eles o melhor na vida. Contudo, este melhor parece não estar necessariamente associado com as questões do assentamento, de moradia no lote, de trabalho na agricultura e de envolvimento na associação.

Calligaris (1992), se reportando aos processos migratórios que implicam em fundações de lugares, cidades e até mesmo de sujeitos, diz que há fundações de êxito e de fracasso. As fundações exitosas seriam as que os pais tentam passar para os filhos e as fracassadas são as que não são transmitidas no mandato parental.

Quando pensamos nas famílias do assentamento e nas respostas dos jovens durante as entrevistas, percebemos que não há um mandato parental para que os filhos continuem no movimento de luta por terra ou defendendo a reforma agrária. Na verdade, o envolvimento das famílias com essas questões parece estar, neste momento, bastante reduzido e, como já foi dito anteriormente, há apenas um grupo mais ligado à associação que, nas palavras de um assentado, militante do MST, continua mantendo a “luz acesa” e preservando a memória da conquista do assentamento e das reuniões na sexta-feira.

Contudo, será que a fundação dos pais foi exitosa? Se sim, por que não é transmitida ou é transmitida aos jovens em que sentido?

Consideramos que a migração das famílias para São Domingos resultou em êxito e o assentamento foi fundado. Entretanto, as dificuldades encontradas também foram muitas e, assim, houve outros processos migratórios em que muitas das famílias saíram do assentamento para tentar uma outra fundação. Para as famílias que ficaram a fundação de São Domingos é considerada exitosa, a preservação da memória e da história anterior é destacada como referencial de respaldo para qualificar a situação atual e a trajetória em São Domingos.

Entretanto, o que os pais esperam dos filhos não é que estes repitam suas histórias de deslocamento campo/cidade/campo e, em sua maioria, também não é que estes engrossem os acampamentos em busca de terras como meio de sobrevivência. O êxito dos pais de ter superado esses processos de deslocamentos e terem conquistado a situação em que se encontram hoje, faz com que o projeto dos pais para os filhos esteja relacionado com a expectativa de que os filhos partam do que é proporcionado pelos pais, da conquista destes, e possam usufruir de possibilidades melhores, realizando conquistas que vão além destas.

Almeida (1996), estudando a realidade de um assentamento e um reassentamento na região do Pontal do Paranapanema, fala na existência de duas culturas camponesas que participam dos processos dessas comunidades. Uma primeira

estaria relacionada com aspectos mais tradicionais em que a agricultura é tida como meio de subsistência, havendo uma relação direta entre produção e consumo e uma segunda cultura camponesa que está mais ligada às relações de mercado, em que as famílias por terem uma trajetória urbana, entendem o lucro como um dos principais resultados da produção, constituindo em um “cidadão em transição” em que há uma mescla de estratégias de sobrevivência de trabalho assalariado e de agricultura familiar.

Este “cidadão em transição” assemelha-se mais à realidade das famílias de São Domingos e, neste sentido, está presente em suas concepções de sobrevivência outras estratégias que não só a agricultura e a produção no lote. Desta maneira, o legado dos filhos não está direcionado para a agricultura e para o lote como única fonte de renda, mas para que os filhos consigam sobreviver realizando também outros tipos de atividade.

O mandato dos pais estaria mais relacionado com:

*“Eles [os pais] querem o melhor, né? Que eu, que a gente não passe o que eles passaram na vida. Eles falam, vá trabalhar, fazer um curso, estudar. Porque aqui em casa sempre deu apoio de estudar, só parou por pouca vergonha mesmo eu e meu irmão.” (Ruan, 19 anos, trabalha em atividade não agrícola)*

Já com relação ao envolvimento com as questões da associação, apenas os pais que participam diretamente desta expressam desejo que os filhos continuem o seu legado, enquanto a maioria dos pais, até mesmo por não estarem vinculados a esta instituição, não alimentam este projeto. Entretanto, esta expectativa de continuidade é permeada de ambigüidade, pois ao mesmo tempo que os pais e líderes gostariam de que seus filhos e os jovens, de uma forma geral, assumissem a luta como sendo deles, os mesmos são acusados pelos jovens de não abrirem espaço para que estes participem das atividades da associação e de não terem voz nas discussões durante as reuniões. Observamos, então, que há uma centralização da fala, do discurso e do poder de decisão por parte da diretoria que coordena a associação e, ainda, neste grupo por algumas lideranças mais atuantes e participativas. Dessa forma, o poder e a fala não circula por todos os membros do grupo e não são compartilhados com outros, como os jovens, que são apenas convidados a estarem presentes, a serem testemunhas e expectadores e não a serem participantes e atores. Esta é uma percepção também compartilhada pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (2003) que afirma que:

*“A própria centralização dos processos em determinadas lideranças, impedindo a reciclagem de experiências, a animação de grupos políticos nos assentamentos e a renovação das idéias, é reconhecida por lideranças como problemas que foram ganhando dimensão”.*(IDACO, 2003, p. 100)

Quanto à questão da moradia no lote, percebemos que este é um projeto ligado ao assentamento que boa parte dos pais espera dos filhos, constituindo também em uma preocupação, pois caso os jovens saiam do assentamento, o destino não só da comunidade fica incerto enquanto compromisso com a reforma agrária, mas principalmente do pedaço de terra conquistado pela família. Nos depoimentos, alguns jovens reconhecem como produto principal da luta dos pais o sítio e a casa onde moram, expressando um sentimento de gratidão, respeito e admiração pelo esforço empreendido por estes.

Em relação à busca pela cidade grande, este é um projeto da minoria dos jovens do assentamento e parece estar relacionado com a substituição da imagem de “sonhos” da cidade grande pela da violência. Além disso, o crescimento que Macaé tem alcançado faz com que a busca por trabalho seja atendida sem o alto risco da violência e com a vantagem da proximidade de casa. Nesse sentido, Macaé tem se tornado um pólo atrativo para a região do entorno. Vale ressaltar que nenhum dos jovens cujas famílias vieram de Itaguaí expressou esse desejo de ir morar na cidade grande. Podemos supor, a partir disso, que a escolha dos pais em sair do grande centro está de acordo com os projetos dos filhos e que estes assimilaram a idéia de que o grande centro não está mais promovendo melhores condições de vida.

Ainda assim, mesmo não tendo a trajetória das famílias de Itaguaí, essa jovem que tem como projeto principal ir para o Rio de Janeiro diz que sua mãe prefere que a jovem fique em São Domingos:

*“Ah, meu futuro! Minha mãe acha que eu posso fazer o que eu quero aqui. Eu já acho ao contrário, eu acho que Macabu não tem aquilo que eu quero. Porque ia tá muito por perto de mãe e pai, eu achava que tenho que me distanciar mais, pra saber se é aquilo mesmo ou não que é que eu quero. Porque se eu fico aqui, posso estudar, mas nunca vou ter aquela certeza, né? Como diz o outro, não vou sair pro mundo pra saber se é mesmo ou não.”*  
(Clara, 20 anos, técnica agrícola)

Já a mais nova entrevistada, que também expressa o desejo de prosseguir os estudos em um grande centro, diz que os pais esperam:

*“Exatamente tudo isso que eu falei a respeito de que eu espero pro meu futuro. Eles esperam que eu não fique aqui, do mesmo jeito que B. não ficou. Eles sabem que eu não vou ficar aqui, que eu vou sair, que eu vou estudar. Também, eu só posso sair se for assim pra estudar, porque senão eu vou até poder sair, se houver algum interesse... (...) Hum, hum. Eles sabem que eu tenho esse projeto, sempre souberam, desde quando B. saiu daqui. Desde quando B. saiu daqui para estudar, eu também comecei com isso de querer sair daqui pra estudar, pra poder fazer uma faculdade, para poder ter um futuro melhor.” (Luana, 14 anos, estudante)*

Já o jovem que está há menos tempo no assentamento diz que seus pais prefeririam que continuasse em São Domingos, não desejando que ele vá morar em outra cidade em busca de melhores oportunidades, como, talvez, fosse esperado pela trajetória da família, pela cultura e pelo padrão social.

*“O melhor. Que eu me dê bem na vida, né. Eu acho que sim. (...) Eles querem que eu continue aqui, (...). Eu não sei, eu acho que é isso mesmo, mais ou menos.” (Pedro, 17 anos, estudante)*

A jovem que é militante do MST percebe que as expectativas que seus pais têm para ela são bem diferentes de sua escolha, distante da militância do MST, pois a visão que seus pais têm do MST, mesmo morando dentro de um assentamento, é a mesma que tem a maioria da população (in)formada pela grande mídia. Suas palavras, com certeza, dizem mais que nossa interpretação:

*“Eles me acham, acho que muito inteligente, isso e aquilo, mas eles têm medo de que eu esteja usando minha inteligência por nada. Minha mãe sempre falou: ‘eu tenho medo que você esteja usando sua inteligência por nada, esteja usando sua juventude por nada.’ Que eu não acho. Existe uma expectativa de todos os pais, sabe? De que os filhos se dêem bem, acho que em relação a mim, há essa cobrança, você nunca apresenta um namorado, você não quer casar, você não é católica! (riso) Existe uma cobrança mesmo a questão de: ‘você é menina, porque você não namore, case, pronto, está tudo feito. Saia dessa vida louca e tal.’ Se fosse um dos meninos ainda pensava, mas logo a menina! (...) Existe uma cobrança muito grande dessa coisa de viver uma vida de que todo mundo tenha, vai viver uma vida que é tua, vai viver uma vida que todo mundo tem, vai viver tua vida também. E eu fiz uma opção ao contrário, não quero ter uma vida diferente, mas mais valorosa. Mais valorosa pra quando você olhar pra trás, não, fiz alguma coisa, trabalho com alguma coisa, eu gosto do que eu trabalho, com todas as dificuldades que tem o MST, eu adoro o MST, adoro trabalhar com um projeto que você sabe que vai dar fruto, sabe?” (Hortênsia, 22 anos, técnica agrícola, ex-militante do MST)*

Observamos, então, que a expectativa dos pais está muito mais relacionada ao

lote enquanto espaço de moradia e símbolo de luta, que deve ser cuidado pelos filhos e recebido como conquista dos pais para usufruto da prole, do que com as questões mais coletivas ligadas à associação ou movimentos prol reforma agrária. Não há uma expectativa de que os jovens abarquem a agricultura como meio de sobrevivência, mas sim que estes continuem os estudos e consigam algum trabalho no município de Conceição de Macabu ou nas cidades circunvizinhas. O trabalho no sítio pode ser empreendido pelos jovens como atividade complementar ou de lazer, indo de encontro com a situação atual da maioria das famílias que dispõem de outras fontes de manutenção não ligadas à produção no lote.

## 7. Considerações Finais

Para finalizar nossa reflexão sobre os jovens de São Domingos, gostaríamos de ressaltar alguns pontos já discutidos, resumir as principais questões levantadas por esta pesquisa e apontar caminhos que podem ser trilhados por outros estudos. Retomaremos, então, as questões iniciais e as justificativas para o desenvolvimento deste trabalho e desenvolveremos algumas reflexões à luz dos objetivos específicos, do panorama estudado e das análises feitas com a pesquisa de campo.

O tema dos jovens assentados surge a partir da constatação de que é um grupo significativo na população dos assentamentos que pouco tem sido estudado e que pode trazer mudanças para a dinâmica dessas comunidades, na medida em que características relacionadas à *rurbanidade* estão mais diretamente relacionadas. Além disso, o destino dessas comunidades pode estar relacionado com as perspectivas e projetos que os jovens constroem para si e, nesse sentido, consideramos relevante pesquisar esses projetos, conhecer esses jovens e a realidade de que fazem parte. Assim, passamos a entender o contexto do assentamento São Domingos, levando em consideração que as questões levantadas são respondidas a partir da realidade dessa comunidade, do momento atual em que estão vivendo.

São Domingos tem uma história peculiar: é um assentamento antigo, fruto de ocupação, constituído em período anterior à chegada do MST no estado do Rio de Janeiro e teve o Governo do Estado como legalizador do projeto, da mesma maneira que metade dos assentamentos fluminenses; diferindo, dessa forma, da maioria dos assentamentos no país, que são constituídos pelo INCRA e estão inseridos dentro das políticas de reforma agrária do governo federal. Contudo, São Domingos foi e é ator político importante na esfera estadual em termos de assentamento por ter um histórico de organização de ações, ocupações que resultaram em assentamentos no norte do estado, e por ter se constituído em apoio para o MST quando o movimento estava se instalando no Rio de Janeiro. Além disso, seus membros também participam politicamente do cenário local, seja enquanto candidatos, exercendo mandatos como vereadores, seja solicitando o cumprimento de deveres por parte da prefeitura ou reivindicando direitos. Dessa maneira, São Domingos ainda é uma comunidade que no contexto político de Conceição de Macabu não pode deixar de ser ouvida.

Entretanto, apesar do grande sucesso alcançado, São Domingos encontra-se numa fase que não tem uma produção agrícola importante, como em épocas anteriores, não tem uma participação ativa de seus membros na associação e ainda tem outros processos atravessando seu interior que fazem os assentados questionarem o sentido da associação, símbolo histórico da comunidade, o futuro da comunidade e a continuidade da participação na luta pela terra que abarca necessariamente os assentamentos rurais.

A história do Assentamento São Domingos é a história de seus assentados. Se fôssemos classificar a história de São Domingos em fases consideraríamos que o assentamento está entrando em sua fase considerada como “futuro”, ou seja, as crianças de outrora hoje são jovens e estão tornando-se adultos, constituindo famílias, realizando seus projetos com ou sem a presença da comunidade em seus planos. Nesse sentido, fazem parte desse “futuro” as questões sucessórias de continuação ou não da organização social e política da comunidade, a herança e legado deixados pela geração anterior, a perspectiva agrícola do assentamento e a interação *rurbana*. Assim, podemos dizer que São Domingos encontra-se próximo a um impasse: ficar preso ao passado com as questões do assentamento e da associação restritas à geração anterior, defendendo exclusivamente propostas agrícolas, ou tentar renovar esse passado, abrindo espaço para a memória e para a criatividade, produzindo histórias e contemplando o novo; os jovens, as diferenças e as perspectivas *rurbanas*; inovando os objetivos da associação para além das questões agrícolas, contemplando outros aspectos essenciais para a vida da comunidade, como o lazer, a cultura, alternativas de trabalho, a inserção dos jovens e a educação.

As entrevistas realizadas com os jovens de São Domingos apontam que nem todos conhecem a história do assentamento, nem todos têm clareza do fato de ser um assentamento rural e de estar ligado com as lutas pela terra promovidas pelos movimentos sociais do campo. Por outro lado, há jovens que têm ou tiveram ligações com a militância do MST e que têm clareza sobre a condição de São Domingos e reproduzem um discurso politizado sobre as questões relacionadas com a reforma agrária. Além disso, os jovens que vivenciaram o acampamento e algumas das manifestações e atividades promovidas pela comunidade têm uma concepção diferenciada, distante da imagem negativa produzida pela mídia que engloba num mesmo rótulo o MST, os sem-terra e a reforma agrária. Esses jovens guardam uma



memória deste período e um aprendizado que os diferenciam em termos de perspectivas, de relação com a comunidade e com o lote. Principalmente, o lote e a casa são vistos como símbolos de vitória e a percepção que alimentam sobre as histórias vividas e empreendidas por seus familiares é de admiração e orgulho. Contudo, esses jovens são em menor número entre aqueles que ainda restam no assentamento, pois assim como houve muitas famílias que saíram do assentamento, muitos jovens também buscaram a concretização de seus projetos de vida fora deste.

Assim, São Domingos parece já ter passado pela fase de êxodo da maior parte de sua população jovem. A maioria dos jovens já não está mais no assentamento e poucos entre aqueles que entrevistamos têm convicção de continuar vivendo em São Domingos por preferência. Esses poucos, geralmente, têm uma ligação maior com a história do assentamento, almejam conseguir algum trabalho nas proximidades do assentamento que possibilite continuar morando em São Domingos e, futuramente, construir para sua família uma casa no lote onde residem, visto como espaço de lazer, de qualidade de vida e símbolo da conquista dos pais. Os demais jovens entrevistados pensam em conseguir um emprego não ligado à agricultura, em Conceição de Macabu, onde preferem morar no futuro, seguindo o percurso da maioria dos jovens de São Domingos que não mais se encontra no assentamento. Assim, a maioria dos jovens que não está no assentamento deslocou-se para o centro ou bairros próximos de Conceição de Macabu ou para cidades circunvizinhas, principalmente Macaé, pólo econômico da região. O sonho de ir para as grandes metrópoles está presente em uma minoria dos entrevistados e está relacionado com a perspectiva de cursar uma faculdade, apesar de outros terem apontado também este desejo e não terem mencionado projetos de irem morar na cidade do Rio de Janeiro. Assim, a perspectiva de migrar para cidade grande é um projeto que não é sustentado por essa geração, mas um projeto que a geração anterior empreendeu e, como uma fundação fracassada, não é transmitida pelos pais aos jovens dentro do mandato de felicidade.

Quanto à questão da *rurbanidade*, identificamos que os jovens vivem essa mescla *rurbana* por morarem em uma comunidade rural, muitas vezes estudarem técnicas agrícolas e realizarem algum trabalho na horta de casa e, ao mesmo tempo, usufruírem do lazer da cidade, de confortos como carro e moto próprios, terem padrões de consumo urbanos como o estilo de roupa, os DVD's, CD's e outros bens como

computador e acesso à internet. Demonstram, então, uma integração com a sociedade macabuense e o fato de serem jovens de um assentamento rural não parecer ser uma referência que esteja acima de outras referências que compõem sua identidade como, por exemplo, morarem em Conceição de Macabu em uma área rural. Ainda assim, o estigma que acompanha os moradores da zona rural também é sentido pelos jovens, estando também presente a marca social de ser um assentamento e de estar relacionado com os sem-terra. Contudo, essa diferenciação social específica é um pouco apagada pela existência de uma instituição de ensino de menores deficientes que traz também para a comunidade uma imagem negativa.

A relação dos jovens com a Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos, instituição que concentra as atividades coletivas e organizativas do assentamento, é mínima, limitando-se às festividades e aos poucos projetos que proporcionam algum lazer. Apenas um dos jovens entrevistados relatou que participa da diretoria do assentamento. Entretanto, essa participação parece ser mais no papel do que na realidade. Apesar do afastamento, este jovem - que se sente bastante ligado à história de São Domingos e tem seus projetos de vida ligados à terra conquistada, reconhecida como vitória não só de sua família, mas também sua - expressa desejo de poder um dia participar mais da associação e das questões ligadas ao assentamento. Contudo, a imagem da associação na comunidade é, em geral, negativa, sendo considerada uma instituição que poderia fazer mais pela comunidade, poderia escutar os jovens e realizar projetos que os incluíssem; ao mesmo tempo, é considerada como símbolo das conquistas alcançadas pelo assentamento.

Os projetos parentais, entretanto, não incluem uma forte expectativa de que os filhos dêem continuidade à luta empreendida por esses e nem há desejo de que continuem o trabalho na agricultura, sendo mais comum encontrar nos discursos dos jovens que os pais esperam que esses concluam o ensino médio e encontrem um emprego em Conceição de Macabu, permitindo que eles continuem morando em São Domingos. Possivelmente, essa ausência de perspectiva de continuidade e sucessão está relacionada ao fato dos próprios pais, em sua maioria, praticamente não mais sobreviverem da produção do lote, nem participarem como antes das reuniões na associação e nem de atividades promovidas por esta ou relacionadas à questão da terra ou aos movimentos sociais do campo. No entanto, não entendemos que essa falta de

desejo sucessório nos projetos parentais seja sinal de que as lutas empreendidas são sentidas hoje como um fracasso, mas é sinal de que aquilo que tinha um porquê e um para quê lutar já foi conquistado, não havendo mais sentido sua continuidade. Dessa forma, o desejo dos jovens parece estar de acordo com os projetos parentais.

Entretanto, percebemos que essa falta de sentido, apesar de não ser uma posição defendida pelo grupo que continua participando da associação, indica que outros sentidos precisam ser produzidos que estejam mais relacionados à atualidade da comunidade. Indica também a necessidade de que a comunidade repense a direção que quer seguir, pois muitos dos jovens apontam que o futuro de São Domingos é tornar-se uma área de sítios de lazer ou um loteamento *rurbano*. Talvez esse seja um destino que a comunidade não possa evitar e que pode acarretar no esquecimento da história construída por seus membros, sendo que a preservação desta está nas mãos da comunidade e também é nessa história que a possibilidade, apesar de adormecida, ainda encontra-se latente em São Domingos de retornar a ser um espaço propulsor de cidadania e de busca de uma melhor qualidade de vida. Dessa forma, é preciso que São Domingos reencontre sua força organizativa bastante semeada em seus membros e possa recuperar seu espaço de encontro coletivo e de ressignificação de vidas, essencial para saúde e vitalidade de qualquer indivíduo, organização ou comunidade.

Consideramos, por fim, que os jovens de São Domingos, assim como qualquer outro, desejam aquilo que é próprio da idade e inferimos que seus projetos não se diferenciam dos projetos dos demais jovens de Conceição de Macabu. Entretanto, aqueles que tiveram um contato maior com as atividades promovidas pela associação ou que suas famílias acamparam guardam um aprendizado de uma vivência de uma realidade de luta por direitos que os fazem ter uma postura mais cidadã e de apoio às famílias sem-terra. Mas algo, provavelmente, deve passar no pensamento dos leitores desta dissertação: a saída dos jovens do assentamento é sinal de fracasso dos projetos dos pais? Faz sentido a constituição de assentamentos se os jovens, futuro dessas comunidades, não permanecerão neles? As contradições do cotidiano apontam muitas vezes para outras lógicas, assim, respondendo a essa questão, perguntamos: que qualidade de vida essas crianças tiveram no assentamento? Quais as perspectivas delas tendo como plataforma de lançamento o assentamento? Elas têm direito de empreenderem seus esforços para buscarem ainda melhores condições de vida?

Respondemos essas questões com a afirmação de que as famílias sem-terra, quando retornam ao campo, deixam para trás uma situação de vida caracterizada pelo desemprego e pela violência, elas deixam para trás cidades menos inchadas e ainda contribuem com seu novo trabalho com o abastecimento alimentar dessas cidades. No assentamento, além de conquistarem casa, trabalho e cidadania, conquistam a possibilidade de criarem seus filhos com tranquilidade e uma melhor qualidade de vida. Esses jovens são nutridos por alimentos caseiros e pelo sol e solo do campo, onde descobrem novas formas de lazer e adquirem laços afetivos que se estendem para além dos familiares. Além de aprenderem com as dificuldades, com as lutas por reivindicações de direitos, com a vivência do exercício da cidadania, conquistam a possibilidade de estudar e concluírem o ensino médio e ainda um curso profissionalizante. No caso de São Domingos, se eles retornam às cidades, com certeza é com uma perspectiva e situação bem diferentes daquela que eles deixaram. Se eles saem do assentamento, é porque este já cumpriu sua função para com eles.

Contudo, quando pensamos na realidade da maioria dos assentamentos é importante considerar que a situação dessas comunidades é bem diferente de São Domingos e as condições de vida são mais precárias. Assim, as dificuldades enfrentadas pelas famílias fazem com que elas busquem alternativas de trabalho nas periferias das cidades e até mesmo moradia, fazendo com que o índice de evasão seja alto. Dessa forma, os jovens também vêm nas cidades a grande possibilidade de encontrarem melhores perspectivas como mostrou a pesquisa de Vieira (2002).

Com a expectativa de contribuirmos para a produção de conhecimento sobre o tema, que não se esgota neste trabalho, alguns desdobramentos para investigações futuras podem ser pensadas tanto no que se refere ao campo de pesquisa específico de São Domingos quanto sobre a temática dos assentamentos rurais e sua juventude:

- 1) Comparar as expectativas dos pais, das lideranças e membros da associação em relação ao futuro do assentamento e dos jovens, analisando as semelhanças e diferenças de projetos dos pais e dos jovens;
- 2) Investigar a relação da escola com a comunidade, aprofundando a questão técnica educacional ou mesmo os projetos relacionados à perspectiva rural ou *rurbana*; investigar a relação da escola com os movimentos sociais do campo; pesquisar a interação entre os alunos que residem no

assentamento, os que residem em meios urbanos e ainda aqueles que vêm de outras cidades;

- 3) Investigar as histórias, projetos e relação com a comunidade das famílias jovens, ou seja, a geração dos jovens que ainda permanece no assentamento, que vivenciou a constituição deste durante a infância e adolescência e que está constituindo família em São Domingos; e,
- 4) Pesquisar a história do assentamento com a finalidade de produção de um memorial sobre a comunidade e seus atores como forma de preservar sua história, seu valor histórico, cultural, político, existencial e educacional, produzindo sentidos outros para a comunidade e para sua juventude.

Finalizamos, então, este estudo com a esperança de termos contribuído para a produção de conhecimento sobre a realidade estudada e, principalmente, para a discussão sobre um tema que se torna cada vez mais polêmico em nossa sociedade, cenário em que forças sociais antagônicas, como governo, mídia, elites agrárias e movimentos populares se confrontam, trazendo muitas vezes um obscurecimento e distorção para essa realidade e mais dificuldades para a população brasileira em encontrar alternativas para o desemprego e para uma qualidade de vida digna e cidadã.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício. A apropriação do território no Brasil colonial. In *Explorações geográficas: percursos no fim do Século*. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes & Roberto Lobato Corrêa (Orgs.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ALMEIDA, Rosemeire. *A heterogeneidade do campesinato: o caso dos assentamentos no Pontal do Paranapanema – SP*. Dataterra, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em [www.dataterra.org.br](http://www.dataterra.org.br). Acesso em 18/08/2002.
- Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. SEAF. Rio de Janeiro: 1991.
- BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide & GODOY, Rosa. *Eu marcharei na tua luta! A vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- BAMAT, Thomas. e IENO NETO, Genaro. (Orgs.) *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BLANCHET, Alain. A entrevista, à interface do psicológico e do social. In *Bulletin de psychologie*, tome XXXVI, n° 360, 1983.
- BOGO, Ademar. *O vigor da mística*. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola. Caderno de Cultura, n.º 2, MST.
- BORGES, Juliana et al. *Oficina de Sexualidade com Jovens Assentados*. 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, São Paulo (SP), 05 a 07 de outubro de 2000. (Resumo publicado em cd-room)
- BORGES, J.; MAFFIOLETTI, C; VIEIRA, J. *Jovens assentados: educação e lazer nos assentamentos rurais*. Vídeo produzido pelo projeto Jovens Assentados: Educação e Cidadania. UFPB / UNITRABALHO / COAGEP. João Pessoa, 2002.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARNEIRO, Maria. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In *Mundo Rural e Política: Ensaio Interdisciplinares*. Raimundo Santos, Luiz Flavio de Carvalho e Francisco Carlos Teixeira da Silva (Orgs.) Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta, 1992.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.
- COMPARATO, Bruno. *A ação política do MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.
- COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ENRIQUEZ, Eugène. O vínculo grupal. In *Psicossociologia: análise social e intervenção*. André Lévy et al. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FERNANDES, Bernardo. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 92)
- \_\_\_\_\_ *Gênese e Desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação Nº 30. MST. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1998.
- FERREIRA, Ademir. *O Migrante na Rede do Outro. Ensaio sobre alteridade e subjetividade*. Editora TeCorá: Rio de Janeiro/Belo Horizonte, 1999.
- FERREIRA, Angela. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. *Estudos Sociedade e Agricultura*. UFRRJ. Abril de 2002, nº. 18, p. 28 - 46.
- FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In *Desvendando máscaras sociais*. Alba Zahar Guimarães (Org.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. Leituras Filosóficas.

- GAIGER, Luiz. Entre as razões de crer e a crença na razão. Mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, n.º 27, ano 10, fev. de 1995, p. 111-127.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, FASE, 1991.
- HAGUETTE, Tereza. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 5ª. Ed., Petrópolis, 1997.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- HEREDIA, Beatriz et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In *Estudos Sociedade e Agricultura*. UFRRJ. Abril de 2002, n.º. 18, p. 73 - 111.
- IENO NETO, Genaro. *Memória e formação política de trabalhadores*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Serviço Social/ UFPB, João Pessoa, 1990.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA. *Relatório do diagnóstico rápido participativo de assentamentos rurais (Versão preliminar)*. Georgheton Melo Nogueira (Org.). IDACO, Rio de Janeiro, 2003.
- LEGRAND, Michel. *Dossier – Lês récits de vie*. França, n.º 102, fevereiro de 2000, p. 22-27 (tradução livre de Jacyara C. Rochael Nasciutti).
- LÉVY, André. O vínculo entre história individual e história coletiva. *Série Documenta*. Programa EICOS / UFRJ. N.º 6, Ano III, 1995, p. 7 - 20.
- Lonas e bandeiras em terras pernambucanas*. Exposição realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 12 de agosto a 10 de novembro de 2002.
- MARTINS, José. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In *A reforma agrária e a luta do MST*. João Pedro Stédile (Org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde & LEITE, Sérgio. (Coord.) *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Relatório Final. Vol. 1. Convênio FINEP/UFRRJ/CPDA, junho de 2002 (a).
- 
- Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Relatório Final. Vol. 4. Estado do Rio de Janeiro. Convênio FINEP/UFRRJ/CPDA, junho de 2002 (b).
- MEDEIROS, Mário. *Concepção de sindicato & mobilização da classe trabalhadora*.



- Recife: Comunicarte, 1994.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Balanço da Reforma Agrária*. Setembro/2002. Disponível em [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), acesso em 30/11/2004.
- NASCIUTTI, Jacyara. Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. *Série Documenta*. Programa EICOS / Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável / UFRJ, n.º 7, Ano IV, 1996, p. 51- 58.
- \_\_\_\_\_ Análise psicossocial clínica: determinantes sociais da história individual. *Série Documenta*. Programa EICOS / Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável / UFRJ, n.º 8, Ano VI, 1997, p. 97-104.
- \_\_\_\_\_ Participação comunitária para uma melhor qualidade de vida. *Série Documenta*. Programa EICOS / Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável/UFRJ, n.º 11, 2000.
- ORLANDI, E. *Terra à vista. Discurso do Confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez/Campinas, Editora UNICAMP, 1990.
- PINTO, Milton. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- PREUSS, Miriam. Abordagem biográfica – história de vida – na pesquisa psicossociológica. *Série Documenta*. Programa EICOS / UFRJ. Nº 8, Ano VI, 1997, p. 105-125.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A análise de discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites. In L. de Souza; M. F. Q. de Freitas; M. M. P. Rodrigues (Orgs.) *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- ROMÃO, Lucília e PACÍFICO, Soraya. *No lugar de Presidente com o boné do MST*. Acheegas, 2003. Disponível em [http://www.acheegas.net/numero/dezesseis/lucilia\\_soraya\\_16.htm](http://www.acheegas.net/numero/dezesseis/lucilia_soraya_16.htm). Acesso em 28/03/04.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TRIGUEIRO, Julianna. *O jovem: seus sonhos e perspectivas de vida num assentamento rural*. Monografia do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das cidades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

VIEIRA, Jadcely. *Jovens assentados rurais: um estudo sobre os valores e aspirações de jovens num contexto de assentamento rural*. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2002.

## **Anexos**

## Anexo 01

### *ROTEIRO DE ENTREVISTA*

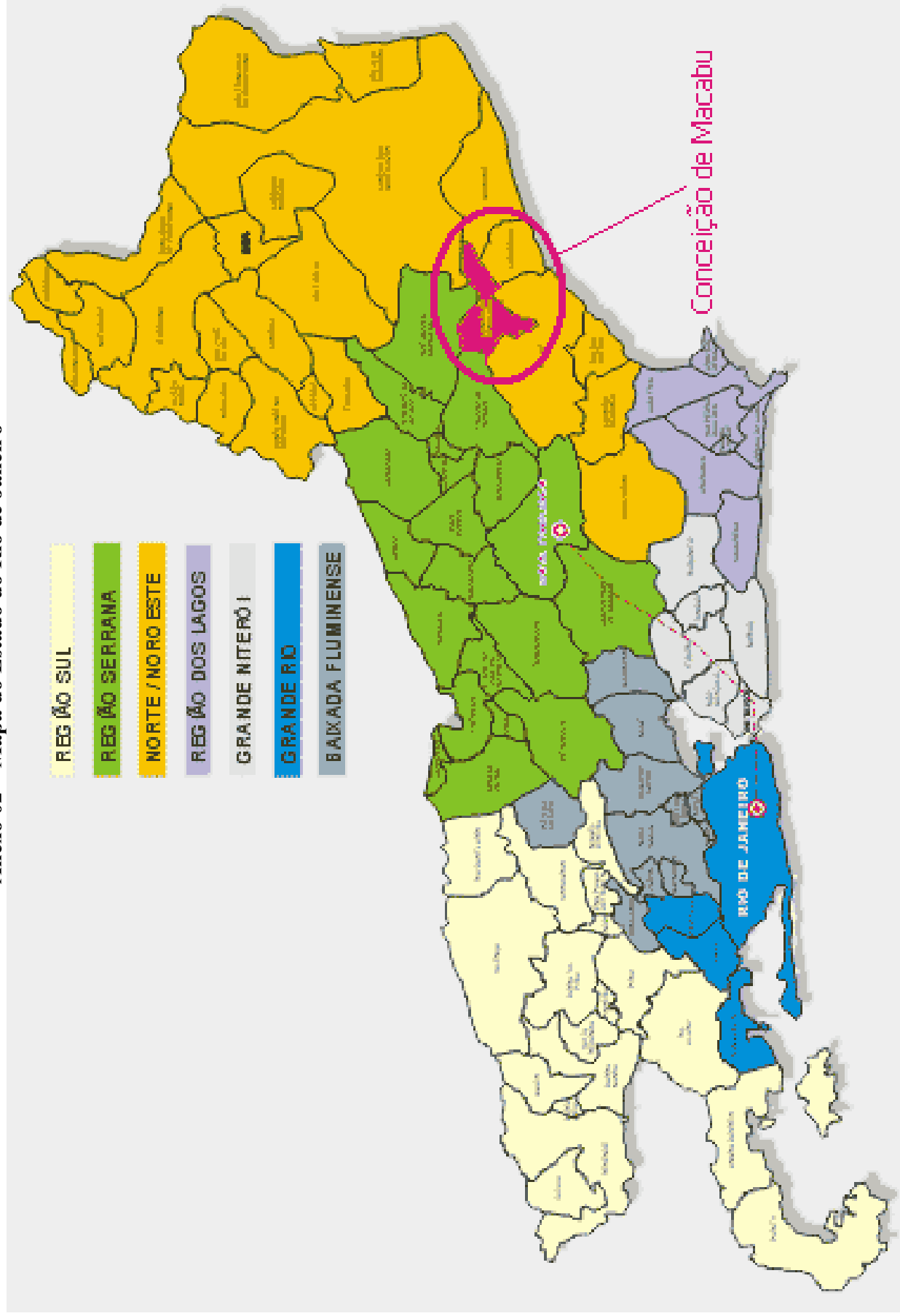
#### *Momentos a serem abordados na história de vida dos jovens*

- Constituição da família onde nasceram
- Situação de vida anterior ao assentamento
- Momento de mudança em direção ao assentamento - migração
- Luta pela terra – fase de acampamento
- Constituição do assentamento
- Primeiras dificuldades – momentos de alegria
- Vida atual: escolaridade – trabalho – lazer – família – namoro/casamento – religião - participação em questões coletivas do assentamento
- Perspectivas de futuro: escolaridade – trabalho – lazer – família – namoro/casamento - religião - participação em questões coletivas do assentamento

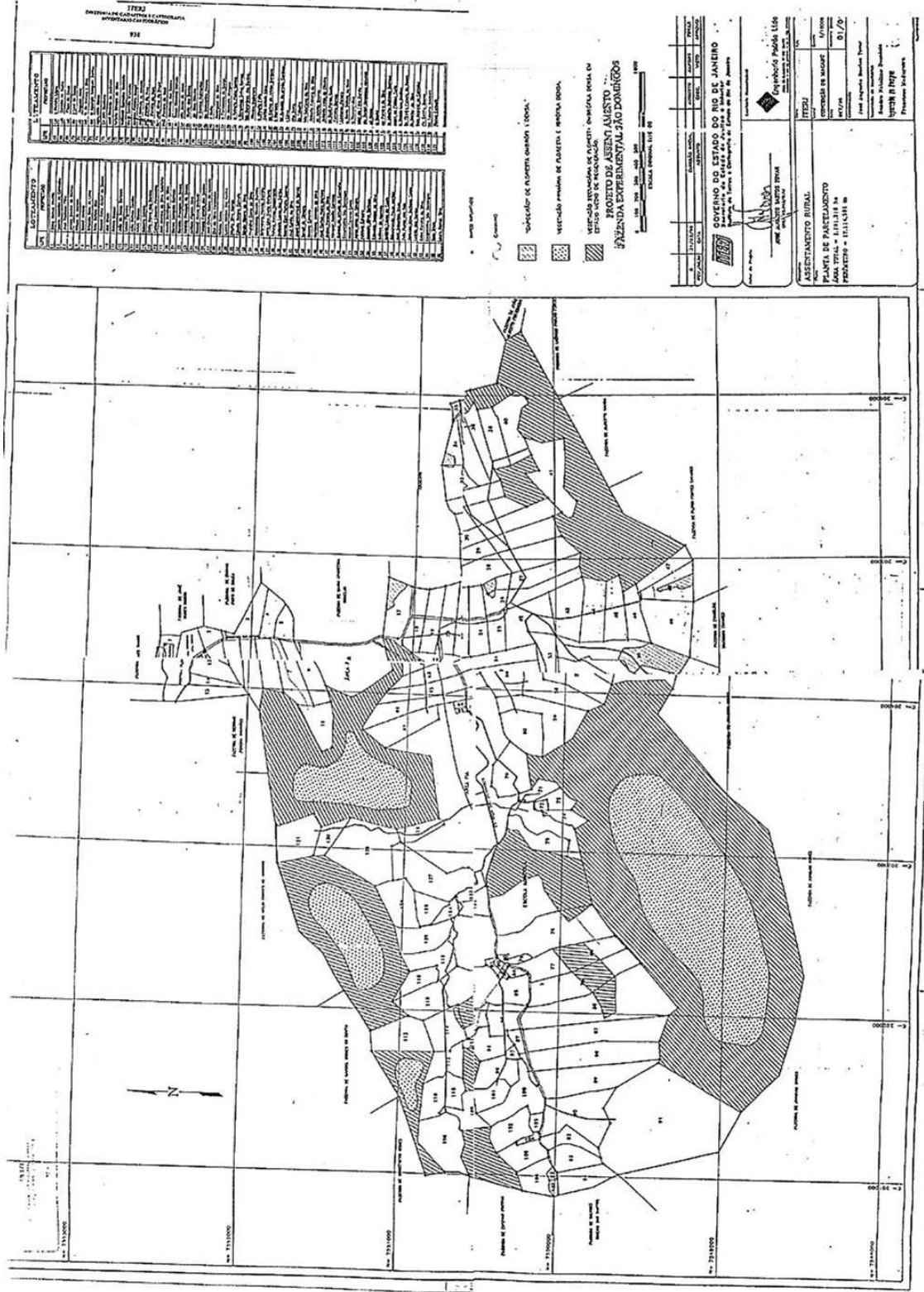
#### **Dados sócio demográficos dos jovens**

Idade:	Sexo:	Religião:	Lazer:
Escolaridade:	Trabalho:		
Participação em questões do assentamento:			
Participação em mobilizações externas ao assentamento:			

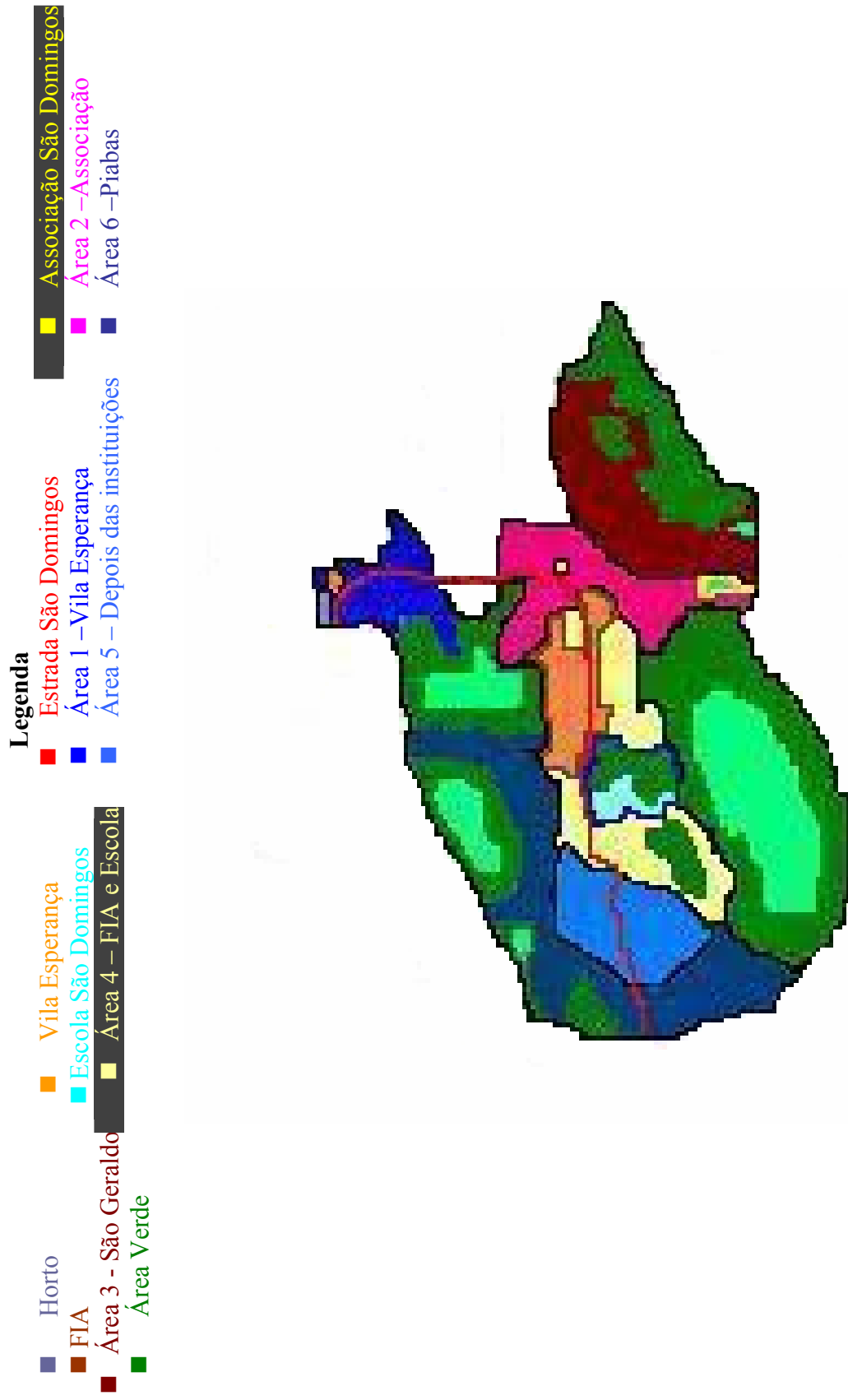
Anexo 02 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro



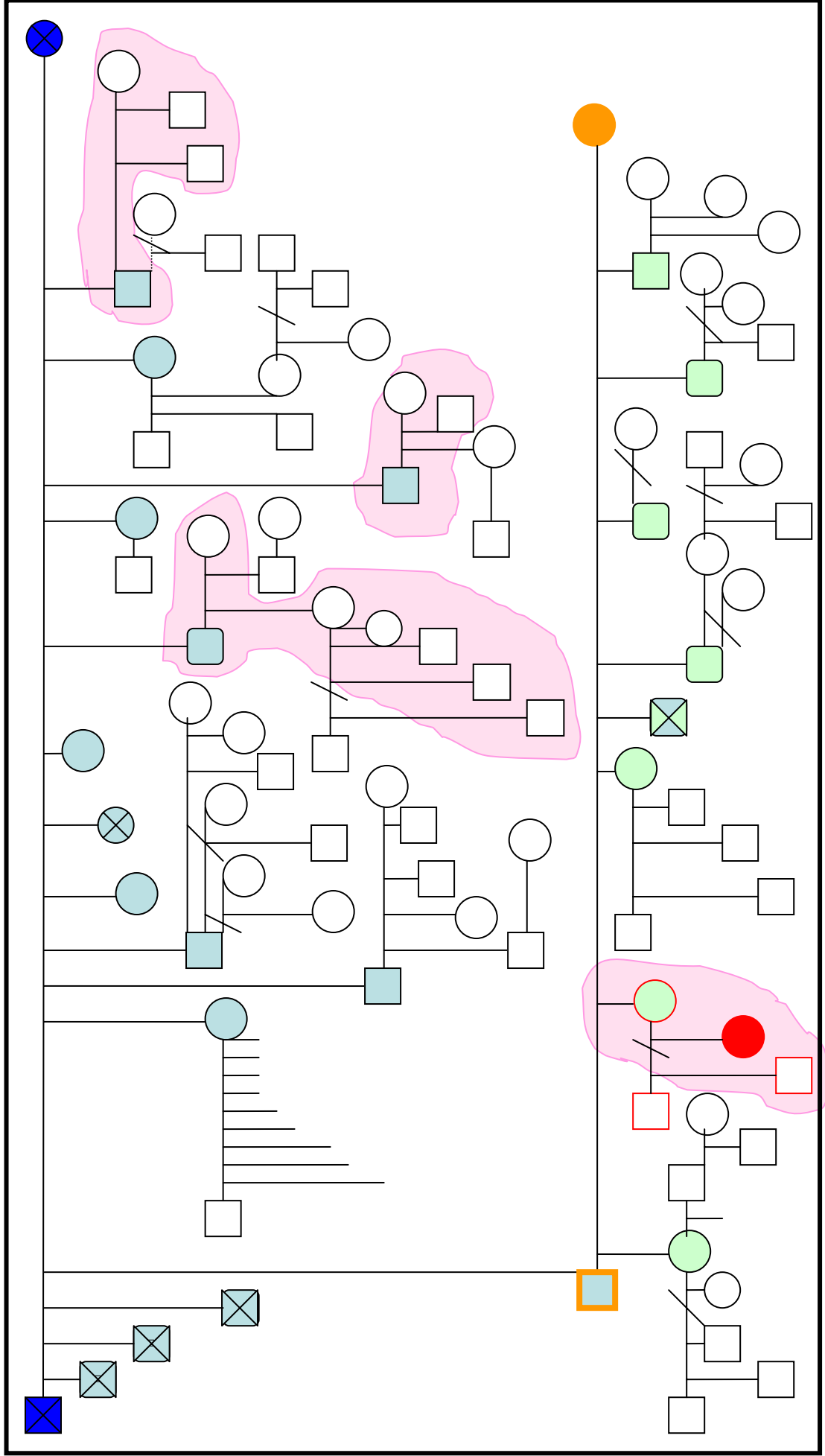
Anexo 03 - Mapa do Assentamento São Domingos (Fonte ITERJ)



Anexo 04 - Mapa do Assentamento São Domingos (Adaptado do Mapa do ITERJ)



Anexa 05 - Genograma de Margarida



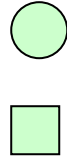


**Legenda:**

**Margarida** - 19 anos, estudante do ensino médio, família oriunda de Itaguaí.



**Família nuclear** – mãe: ensino fundamental incompleto, nasceu no Espírito Santos, foi para Itaguaí (RJ) aos 17 anos.



**Tios maternos** - moram em Itaguaí; escolaridade varia da 2ª fase do ensino fundamental para ensino médio incompleto.



**Avós maternos** – moram em Itaguaí; idades: 70 e 60 anos; avô: alfabetizado, pedreiro, aposentado; avó: analfabeta, dona de casa.



**Tios avós maternos** – a maioria mora em Itaguaí, cursou a 1ª fase do ensino fundamental. Profissões: dona de casa, pedreiro, carpinteiro, cozinheira, doceira.



**Bisavós maternos** – moravam na zona rural do Espírito Santo, analfabetos, trabalhavam com agricultura.

**Famílias que moram em São Domingos**



